

estudos de Psicologia

Revista do Instituto de Psicologia da PUCCAMP

VOL. 6

Nº 1

JANEIRO/JULHO/1989

ÍNDICE

ARTIGOS

- Psicólogo: Atuação Profissional e Função Social Segundo a Percepção de Estudantes de Psicologia 05
Manoel Antônio dos Santos
- Análise de uma Propaganda Veiculada na Programação Infanto-Juvenil de Domingo da Rede Globo de Televisão 31
Carla Witter e Catia Mary Volp
- Caracterização do Comportamento de Alunos, em Sala de Aula, Através de Escalas de Desempenho 50
Vera L. S. Machado, Marco A. C. Figueiredo e Maria Virginia Selageto
- Atitudes em Relação à Velhice: Uma Revisão de Literatura 77
Anita Liberalesso Neri
- Caracterização da Clientela Atendida na Clínica Psicológica do Instituto de Psicologia da PUCCAMP 94
Regina Maria Leme Lopes Carvalho e Antônio Têrzi
- Saúde Mental Infantil em Instituição: Estratégias do Atendimento Clínico . . . 111
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
- Diferenças no Nível de Julgamento Moral entre Menores Institucionalizados Infratores e não-Infratores 127
Sílvia Helena Köller
- Psicodinâmica da Criatividade 135
Lucila Maciel dos Santos e Zula Garcia Giglio
- Pensamento Clínico no Diagnóstico Psicológico: Relações Objetivas de dois Pacientes Depressivos 148
José Tolentino Rosa

RESENHAS

- Arte Interior do Psicanalista 164
Maria Lúcia T. M. Amiralian
- Novas Tendências e Procedimentos no Diagnóstico de Leitura 167
Geraldina Porto Witter
- Ensino de Vocabulário e Compreensão da Leitura 170
Geraldina Porto Witter
- Revisão e Avaliação de Testes de Leitura 173
Raquel Souza Lobo Guzzo

INFORMATIVO

- Relação de Dissertações do Mestrado em Psicologia — PUCCAMP 176

ESTUDOS DE PSICOLOGIA

Revista Semestral do Instituto de Psicologia da PUCCAMP*

Diretora: Glória Elisa B. P. Von Buettner

Editora-Executiva: Vera Lúcia Adami Raposo do Amaral

Conselho Editorial:

Alice Maria de Carvalho Delitti	(PUC-São Paulo)
Anita Liberalesso Neri	(UNICAMP)
Antonio Tércis	(PUCCAMP)
Cláudio Simon Hutz	(UFRGS)
Geraldina Porto Witter	(PUCCAMP)
Harold Lettner	(PUC-RJ)
Jefferson Morris Fish	(St. John's University - N.York)
John K. Wood	(PUCCAMP)
Júlia Ferro Bucher	(UnB)
Maria Emília Lino da Silva	(PUCCAMP)
Marilda Novaes Lipp	(PUCCAMP)
Maurício Knobel	(PUCCAMP)
Raquel Souza Lobo Guzzo	(PUCCAMP)
Regina Maria L. L. Carvalho	(PUCCAMP)
Saulo Monte Serrat	(PUCCAMP)
Walter Trinca	(USP)

Conselho Consultivo:

Antônia Maria de Almeida Camargo
Maria Cristina Mendes dos Santos
Maria Fernanda M. Barreto
Maria Helena Melhado Stroilli
Maria Helena Moura Alves Oliveira
Sônia Regina Blasi Cruz

Capa: João Daniel de Araújo

Redação:

A/c Departamento de Pós-Graduação em Psicologia Clínica – PUCCAMP
Rua José Villagelin Jr., 175 – Cambuí
CEP 13023 – CAMPINAS – SP

“Estudos de Psicologia” tem uma tiragem de 1.000 exemplares. É distribuída gratuitamente às bibliotecas de todas as instituições brasileiras que mantêm Cursos de Psicologia, às bibliotecas ligadas a instituições científicas que nos solicitam e a algumas bibliotecas de Universidades estrangeiras.

ISSN 0103-166X



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

estudos de **Psicologia**

Indexado em:

Psychological Abstracts

PsycINFO

PsycALERT

IBICT

estudos de **Psicologia**

Revista do Instituto de Psicologia da PUCCAMP

VOL. 6	Nº 1	JANEIRO/JULHO/1989
--------	------	--------------------

ÍNDICE

ARTIGOS

- Psicólogo: Atuação Profissional e Função Social Segundo a Percepção de Estudantes de Psicologia 05
The Psychologist: Professional Practice and Social Function as seen by Psychology Students.

Manoel Antônio dos Santos

- Análise de uma Propaganda Veiculada na Programação Infanto-Juvenil de Domingo da Rede Globo de Televisão 31
Analysis of me Propaganda Transmitted by Sunday Children's Programs on the Globo Television Network.

Carla Witter e Catia Mary Volp

- Caracterização do Comportamento de Alunos, em Sala de Aula, Através de Escalas de Desempenho 50
Characterization on Student Behavior in the Classroom Through Performance Scales.

Vera L. S. Machado, Marco A. C. Figueiredo e Maria Virginia Selegato

- Atitudes em Relação à Velhice: Uma Revisão de Literatura 77
Attitudes About Aging: a Literature Review.

Anita Liberalesso Neri

- Caracterização da Clientela Atendida na Clínica Psicológica do Instituto de Psicologia da PUCCAMP. 94
Characterization on Clientele Served by the Psychology Clinic of PUCCAMP-Institute of Psychology.

Regina Maria Leme Lopes Carvalho e Antônio Térzis

Saúde Mental Infantil em Instituição: Estratégias do Atendimento Clínico. 111
Infant Mental Health in Institutions: Strategies for Clinical Treatment.

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Diferenças no Nível de Julgamento Moral entre Menores Institucionalizados Infratores e não-Infratores. 127
Differences in the Level of Moral Judgement of Institutionalized minors, Offenders and non Offenders.

Silvia Helena Koller

Psicodinâmica da Criatividade 135
Psychodynamics of Creativity

Lucila Maciel dos Santos e Zula Garcia Giglio

Pensamento Clínico no Diagnóstico Psicológico: Relações Objetivas de dois Pacientes Depressivos 148
Clinical Thought in Psychological Diagnosis: Object Relations of two Depressive Patients.

José Tolentino Rosa

RESENHAS

Arte Interior do Psicanalista 164
The Inner Art of the Psychoanalyst.

Maria Lúcia T. M. Amiralian

Novas Tendências e Procedimentos no Diagnóstico de Leitura . . . 167
New Directions and Procedures in Reading Diagnosis.

Geraldina Porto Witter

Ensino de Vocabulário e Compreensão da Leitura 170
Teaching Vocabulary and Reading Comprehension

Geraldina Porto Witter

Revisão e Avaliação de Testes de Leitura 173
Review and Evaluation of Reading tests.

Raquel Souza Lobo Guzzo

INFORMATIVO

Relação de Dissertações do Mestrado em Psicologia — PUCAMP . . . 176

O PSICÓLOGO: ATUAÇÃO PROFISSIONAL E FUNÇÃO SOCIAL SEGUNDO A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA*

Manoel Antônio dos SANTOS**

RESUMO

Estudantes que recém-ingressaram em um curso de formação em Psicologia da cidade de São Paulo responderam a um questionário com as seguintes perguntas: "O que faz um psicólogo na sua opinião?" e "Qual a função social que o psicólogo desempenha?" A amostra foi composta de 53 alunos de ambos os sexos, cuja idade média era 19 anos. Os resultados indicam que as informações sobre as áreas de atuação em Psicologia são precárias e desorganizadas. Basicamente se resumem ao trabalho na área Clínica. A imagem promovida é a de um profissional liberal lotado em consultório particular, dotado de um conhecimento teórico eclético e "profundo" acerca do ser humano, o que o instrumenta a orientar, aconselhar e ajudar o outro. A função social do psicólogo não chega a ser percebida.

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como ponto de partida a preocupação com a profissão do psicólogo enquanto prática social e se inscreve na orientação de outros estudos relativamente recentes

(*) Este trabalho foi apresentado por ocasião da XVI Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, outubro de 1986. Agradecemos a colaboração dos psicólogos Tânia Takahachi e Paulo Périssé, que participaram da análise dos dados.

(***) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto — Universidade de São Paulo.

que se desenvolvem em torno da questão da formação profissional, da atuação e das funções sociais do psicólogo, visto aqui como um representante da ciência psicológica. Em trabalho clássico sobre a profissão do psicólogo em São Paulo, Mello sustenta que "para criar condições de realização plena das suas funções sociais é necessário que o psicólogo promova uma imagem da profissão mais adequada ao seu conteúdo de ciência aplicada, isto é, ele deve efetivamente aparecer, nas suas atividades profissionais, como um representante da ciência psicológica" (Mello, 1975, p. 63). Contudo, diversos estudos têm enfatizado as limitações da atuação profissional e mesmo a sua inadequação dentro de determinados contextos (Mello, 1975a; Pereira, 1975; Botomé, 1979; Botomé e Rosenburg, 1981; Carvalho e Kavano 1982; Figueiredo, 1983; Carvalho, 1984a; Carvalho, 1984b; Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região, 1984; Santos, 1986; Silva e Botomé, 1986; Silva, 1988), atribuindo essas deficiências à influência marcante que valores, atitudes, preconceitos e estereótipos ligados à profissão do psicólogo exercem sobre as representações que modelam suas expectativas e aspirações acadêmicas e profissionais.

No domínio de sua especialidade, o psicólogo frequentemente se depara com práticas pré-científicas e a aplicação de conhecimentos baseados no senso comum. Esses problemas parecem vincular-se à imagem banalizada da Psicologia que é divulgada comumente pelos meios de comunicação de massa, incluindo obras pedagógicas e textos simplificados que, sob o pretexto de tornarem os conhecimentos psicológicos acessíveis a uma ampla parcela da população, acabam por vulgarizá-los e distorcê-los em diluições simplificadoras, que parecem reduzir a Psicologia à aplicação ingênua de técnicas mal fundamentadas do ponto de vista teórico. À medida que a Psicologia foi se desenvolvendo e sofisticando seus métodos de pesquisa, observou-se um interesse crescente da população leiga pelos seus temas. Mello observa que, "incentivados por este gosto do público, e a partir de noções levemente emprestadas da Psicanálise e da Psicologia em geral, os meios de comunicação de massa popularizaram imagens tão confusas e ambíguas quanto ao conhecimento que o público possui da Psicologia. As imagens apresentadas reduzem todo os aspectos técnicos ou científicos à

banalidade" (Mello, 1975, p. 67). É precisamente neste ponto que a Psicologia, despojada da especificidade que confere à formação técnica do profissional, inclina-se para o domínio da magia, do inefável e do mistério. Sua função social se esvanece, uma vez que a própria delimitação do campo específico de atuação acha-se comprometida pela justaposição de funções com outros campos do conhecimento, que por vezes nada possuem de científicos.

Desse modo, uma imagem mais adequada da profissão só pode ser criada e mantida, segundo Mello (1975), através das atividades e dos serviços que os profissionais prestam ao público. A demarcação das fronteiras entre o campo de competência do psicólogo e as práticas não científicas só poderá consolidar-se à medida que o próprio psicólogo possua uma imagem adequada da função social da profissão e estenda os seus conhecimentos e técnicas a uma parcela considerável da população. A referida autora conclui que a formação em Psicologia é responsável por grande parte da imagem que o psicólogo tem de sua profissão e das funções sociais que ela visa a preencher. De onde se depreende que é ao nível da formação acadêmica que a orientação geral da profissão é transmitida ao futuro profissional em Psicologia, influenciando inclusive o caráter dos serviços que o Psicólogo pode prestar à comunidade.

Através de uma comparação das justificativas apresentadas pelos psicólogos por ocasião do ingresso e do término da graduação, Carvalho e Kavano (1982) avaliaram o papel dos cursos de Psicologia na determinação da opção por área. Verificaram que ele consiste no oferecimento de informações sobre áreas de trabalho previamente desconhecidas pelos alunos, na confirmação dos principais aspectos da imagem que o aluno já traz acerca das áreas de atuação e no direcionamento da opção de trabalho, a partir da concentração da formação na área clínica. Em um outro importante estudo acerca das representações do aluno ingressante, realizada na Paraíba, Figueiredo (1985) obteve resultados que confirmam que a área clínica centraliza as preferências dos alunos, associada com uma busca de autoconhecimento e uma inclinação para o exotérico. Esses resultados parecem replicar os obtidos por Thebaud (1969).

Seguindo uma proposta teórica acerca das representações sociais desenvolvida por Moscovici, e interessadas por

avaliar a representação do psicólogo, Leme, Bussab e Otta (1984) analisaram as respostas fornecidas por alunos ingressantes de um curso de Psicologia de São Paulo à pergunta: "Qual é, a seu ver, a imagem que o público leigo tem do psicólogo?" A maioria das respostas demonstrou haver informação sobre a Psicologia, que é vista predominantemente como Clínica. As referências às outras áreas de atuação profissional são apenas esporádicas. O campo de competência profissional do psicólogo não é claramente delimitado, aparecendo confusões com a figura do psiquiatra que trata de pessoas loucas. Pelo que se pôde apreender das opiniões coletadas, o trabalho do psicólogo teria uma importância social muito restrita, pois limitar-se-ia a uma pequena parcela de pessoas "fracas e dependentes" do ponto de vista emocional.

Em pesquisa que abrangeu alunos do primeiro e do quinto ano de dois cursos de Psicologia da cidade de Londrina, Silva e Botomé (1986) interessaram-se por investigar a percepção que têm os estudantes do trabalho do psicólogo clínico. Para os objetivos do presente estudo, restringiremos nossa atenção às respostas dos alunos iniciantes. As situações mais frequentemente percebidas como prováveis alvos da intervenção do psicólogo (situações com as quais os psicólogos clínicos atuam, podem ou devem atuar) são categorias de "problemas": sociais, psicológicos, sexuais, etc. A atuação profissional orienta-se, assim, para a "recuperação" e/ou "reabilitação" dos indivíduos. Os estudantes percebem pouca amplitude de atuação no trabalho desenvolvido pelo psicólogo clínico na atualidade. Os locais de trabalho percebidos são aqueles já tradicionais, como instituições: de Saúde Mental, de Saúde, de Ensino e Pesquisa, Penais, Sociais e Assistenciais, e de Ensino Especial. Mais do que isso: predomina uma tendência a considerar locais de atuação dos psicólogos clínicos aqueles que lidam diretamente com pessoas problemas ou pessoas com problemas.

Lázaro, Oliveira e Marques (1986) compararam as respostas dos alunos ingressantes sobre os motivos da escolha do curso com as respostas dos alunos de quinto ano. O estudo foi realizado na cidade de Uberlândia. Foi encontrada uma grande semelhança entre a percepção inicial e ao término do curso de Psicologia. A análise comparativa dos dados obtidos mostrou que o aluno ingressa no curso com a concepção de que a Psico-

logia é um instrumento para conhecer a si mesmo e ajudar os outros, indicando uma clara preferência pela área clínica. Demonstra ainda um alto nível de idealização da profissão e uma quase total ausência de preocupações propriamente profissionais. O aluno prestes a concluir o curso ainda manifesta uma notável idealização em relação ao exercício da profissão. A psicologia continua sendo percebida como uma forma de resolução de problemas e de trazer felicidade.

Magnani (1986) atenta para o fato de que, apesar de ser utilizado por diversos autores, o conceito de representação não aparece definido com precisão na literatura. Portanto, temos aí um grave paradoxo: apesar de não ser discernido com precisão, o estudo do fenômeno das representações sociais vem se convertendo em moeda corrente da Psicologia Social. Moscovici (1961) salienta que há muitas razões para que o conceito de representação social seja de difícil apreensão, razões em grande parte históricas, que caberia aos historiadores descobrir, e razões não históricas, que podem ser reduzidas a apenas uma, que é o lugar que o conceito ocupa "na encruzilhada de uma série de conceitos sociológicos e de uma série de conceitos psicológicos" (p. 41). A concepção de representação social como "via de apreensão do mundo concreto" ou como forma de pensar ou de se situar no mundo, ou ainda como registro disponível para classificar e interpretar a realidade, próprio da nossa cultura, é mais bem esclarecida pela obra de Moscovici (1961). Em linhas gerais, o que se depreende da teoria deste autor é que o indivíduo ou o grupo social, quando formula uma representação social de uma teoria ou de um fenômeno científico, está na verdade recriando-o segundo a sua visão particular do mundo. Um outro autor, que também tem seu nome ligado à Psicologia Social, Erving Goffman (1961), oferece um conceito um tanto quanto diferente sobre representação, que se aproxima mais do sentido que a palavra assume na dramaturgia, embora este seja deslocado para o domínio social e adquira aí um estatuto próprio. (Uma consideração mais cuidadosa das diferenças e semelhanças entre os conceitos de representação para estes autores foi alvo de um outro estudo de nossa autoria: Santos, 1988). De comum, essas teorias parecem guardar apenas a hipótese inicial de que a representação é um fenômeno psicológico engendrado na coletividade. Nessa medida é um fenômeno moldado socialmente, embora os mecanismos subjacentes à sua produção sejam de natureza psicológica.

Moscovici (1961), ancorado em noções derivadas de Psicologia Social e da Sociologia do Conhecimento, emprega o termo "representação social" para designar tanto o produto como o processo de interiorização e modificação sofrida pelas informações adquiridas pelo indivíduo, de acordo com as suas experiências de vida e necessidades (sejam elas conscientes ou não). As condições concretas de vida levariam o indivíduo a re-apresentar, segundo a percepção do mundo que lhe é peculiar, os conceitos adquiridos através do convívio coletivo. Este comportamento teria dois efeitos notáveis: o primeiro, o de permitir que o agente, através da representação, vá além dos conceitos, recriando o dado em uma dimensão social; e o segundo, de engendrar o processo que perpetua uma determinada forma de pensar e representar a realidade, implícita em toda representação social.

Arruda (1983, p. 8) resenha uma série de trabalhos que, partindo de diferentes enfoques — econômico, antropológico, das ciências da educação ou da saúde — utilizam o "estudo de representações sociais para explicar as relações entre o indivíduo e a sociedade e/ou as formas como ele elabora psicologicamente sua realidade e age sobre ela". Segundo esta autora, a representação social tem um papel fundamental dentro do processo dinâmico implícito na formação do comportamento e do pensamento coletivo. "... a Representação Social emerge como fenômeno importante para o enfoque psicossociológico da sociedade; é um processo central, dinâmico, situado na articulação do social e do psicológico que permite compreender a formação do pensamento social. Ela é, para nós, um modo de conhecimento da formação do comportamento. (...) Aí reside sua utilidade para o estudo do estado e evolução das idéias e das condutas sociais, já que ela desvenda os mecanismos de funcionamento da elaboração social do real" (idem, *ibidem*, p. 9).

Para descrever as formas pelas quais a Psicanálise é representada socialmente, como o público a modela e através de que caminhos se constitui a imagem que dela se faz, Moscovici (1961) recorre à construção de modelos psicológicos, a partir dos quais os membros de uma determinada sociedade pensam a sua experiência. Seu ponto de partida são pesquisas de opinião e de questionários endereçados a amostras representativas da população e uma análise de conteúdos veiculados pela imprensa

francesa durante um certo período de tempo. Através dessa pesquisa, Moscovici elaborou um método que pode ser aplicável a outras representações sociais, como as representações correntes da Educação, da Psicologia, da Medicina, e assim por diante. Trata-se, portanto, de um modelo teórico, que foi posteriormente enriquecido pelos aportes de Jodelet (1976), citada por Arruda (1983).

Assim como Moscovici pôde elucidar as distorções existentes na imagem que o público faz da Psicanálise, é possível investigar a imagem que o "bom senso" popular transmite a respeito de outras profissões e áreas de conhecimento, como a Psicologia, dentro de um contexto social preciso. O universo de representações é, como indica Schmidt (1984), uma peça importante na reprodução e legitimação de certos modos de pensar a prática profissional e o saber psicológico. Ao mesmo tempo em que ele é constituído pelas práticas sociais que engendram a produção e a utilização do conhecimento psicológico, é constituinte e legitimador dessas mesmas práticas.

Assim, as representações podem instituir determinada forma de atuação, graças ao seu considerável poder de articular-se nos discursos sobre a profissão, impondo gradualmente uma imagem dominante pela qual ela passa a ser reconhecida no circuito das trocas sociais.

Se praticamente já é do conhecimento geral a hegemonia da Psicologia Clínica no campo de atuação profissional em nosso país e se esta condição social tem mesmo influenciado objetivamente a representação social da profissão, pode-se esperar que se detecte, entre profissionais, estudantes de Psicologia e o público leigo, este modo muito particular de conceber a Psicologia. Considerando tal premissa, pretendemos investigar as representações de alunos sobre a Psicologia enquanto profissão, partindo-se do princípio de que também elas são elementos constitutivos das formas do saber e da prática psicológica.

Boistel (1982-1983) já havia percebido a importância de se especificar a percepção que o estudante de Psicologia tem do papel do psicólogo, detendo-se particularmente na figura do psicólogo clínico, mas coube a Bernardi (1982-1983) assinalar que não importa saber se a imagem social da Psicologia é boa ou má, mas sim se ela prepara os estudantes a dominar uma área de conhecimento necessária para sua atuação posterior.

Assim, consideramos de relevância precisar a imagem da Psicologia que o aluno ingressante traz, porque ela pode determinar sua futura escolha por uma determinada área de atuação em função dessas pré-concepções, caso elas não sejam modificadas ou corrigidas pelos cursos ao longo da formação. Alguns trabalhos sobre a atuação ou formação do psicólogo em nosso meio oferecem evidências que parecem confirmar tal fenômeno, como Carvalho e Kavano (1982); Silva e Botomé (1986); Lázaro, Oliveira e Marques (1986); Dobrienskyj (1988b, 1988c) e Ulian e colaboradores (1988).

Grego e Kaumann (1973) vêem a necessidade de um trabalho prévio, que desmistifique e altere radicalmente as pautas de verossimilhança vigentes em relação ao que se entende por Psicologia. Esses autores sustentam que a prática e os modelos de atuação do psicólogo estão condicionados pelo sistema social de produção da Psicologia. Recordam ainda que a história das profissões condiciona, e até mesmo pode determinar, o progresso ou o atraso científico. Reconhecer o lugar do psicólogo no processo de produção da Psicologia reveste-se assim de uma importância capital para a obtenção das mudanças desejadas.

As representações que cercam o exercício da profissão na sociedade argentina revelam muitas semelhanças com as que vêm sendo detectadas através de verificação metódica no Brasil. Mas as soluções propostas carecem de maior solidez. Entrementes, um outro autor argentino, Harari (1975), acredita que os mitos e equívocos sobre o psicólogo podem ser desconfirmados pela ciência, que lhe imporá uma forte resistência. Se é verdadeiro que estes mitos influenciam a produção de comportamentos referidos socialmente como próprios ao psicólogo, não é menos verdade que a imagem mística, estereotipada, ainda predominante segundo Harari, tende a enfraquecer-se com a evolução do conhecimento psicológico. Resta saber qual a direção que essa evolução deve seguir, que em nossa opinião deve ser aquela mais favorável para a criação de alternativas de atuação profissional (Botomé, 1987) que transformem os modelos tradicionais em opção, e não imposição, de trabalho.

Tomando como referencial esses dados da literatura, o presente trabalho preocupa-se especialmente em avaliar o tipo de informação acerca da profissão do psicólogo e da sua função social com que o aluno ingressa em um determinado curso de

formação. O objetivo é averiguar até que ponto os alunos iniciantes conhecem ou desconhecem as diferentes áreas de atuação e quais são as representações sociais que eles produzem em relação a essas áreas. Em outras palavras, verificar quais são os aspectos da imagem da profissão conhecidos e valorizados por eles.

A presente investigação situa-se ainda no âmbito de outras pesquisas como a de Rodrigues, Trindade, Menandro e Rodrigues (1985), Ulian e colaboradores (1988) e Dobrienskyj (1988a, 1988b e 1988c), que, de um modo geral, procuram estudar as apirações, expectativas (acadêmicas e profissionais) e representações sobre a Psicologia, que constituem as imagens da profissão trazidas pelos estudantes de Psicologia e a maneira como elas influenciam ou são influenciadas pela formação e atuação profissional.

MÉTODO

Sujeitos

A amostra foi composta de 53 alunos (44 do sexo feminino e 9 do sexo masculino) recém-admitidos em um curso de formação em Psicologia de uma instituição pública de ensino superior da cidade de São Paulo, cujas idades variavam entre 17 e 24 anos (idade média igual a 19 anos). Esses estudantes eram provenientes, em sua maioria (79%), de escolas particulares de 2º grau e não exerciam qualquer atividade remunerada. O nível sócio-econômico (NSE) dos pais variou de médio-alto a alto.

Para a classificação do NSE das famílias dos sujeitos, tomou-se como base a profissão e o nível educacional dos pais. O nível profissional e educacional foi avaliado através de uma escala ponderada de nível profissional, adaptada para o Brasil por Hutchinson (1960), baseada em uma hierarquia de prestígio das profissões, com seis pontos e peso três, combinada com uma escala educacional com seis pontos e peso dois, descrita por Lomônaco (1970). A escala total varia de 5 pontos, correspondente ao nível mais alto de "status" profissional e educacional, a 30 pontos, que equivale ao nível mais baixo. Para

efeito da presente investigação, considerou-se como pertencentes à classe alta e média-alta os pais que apresentavam um resultado entre 5 e 14 pontos, classe média quando o resultado variava entre 15 e 18 pontos e classe média-baixa e baixa, de 19 a 30 pontos. Na amostra, 80% das famílias enquadravam-se na primeira classe citada.

Procedimento

Os pesquisadores solicitaram a dois professores que ministram aulas para o primeiro ano de graduação em Psicologia que lhes fosse cedida uma parte da aula para a aplicação de um questionário aos alunos. Os estudantes foram solicitados a responder de forma livre e espontânea ao questionário mimeografado; explicou-se que não havia respostas certas ou erradas e que o interesse da pesquisa era o de saber o que eles pensavam acerca da carreira escolhida. Além de dados pessoais, o questionário constava das seguintes perguntas abertas: 1) O que faz um psicólogo na sua opinião? e 2) Que função social o psicólogo desempenha?

A análise dos dados foi realizada a partir de uma categorização prévia de todas as respostas cursivas, efetuada de forma independente por três juízes. Posteriormente, essa categorização foi apresentada junto às respostas dos sujeitos a três outros juízes, que as classificavam, também de modo independente, segundo a lista de categorias previamente estabelecidas. Os resultados foram então confrontados uns com os outros e, à medida que havia consenso geral entre as classificações atribuídas pelos três juízes, a resposta era considerada. Foi adotado o critério de classificar cada resposta em tantas categorias quantas fossem necessárias para esgotar seu conteúdo, o que implica que a tabulação não exprima o número de entrevistados. Isto se justifica pelo fato de que a análise dos dados tinha por principal objetivo examinar cuidadosamente o conteúdo das respostas, sendo sua frequência um aspecto secundário.

Desse modo, a resposta de um dos sujeitos à questão 2: "O psicólogo tenta ajudar ou encaminhar pessoas cujo comportamento não esteja de acordo com o que a própria pessoa desejaria desempenhar", foi classificada em uma única categoria "função de ajuda: ajudar o indivíduo a se modificar". O mesmo não acontece com a seguinte resposta de um outro sujeito: "Um psicólogo age em clínicas como terapeuta; no aconselhamento de pais e alunos, ou como orientador profissional nas escolas"

em que a resposta foi decomposta em três categorias: "Clínica: terapia", "Educação: aconselhamento" e "Educação: orientação vocacional/profissional".

O método utilizado para coletar as representações sociais baseou-se em questionários, mas devemos mencionar, de passagem, que os trabalhos de pesquisa que lançam mão deste conceito podem se apoiar em inúmeras outras técnicas, tais como entrevistas, análise de conteúdo de textos, dinâmica de grupo, etc. Esses recursos podem ainda complementar-se uns aos outros, enriquecendo ainda mais a investigação.

No que se refere à análise das representações sociais, ainda que ela seja normalmente realizada em duas etapas diferentes (Arruda, 1983, p. 11), optamos por uma análise em conjunto. Assim, todos os elementos ou dimensões constitutivas da representação, que formam a primeira etapa de análise (nível de informação, atitude com relação ao objeto, campo ou amplitude da representação), bem como os processos constitutivos que formam a segunda etapa de análise (objetivação e amarração ou ancoragem da representação), aparecem condensados na análise que é feita a partir das categorias obtidas, que foram hierarquizadas segundo a frequência com que aparecem na amostra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos acham-se distribuídos nas Tabelas 1 e 2.

A Tabela 1 mostra as respostas obtidas para a questão: "O que faz um psicólogo na sua opinião?" Observa-se que, do total de respostas obtidas, 57% referem-se às diferentes áreas de atuação. Portanto, o critério pelo qual a atuação profissional do psicólogo é caracterizada tende a priorizar a agência ou área de atuação. As maiores frequências incidem igualmente nas três áreas de atuação do psicólogo tradicionalmente reconhecidas, a saber: Clínica (28%), Educação (27%) e Indústria (28%). São mencionadas ainda, embora em frequências relativamente menores, Ensino (10%), Pesquisa (8%), Saúde (8%) e Publicidade (2%).

Tabela 1. Distribuição das respostas dos sujeitos à questão: "O que faz um psicólogo na sua opinião?"

O que faz um psicólogo na sua opinião?	f*	** f/tol (%)	*** f/cat (%)
1. Depende da área de atuação	67	57	28
a) Clínica	19		
I. Terapia	6		
II. Aconselhamento	2		
III. Análise	2		
IV. Trabalhar indivíduo (com ou sem problemas)	2		
V. Não específica atividade	7		
b) Indústria	19		
I. Seleção	7		
II. Treinamento	2		
III. Orientar relações entre colegas e entre empregado e padrão	2		
IV. Melhor andamento do trabalho	1		
V. Aumentar produção	1		
VI. Não específica atividade	6		
c) Educação	18	27	
I. Aconselhamento	3		
II. Orientação vocacional/profissional	3		
III. Integrar criança problemática à escola	2		
IV. Problemas de aprendizagem	2		
V. Avaliar/desenvolver métodos de aprendizagem	1		
VI. Não específica atividade	7		
d) Ensino	7	10	
I. Segundo grau	2		
II. Superior	2		
III. Não específica atividade	3		
e) Pesquisa	5	7	
f) Outras atividades	6		
I. Saúde	5	9	
II. Publicidade	1		
2. Não se refere às diferentes áreas	51	43	24
a) ajustar o indivíduo à sociedade	12		
b) ajudar o indivíduo a compreender a si mesmo	9		
c) apoio	9		
d) orientação	7		
e) ajudar o indivíduo a resolver problemas	4		
f) trabalhar relações (não específica)	2		
g) estudar comportamentos	2		
h) conscientizar	2		
i) resolver problemas	2		
j) prevenção	1		
l) observar o cotidiano	1		

(*) Frequência absoluta de respostas.

(**) Frequência relativa ao total de respostas, em percentagem.

(***) Frequência relativa ao total de respostas obtidas em cada categoria, em percentagem).

Dentre as respostas que não se referem às diferentes áreas de atuação (43%, o equivalente a 51 respostas), 24% definem as atividades do psicólogo dentro da categoria genérica "ajustar o indivíduo à sociedade". Seguem-se as subcategorias "ajudar o indivíduo a compreender a si mesmo" e "apoio", ambas com 18%, e "orientação" (14%). As demais subcategorias aparecem com freqüências inferiores a 8%.

Analisando mais cuidadosamente a categoria "depende da área de atuação" nota-se que, apesar de citar as diferentes áreas, o aluno não especifica que atividades são exercidas em cada uma delas. Entre as respostas que especificam a atividade do psicólogo na área Clínica, são agrupadas atividades como "terapia" (6), "aconselhamento" (2), "análise" (2) e "trabalhar indivíduo com ou sem problemas" (2). Isto parece confirmar a hipótese de que a atividade clínica é percebida, na maioria das vezes, como uma relação direta e íntima com outra pessoa, ao nível de atendimento terapêutico. Surpreendentemente, este dado também se aplica à área de Educação, em que as atividades mais citadas se referem a "aconselhamento" (3), "orientação vocacional/profissional" (3) e "integração da criança problemática à escola" (2), ou seja, o modelo de atuação é mais uma vez dotado de características do trabalho clínico, em que a Psicologia Escolar é concebida basicamente como uma atuação direta junto às crianças.

Em Indústria, parece haver um maior reconhecimento da especificidade das atividades que caberia ao psicólogo desempenhar, atuando em "seleção" (7) e "treinamento" (2), embora ainda persista, de certo modo, a natureza da atividade clínica em "orientação" (2).

Nas demais áreas de atuação arroladas (Ensino, Pesquisa e outras), não se observa a perspectiva de atuação clínica, talvez pelo fato de serem áreas mais técnicas, que podem não dar margem para a relação interpessoal que caracteriza a Clínica. Por outro lado, subjacente às respostas que não se referem às diferentes áreas, constata-se um nítido domínio do modelo de trabalho clínico. O psicólogo aparece como aquele que pode "ajustar o indivíduo à sociedade" (12), "ajudar o indivíduo a compreender a si mesmo" (9), propiciar "apoio" (9) e "orientação" (7) "ajudar o indivíduo a resolver problemas" (4), "conscientizar" o indivíduo acerca desses problemas (2) ou mesmo

"resolvê-los" (2) para o indivíduo. O psicólogo pode ainda ser identificado como um contemplativo "observador do cotidiano" (1), para quem o fato de "estudar comportamentos" (2), por exemplo, justifica-se em si mesmo, não implicando compromisso com a comunidade de espécie alguma.

Embora não sejam citadas as diferentes áreas, as respostas parecem indicar a percepção de uma única área de atuação (Clínica), ainda que se deva considerar que a não especificação do que os sujeitos entendem, por exemplo, por atividades de "apoio" e "orientação", dificultem uma análise mais rigorosa. Em outras palavras, também aqui a Clínica é uma vez mais identificada com a área de atuação por excelência do psicólogo.

Silva e Botomé (1986) observaram uma tendência semelhante, embora tenham trabalhado com locais de atuação em vez de atividades: "A orientação básica na percepção dos sujeitos em relação aos locais de atuação do psicólogo clínico pode ser observada no local mais indicado pelos sujeitos: a clínica psicológica particular. Os demais locais citados, na sua maioria, são variações da clínica ou locais onde tem sido mais freqüente uma atividade 'clínica'. Nesse sentido, por exemplo, a escola pode ser um local onde os psicólogos atuem como clínicos, de acordo com um 'modelo médico' e com uma espécie de 'consultório na escola', voltados para o atendimento de 'pessoas com problemas', alunos 'fracos', 'indisciplinados', 'desequilibrados', 'inseguros', 'carentes', etc." (p. 30).

A Tabela 2 apresenta as respostas obtidas para a questão: "Que função social o psicólogo desempenha?" Nota-se que, dos 53 sujeitos, 18 (34%) não sabem especificar uma única função social que o trabalho do psicólogo pode atender. Entre aqueles que percebem o trabalho em Psicologia como socialmente relevante, 26% das respostas obtidas caracterizam-no como tendo uma "função de ajustamento". Por essa visão, caberia ao psicólogo "integrar o indivíduo à sociedade" (12 respostas), "integrar o indivíduo a si mesmo" (2 respostas) ou ainda transformar a sociedade em que vive, com a finalidade de "melhorar" e "questionar as relações sociais" (4 e 1 respostas, respectivamente), adaptando-as ao indivíduo. Por outro lado, 22% apontam para a "função de ajuda", segundo a qual caberia ao psicólogo "ajudar o indivíduo a solucionar seus problemas e con-

flitos" (12 respostas), ou ainda "ajudar o indivíduo a 'ver' o que ele 'não pode ver' (3 respostas) e a "se modificar" (uma única resposta). Uma "função de aconselhamento" é salientada por 12% das respostas, em que o psicólogo seria responsável por "orientar pessoas rumo ao autoconhecimento" (6 respostas) ou "compreender o mundo de cada pessoa" (3 respostas). Já "promover o bem-estar" é a função social priorizada por 11% das respostas, podendo ser sub-agrupada em: "promover o bem-estar do indivíduo" (3 respostas), "proporcionar e prevenir problemas mentais" (2) e "proporcionar equilíbrio mental" (uma única resposta). 4% das respostas distribuem-se entre "melhorar o mundo" (1), "ser amigo" (1) e "confortar doentes desengoados" (1), em que a função do psicólogo parece ser percebida como estando próxima da função de um missionário ou sacerdote que faz do "altruísmo e da abnegação" suas metas de vida. Houve ainda a ocorrência isolada da resposta "só tem função social quando atua em instituições".

Parece interessante comparar as informações proporcionadas pela Tabela 2 com dados relatados na literatura para a população de psicólogos já formados. Ulian e Colaboradores (1988) concluíram que "ajudar o ser humano" é um dos principais motivos de escolha da profissão. Embora a comparação destes dados com os resultados obtidos pela presente pesquisa esteja prejudicada pelo fato de não termos trabalhado com motivos apontados para a busca da profissão, é possível que se cotejam os valores implícitos nos motivos do estudo citado com aqueles sistematizados na Tabela 2. Valores como altruísmo e abnegação convivem com a aspiração por ajustar, ajudar, aconselhar e promover o bem-estar psicológico das pessoas. Ulian e colaboradores (1988) chamam esta tendência de "mística da dedicação ao próximo", cuja característica mais relevante é a consideração do indivíduo isolado de seu contexto. Acrescentamos que estes valores são análogos àqueles cultivados pela medicina, profissão hegemônica no setor da saúde, e que permeiam boa parte dos instrumentos, métodos, técnicas e linguagem dominantes na Psicologia. A propósito, Costa (1986a) verificou, como fatores que afetaram a escolha da Psicologia, a busca de uma profissão de ajuda, além de curiosidade e interesse pela área de conhecimento, identificação com alguém que se admira e busca de autoconhecimento.

Tabela 2. Distribuição das respostas dos sujeitos à questão: "Que função social o psicólogo desempenha?"

Que função social o psicólogo desempenha?	* f	** f/tot (%)
1. Função de ajustamento	19	26
a) integrar o homem à sociedade e/ou reintegrar os desajustados	12	
b) integrar o homem a si mesmo	2	
c) melhorar relações sociais	4	
d) questionar as relações sociais	1	
2. Função de ajuda	16	22
a) ajudar o indivíduo a solucionar seus problemas e conflitos	12	
b) ajudar o indivíduo a "ver" o que ele "não pode ver"	3	
c) ajudar o indivíduo a se modificar	1	
3. Função de aconselhamento	9	12
a) orientar pessoas rumo ao auto-conhecimento	6	
b) compreender o mundo de cada pessoa	3	
4. Promover o bem-estar	10	14
a) promover o bem-estar do indivíduo	3	
b) proporcionar condições favoráveis para um desenvolvimento sadio	2	
c) curar e prevenir problemas mentais	2	
d) proporcionar equilíbrio emocional	1	
5. Altruísmo e abnegação	3	4
a) melhorar o mundo	1	
b) ser amigo	1	
c) confortar doentes desenganados	1	
6. Só tem função social quando atua em instituições	1	1
7. Não sabe especificar	18	24

(*) Freqüência absoluta de respostas.

(**) Freqüência relativa ao total de respostas, em porcentagem.

Talvez seja igualmente útil comparar os dados oferecidos pela Tabela 2 com os obtidos por outras pesquisas voltadas para os psicólogos em formação. Neste sentido, Leme, Bussab e Otta (1984) mostraram que os estudantes de Psicologia vêem a imagem que o público leigo faz da profissão como sendo

uma "atividade de invasão e manipulação" das pessoas, na qual um profissional "louco, meio pirado" aborda pessoas "fracas, dependentes e loucas". Além disso, o psicólogo é visto como um profissional "de segunda categoria, de elite e charlatão". Estas categorias só tem sentido se pensarmos que todas elas correspondem à interpretação do trabalho do psicólogo como tendo uma natureza eminentemente clínica, e a uma determinada visão do que seja o trabalho clínico e da população a que ele se destina. Enfocando agora a Tabela 2, vemos que as funções relacionadas como pertinentes ao trabalho do psicólogo só podem contribuir, uma vez efetivadas, para a manutenção da imagem delineada logo acima.

Estes dados nos permitem extrair algumas considerações no mínimo preocupantes. Em primeiro lugar, a importância social da profissão não é reconhecida por grande parte dos sujeitos. De fato, uma análise mais criteriosa das respostas possibilita constatar que o modelo de atuação promovido é, uma vez mais, o do profissional liberal lotado em consultório particular, atuando em nível de psicoterapia, basicamente de tipo individual e prolongado. Não se observa uma delimitação do campo de competência do psicólogo, do seu objeto de trabalho ou de suas atribuições e tarefas específicas, razão pela qual o profissional é visto tanto como aquele que irá aliviar problemas e conflitos pessoais como aquele que poderá encontrar "novos caminhos para um mundo melhor" (conforme transcrição fiel de uma das respostas). Se a primeira imagem revela uma certa confusão com o modelo médico (particularmente identificado à cura e alívio de sintomas), a segunda segue uma outra vertente, que é a da abnegação e do despreendimento, atributos que seriam desejáveis ao profissional de Psicologia segundo uma visão mais idealista (e dita também "humanista"). Que não nos surpreenda o fato de esses mesmos requisitos aparecerem na ordem do discurso médico, de onde mesmo foram possivelmente extraídos — como de resto todo o modelo médico foi tomado de empréstimo — para construir o que foi a origem do saber psicológico. O que não se pode aceitar de bom grado é que essas concepções permaneçam cristalizadas e, portanto, ainda vigentes no conceito que têm os estudantes de Psicologia da profissão que escolheram. Aliás, Moscovici (1961, p. 166) encontrou concepções muito semelhantes, disseminadas

por todo o público leigo, a respeito da Psicanálise: "cumpre que o psicanalista tenha vocação, que seja dotado de uma abnegação especial e de uma pureza de intenções que deverá manifestar-se em sua relação com o paciente".

Essas representações sociais da profissão que a amostra selecionada de alunos primeiranistas traz consigo e que são transparentes em suas opiniões, mormente no período inicial de formação, são calcadas em uma visão ingênua e mistificada da Psicologia como ciência e profissão. Por outro lado, a imagem do profissional que está por trás das funções apontadas algumas vezes aproxima-se mais da imagem de um conselheiro amigo, dotado de um conhecimento teórico eclético e profundo acerca do ser humano, que o instrumentaliza a conhecer, orientar, aconselhar e ajudar o outro, com vistas ao seu bem-estar (aqui definido como ausência de conflitos, "problemas", etc.).

Se tomarmos estes dados como referência para uma reflexão acerca das percepções do aluno de primeiro ano, veremos que a meta de relevância ou alcance social que, na Tabela 1 do presente trabalho, poderia estar subjacente à categoria "Educação" e em "ajustar o indivíduo à sociedade", "conscientizar", "prevenção", aparece bastante diluída na Tabela 2, onde o psicólogo é descrito como tendo uma função de ajustamento do indivíduo ao social, e não o oposto, por exemplo. Assim, parece razoável supor que as expectativas pessoais em torno da formação profissional são polarizadas pelo anseio de trabalho com o indivíduo, enquanto categoria isolada e independente do contexto mais amplo que o cerca.

CONCLUSÕES

A análise dos resultados permite-nos tecer algumas conclusões acerca das aspirações e representações dos estudantes do presente estudo em relação à profissão do psicólogo.

Entretanto é necessário frisar que a metodologia empregada limita bastante a generalização dos resultados, pois não aplicamos provas estatísticas que determinassem o nível de significância dos dados obtidos. Considerando o número reduzido de casos e nosso interesse sobretudo por avaliar e categorizar as percepções dos alunos, mais do que em quantificá-las,

optamos por não prover uma análise quantitativa mais refinada, que cruzasse por exemplo as respostas obtidas para as questões 1 e 2, correlacionando-as ou verificando a homogeneidade da distribuição das mesmas. Evidentemente, mantida no nível em que está, a análise apresenta o inconveniente de limitar uma maior generalização dos dados. Por outro lado, tomamos um cuidado especial com relação às conclusões geradas pelos mesmos, a fim de evitar as inferências e generalizações indevidas.

Evidencia-se que a imagem promovida é a de um profissional que presta assistência individualizada a todos aqueles que recorrem espontaneamente aos seus serviços. Trabalhar com pessoas, estabelecendo com elas uma relação íntima e direta, parece ser o conteúdo essencial das aspirações dos alunos que recém-ingressaram no curso de formação. Esta imagem, de certo modo, acaba por definir as percepções e aspirações individuais, relativas ao âmbito de ação e aos objetivos dos serviços prestados pelo futuro psicólogo, restringindo-os à atividade clínica.

Esta representação da profissão é provavelmente influenciada pela própria atuação profissional do psicólogo, identificada pelos alunos com o atendimento de uma escassa minoria privilegiada do ponto de vista sócio-econômico e que dispõe, portanto, de recursos para se beneficiar de uma assistência psicológica individualizada e nos moldes propostos. Uma parcela substancial das respostas parece ainda relacionar a atuação em Psicologia com o "modelo médico" (Mello, 1975a), onde a profissão é vista como um ramo ou prolongamento da Medicina, não tendo ainda acedido a um estatuto próprio e independente de outros saberes. O que talvez explique por que seja apontada como tarefa do psicólogo trabalhar de maneira individualizada com pessoas desajustadas, portadoras de problemas mentais e conflitos que precisariam ser curados ou prevenidos.

Essa hipótese é fortalecida não apenas pela acentuada preferência pela atuação profissional autônoma, como pela não percepção do significado social dos serviços prestados pelo psicólogo. De fato, a se levarem em conta os interesses da maior parte dos alunos, constata-se que eles aspiram a uma carreira de psicoterapeutas lotados em consultório ou clínica particular, prestando serviços na qualidade de profissionais liberais autônomos. Para o estudante de primeiro ano, nisto parece se resumir o trabalho em Psicologia. Portanto, como a atuação profes-

sional — tal qual é percebida pelos alunos — caracteriza-se pela condição de trabalho clínico, especialmente sem vínculo empregatício de qualquer espécie, não é surpreendente que haja apenas uma resposta que conceba um trabalho vinculado a instituições e nenhuma referência à possibilidade de atuação em instituições comunitárias, como creches, orfanatos, hospitais, postos de saúde, instituições para excepcionais, ou associações de bairros, comunidades de igreja, favelas, órgãos governamentais, etc. A gravidade de tal omissão não pode ser subestimada, pois ela ocorre concomitantemente com a preocupação que se observa entre os psicólogos no sentido de ampliar e diversificar sua atuação profissional para conquistar novas fatias do mercado de trabalho e estender os serviços prestados para a população mais carente de recursos econômicos. Del Prette (1986) inclusive propõe como critério para conferir relevância social a uma atuação psicológica a eficácia que ela demonstra em corrigir desigualdades sociais!

De um modo geral, detecta-se um desconhecimento generalizado dos campos recentes de atuação conquistados pelo psicólogo nos últimos anos, o que confirma os dados obtidos por outros estudos (Carvalho, 1984; Silva e Botomé, 1986; Costa, 1986b, etc.), o que evidencia a inexistência de contato com as condições concretas em que os profissionais estão atuando, a diversificação dos modelos de trabalho, etc. Woods (1976) realizou um amplo estudo sobre as novas linhas de ação da Psicologia, listando dezenas de novas contribuições significativas que têm sido oferecidas em novas áreas de atuação. No Brasil, um fenômeno semelhante vem sendo observado, como notou Rosas (1976). O desconhecimento de tais fatos pode justificar, ao menos em parte, a visão clínica do início do curso, concomitantemente com os preconceitos e estereótipos que modelam as representações e as expectativas dos alunos já de saída. Essas constatações apontam para a necessidade de se corrigirem tais distorções ao nível da formação acadêmica, propiciando ao aluno uma concepção mais realista acerca da Psicologia, não apenas em nível conceitual como também na dimensão prática de uma atuação cada vez mais diversificada. Isto poderia contribuir inclusive para a expansão da atuação em áreas alternativas, o que propiciaria que fosse atendida uma maior amplitude de necessidades sociais do que aquelas arroladas na Tabela 2.

O ponto mais importante que a presente pesquisa procura clarear é o desconhecimento, por parte do aluno, da realidade da formação e do exercício profissional na atualidade, e a perigosa idealização de um determinado modelo de atuação. Estamos certos de assim podermos contribuir para a construção de uma profissão mais comprometida com as necessidades da população e, desse modo, garantir a consolidação da imagem de uma profissão socialmente relevante. Acreditamos assim poder fornecer subsídios para uma reflexão sobre a profissão, dirigida sobretudo àqueles que, como nós, participam da formação de novos profissionais e que, desse modo, também são responsáveis pela reprodução e legitimação de determinada visão da Psicologia.

Seria útil comparar os resultados aqui delineados com as opiniões manifestadas por cada camada social em particular, explorando a forma como a imagem da profissão é constituída pelos diferentes segmentos sociais e por que processos ela é construída. Por exemplo, a população de médicos, psiquiatras, assistentes sociais e de outras profissões liberais e não-liberais, a população operária, a população que seja representativa das classes alta, média e baixa, numa amostragem do conjunto da população brasileira. Como cada grupo, classe ou cultura constitui um universo de opinião particular, devemos precisar a contribuição de cada um desses universos no conjunto de representações que formam a imagem do psicólogo, como as conexões simbólicas são organizadas por cada grupo e até que ponto essas construções podem ser isoladas ou até onde elas são indissociáveis da imagem geral criada pelo conjunto da sociedade. Desse modo, assim como Moscovici (1968) ofereceu-nos um retrato ao mesmo tempo agudo e surpreendente de como o público pensa a psicanálise na França, poderíamos construir um painel da Psicologia, tal como a sociedade brasileira a representa, colhendo desse empreendimento audaciosos e valiosos subsídios para equacionar os problemas pertinentes a essas representações, a fim de compreender os fenômenos que as engendram.

Para encerrar, é preciso recordar que a Psicologia é uma ciência em vias de elaboração e, dessa perspectiva, o estudo sobre suas representações sociais é parte constitutiva de seu acervo de conhecimentos em contínua expansão.

ABSTRACT

Students who have recently joined a Psychology course of the city of São Paulo, answered a questionnaire with the following questions, about the career they have chosen: "In your opinion what does a psychologist do?" and "What is the psychologist's social role?" The sample survey consisted of 53 students of both sexes, whose average age was 19.

The results show that the information about the areas for the exercise of Psychology students have, when they join the course, are precarious and disorganized. Basically they are restricted to the work in the clinic field that stands out more frequently in the sample survey. The image created is that of a liberal professional established in a private surgery, and with an eclectic and "deep" theoretical knowledge about the human being which allows him to orientate, advise and help the others. The social role of the psychologist is not always noticed.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, A. M. S. O estudo das representações sociais: uma contribuição à Psicologia Social no Nordeste. *Revista de Psicologia*, 1983, (1), 5-14.
- BERNARDI, M. Avenir du métier de psychologue. Réalités de la pratique. Images du psychologue - Évolutions. *Bulletin de Psychologie*, 36 (358), 1982-1983, pp. 11-16.
- BOISTEL, D. Le psychologue clinicien vu par les étudiants de psychologie. *Bulletin de Psychologie*, 1982-1983, 36 (378), 26-28.
- BOTOMÉ, S. P. A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, 1979, 5(1), 1-15.
- BOTOMÉ, S. P. Um procedimento para identificação de alternativas de atuação profissional em Psicologia. Trabalho submetido para publicação à revista *Psicologia*, 1987.
- BOTOMÉ S.P. e ROSENBERG, C. P. Participação de psicólogos em administração de recursos de saúde pública: Análise de uma experiência. *Psicologia*. 1981, 7(3), 1-25.

- CARVALHO, A. M. A. Modalidades alternativas de trabalho para psicólogos recém-formados. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1984, (6), 1-14a.
- CARVALHO, A. M. A. Atuação psicológica. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 1984, 4(2), 7-9b.
- CARVALHO, A. M. A. e KAVANO, E. A. Justificativas de opção por área de trabalho em Psicologia: Uma análise da imagem da profissão em psicólogos recém-formados. *Psicologia*, 1982, 8(3), 1-18.
- COSTA, A. E. B. C. Perfil sócio-cultural do estudante de Psicologia. *Resumos da XVI Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, 1986a, resumo 116.
- COSTA, A. E. B. C. Psicólogos: como são, como serão? *Resumos da XVI Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, 1986b, resumo 117.
- DEL PRETTE, Z. A. P. O papel social da psicologia: reflexões sobre critérios e métodos para avaliar a relevância de intervenções na comunidade. *Ciência e Cultura*, 1986, 38(2), 329-333.
- DOBRIANSKYJ, L. N. Formação em Psicologia: I. Representação da Psicologia e o perfil do aluno e do professor dos cursos de graduação de Curitiba. *Resumos da XVIII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, 1988a, p. 229.
- DOBRIANSKYJ, L. N. Formação em Psicologia: II. Identificação dos motivos que levaram à escolha do curso e expectativas em relação ao curso. *Resumos da XVIII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, 1988b, p. 230.
- DOBRIANSKYJ, L. N. Formação em Psicologia: III. Percepção das áreas de atuação e expectativas em relação à futura atuação profissional. *Resumos da XVIII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, 1988c, p. 231.
- FIGUEIREDO, L. C. M. Notas impopulares sobre a formação do psicólogo. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1983, 4, 1-16.

- GOFFMAN, E. (1961). **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. do original inglês de Maria Célia Santos Raposo, Petrópolis: Vozes, 1975.
- GREGO, B. e KAUMANN, I. El lugar del psicólogo en el proceso de producción del psicoanálisis en Buenos Aires. In S. Bricht e colaboradores. **El rol del psicólogo**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973.
- HARARI, R. Prólogo. In: N. Litvinoff e S. K. Gomel, **El psicólogo y su profesión**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1975.
- HUTCHINSON, B. **Mobilidade e Trabalho: Um estudo na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- JODELET, D. **La Représentation Sociale du Corps**. Paris: E. H. E. S. S., 1976.
- LÁZARO, C. S.; OLIVEIRA, F. A. L. e MARQUES, T. M. Motivos de escolha do curso de Psicologia: comparação da percepção inicial e ao término do curso. **Resumos da XVI Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1986**, Resumo 135.
- LEME, M. A. V. S., BUSSAB, V. S. R. e OTTA, E. Representação Social do psicólogo transmitida por alunos de Psicologia. **Resumos da XIV Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1984**, p. 78.
- LOMÔNACO, J. F. B. **Valores profissionais de crianças e adolescentes**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1970.
- MAGNANI, J. G. C. Discurso e representação, ou de como os baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: Cardoso, R. (Org.) **A aventura antropológica: Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 127-140.
- MELLO, S. L. **Psicologia e profissão em São Paulo**. Editora Ática, São Paulo, 1975.
- MOSCOVICI, S. (1961) **A representação social da psicanálise**. Trad. do original Francês de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- PEREIRA, S. L. M. A formação profissional dos psicólogos: Apontamentos para um estudo. *Psicologia*, 1975, 1(1), 15-20.
- RODRIGUES, C. J. S., TRINDADE, Z. A., MENANDRO, P. R. M. e RODRIGUES, M. M. P. Relação entre interesse inicial em áreas de atuação profissional e características dos alunos ingressantes no curso de Psicologia da UFES. *Resumos da XV Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, 1985, p. 109.
- ROSAS, P. Como trabalha o psicólogo. *Lumen (Faculdade de Filosofia de Recife)*, 1977, 1, 9-24.
- SANTOS, M. A. A inserção do psicólogo na instituição: Os antecedentes da questão. *Anais da XVI Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, 1986, 79-83.
- SANTOS, M. A. Determinantes da "vocação" clínica da Psicologia no Brasil. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto USP, 1988 (Trabalho não publicado).
- SCHMIDT, M. L. S. Psicologia: representações da profissão. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1984.
- SILVA, V. L. M. e BOTOMÉ, S. P. Situações e locais de atuação do psicólogo clínico na percepção de estudantes de Psicologia. *Psicologia*, 1986, 12(3), 11-34.
- SILVA, R. C. O trabalho do psicólogo em centros de saúde: algumas reflexões sobre as funções da Psicologia na atenção primária à saúde. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1988.
- SINDICATO dos Psicólogos do Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região. *O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1984.
- THEBAUD, A. *Aspirations des étudiants de Psychologie*. Rio de Janeiro 1969. Mimeografado.
- ULIAN, A. L. O.; CARVALHO, A. A.; BASTOS, A. V. B.; SODRÉ, L. e CAVALCANTE, M. L. P. A Busca da profissão: valores implícitos nos motivos apontados por

psicólogos. Resumos da 40ª Reunião Anual da SBPC, 1988, p. 937.

WOODS, P. J. Career opportunities for psychologists. Washington: American Psychological Association, 1976.

ANÁLISE DE UMA PROPAGANDA VEICULADA NA PROGRAMAÇÃO INFANTO-JUVENIL DE DOMINGO DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO*

Carla WITTER**
Catia Mary VOLP***

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar uma propaganda de televisão, segundo a ótica do adulto. Sujeitos: 10 homens e 10 mulheres, com instrução superior e idade de 22 a 54 anos. Foi gravada a programação de 2 domingos, selecionada a propaganda mais freqüente e apresentada aos sujeitos acompanhada de um questionário e uma diferencial semântica. Os sujeitos (90%) viram a propaganda como dirigida à criança. Houve relação entre opiniões de sujeitos femininos e masculinos que a viram como: consumista, não-visual, alegre, comunicativa, bonita, criativa, auditiva, verbal, clara, agradável, de entretenimento, dinâmica, honesta e eficaz.

INTRODUÇÃO

O compartilhar uma informação, seja ela representante de fatos de natureza múltipla, ou de fatores individuais tais como emoções, pensamentos e outros, é algo bastante antigo na natureza humana e que recebe o nome de comunicação. Segundo Pfromm Netto (1986) a comunicação envolve: a) uma fonte; b) um processo de codificação; c) uma mensagem; d) um

(*) Trabalho apresentado no Curso de Pós-Graduação em Psicologia Escolar, na disciplina Psicologia do Brinquedo do IPUSP, ministrada pela Dr^a Edda Bomtempo e na 18^a Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, em 1988.

(**) Psicóloga, mestranda do IPUSP e bolsista do CNPq.

(***) Professora de Educação Física da UNESP e doutoranda do IPUSP.

canal; e) um processo de decodificação; f) um receptor; g) um potencial para retroalimentação (feedback) e h) uma possibilidade de ruído. Desde as primeiras comunicações humanas até as atuais, muito desenvolvimento tecnológico aconteceu e muitas mudanças ocorreram.

O fenômeno 'comunicação de massa' surgiu concomitantemente à tecnologia deste século e final do século passado, quando diversos meios de comunicação foram desenvolvidos. Até hoje são aperfeiçoados para permitir um processo de comunicação cada vez mais dinâmico. Para Pfromm Netto (1986), comunicação de massa "é o processo graças ao qual organizações complexas, com a ajuda de equipamentos específicos, produzem e transmitem mensagens públicas a vastas audiências, heterogêneas, disseminadas em largas áreas geográficas e predominantemente constituídas de pessoas que permanecem anônimas entre si" (p. 5). O cunho generalista dado à comunicação, com o advento dos meios e da própria comunicação de massa, dá a ela características novas permitindo, segundo Pfromm Netto (1974), uma democratização do saber, da informação e do entretenimento.

A mensagem original, na comunicação de massa, é trabalhada na fonte por grande número de pessoas, profissionais especializados que visam não a informações particulares, mas sim a públicas, a serem transmitidas a uma vasta classe receptora diversificada. Os indivíduos receptores é que selecionam os meios e as mensagens a serem atendidas, diferentemente do que ocorre em outros tipos de comunicação. Além disso, na comunicação de massa, a retroalimentação não é abundante e freqüente como nos outros tipos de comunicação, pois a existência do próprio meio entre a fonte e o receptor impossibilita tal retorno. Estes aspectos caracterizam a comunicação de massa diferenciando-a de outras modalidades.

Além da televisão, rádio, jornal, revista, cinema, teatro, Coelho (1980) menciona como comunicação de massa também a moda, os costumes alimentares, a gestualidade, o cartaz etc., um complexo mundo que veicula a cultura, massificando-a. Quanto às influências dos meios de comunicação de massa, Dominick (apud Pfromm Netto, 1986) afirma que ela provém de fontes formais com algumas características, a saber:

possuem sistemas de seleção de informação para permitir ou não a veiculação da mesma; baseiam-se em operações onerosas; visam ao lucro para auto-existência; e são fontes altamente competitivas. Tais características são próprias da sociedade de consumo, fruto do fenômeno da industrialização (Coelho, 1980). O fenômeno de industrialização determinou, de acordo com Coelho (1980, p. 10), "um tipo de indústria — a cultural — e de cultura — a de massa — implantando numa e noutra os mesmos princípios em vigor na produção econômica em geral".

Um dos meios de comunicação de massa mais utilizados na atualidade é a televisão. Na década de 30, seu aparecimento na Europa revolucionou a vida no planeta. No Brasil, sua primeira implantação deu-se em 1950, com a primeira transmissão feita pela TV Tupi Difusora, em São Paulo. Desde então o número de aparelhos de televisão só aumentou em todo o mundo, em todos os níveis sociais, em todos os regimes políticos, em todos os países, arrastando consigo suas glórias e suas desvantagens. A tevê penetrou nos lares, intrometeu-se na rotina das famílias, modificando-a, transmitindo de curta ou de longa distância ideologias modeladoras que nem sempre condizem com os receptores. A tevê é considerada, por Campadelli (1985, p. 10), como "uma espécie de liquidificador cultural, isto é, um eletrodoméstico capaz de misturar e diluir cinema, teatro e literatura num único espetáculo, oferecendo assim uma reforçada vitamina eletrônica para o público".

Pfromm Netto (1986) aponta como funções da comunicação de massa, entre outras, a transmissão de valores como agentes de socialização, principalmente considerando as crianças e, em nível individual, as funções de: gratificação em termos cognitivos (satisfação em saber), diversão (antitensão), utilidade social (fornecendo informações para possibilitar a comunicação entre as pessoas), e fuga ou esquiva para evitar contatos pessoais).

A importância da TV como determinante do comportamento infantil tem sido objeto de atenção de muitos pesquisadores (Andersen, 1986; Rezende e Fusari, 1985) e suas relações com o brincar têm sido objeto de consideração.

Entretanto, no contexto televisivo e da comunicação de massa, tem-se que as crianças das sociedades atuais estão à mercê da cultura televisiva, que as envolvem por horas diárias,

no mundo consumista do sistema que subsidia as empresas por trás das telas. Segundo a revisão de Andersen (1986), as crianças vêm passando cada vez mais tempo frente à TV, e junto a essa forma de lazer recebem o impacto de ideais, valores e outras variáveis. Os dados de pesquisa têm mostrado que a TV tem conquistado um tempo que antes a criança mantinha em relação com o brinquedo e o brincar. Ainda persistem muitas dúvidas quanto ao papel da TV enquanto lazer, veículo de catarse e de aprendizagem, como veículo influenciador do mercado, fazendo da criança um vendedor e um consumidor ativo.

Como já foi explicitado, a TV é um meio de comunicação de massa cuja produção onerosa fica a cargo de empresas, na maioria, comerciais que visam o lucro. Obviamente, sua produção lança mão de técnicas das mais variadas que posam viabilizar tais lucros. A psicologia do consumidor é um campo de estudo que subsidia tais técnicas com seus conhecimentos. Engel (1980) enfoca que os desejos são ilimitados no homem, sua realidade econômica pode limitar suas aquisições, porém não seus desejos. Os desejos ou as necessidades psicológicas básicas do homem são: ser importante, ser amado e ser protegido: Elas também são o "tesouro" dos criadores de propaganda que as aceitam e as aplicam, há muitos anos, como base de todos os comerciais que bombardeiam os receptores.

Assim como salienta Minardi (1987), a propaganda, a TV e as novelas objetivam hipnotizar, desestabilizar o consumidor, dentro de limites aceitáveis, para o sucesso almejado, aplicando velhos truques, mas infalíveis. É neste caso que se explica a utilização de "modelos" correspondentes a idéias frequentes na cultura nacional e que dão uma personalidade bem definida de um cidadão ideal. A utilização destes modelos de indivíduos caracteriza uma imagem-mensagem que chega direta, da forma mais simples e sutil, atingindo o consumidor sem que sejam necessárias elaborações mentais. Faison (1980) conclui que um produto, provavelmente, será mais aceito se as pessoas que na propaganda fazem uso dele forem similares àquelas interessadas em tal produto.

É preciso verificar também como a propaganda afeta a criança, especialmente quando é veiculada através da programação televisiva infantil, se a conduz a brincar, ao brinquedo, ao consumo de que produto ou atividade. Psicólogos, educa-

dores e pais precisam se preocupar com tais investigações e, de posse de dados realísticos, tentar selecionar qualitativamente as propagandas e as programações a serem exibidas pela TV, se é que órgãos responsáveis permitem tais intervenções.

As pesquisas são necessárias para que possibilitem a desmistificação das mensagens televisivas. Caparelli (1982) diz que não só as crianças mas também os adultos têm dificuldade de separar o real da fantasia da TV. Portanto, análises profundas devem ser feitas para estabelecer tais limites e tornar públicos os fatores aos quais a população, especialmente a infantil, se expõe diariamente sem ter consciência. No contexto dessas preocupações é que foi elaborado o presente estudo, tendo por objetivo analisar, a partir da ótica do adulto, uma propaganda de TV apresentada em horário infantil.

MÉTODO

1. Sujeitos

Participaram como sujeitos vinte pessoas com curso de nível superior, sendo 10 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. O grupo do sexo masculino apresentou as seguintes características: idade variando de 22 a 46 anos; com relação à profissão, oito sujeitos eram professores de Educação Física, um fisioterapeuta e um arquiteto. No grupo feminino, constatou-se que a idade variou dos 29 aos 54 anos; quanto à profissão, quatro pessoas eram psicólogas, três professoras, uma fonoaudióloga, uma artista plástica, e uma pessoa respondeu que era professora e psicóloga.

2. Material

Foi utilizada uma fita de video-cassete, na qual foi gravada a propaganda apresentada posteriormente aos sujeitos.

Foi elaborado um questionário com 21 perguntas, havendo questões abertas e fechadas, tendo sido solicitadas as informações necessárias à caracterização dos sujeitos.

O Quadro I, apresenta o conteúdo do questionário de forma sucinta.

Quadro 1. Conteúdo do Questionário

Questão 1

Sobre o que mais chamou a atenção no anúncio e por quê.

Questões 2 a 6

Sobre as características dos personagens quanto a: se eram principais; se eram humanos ou antropomórficos; sexo e nº, idade; relações de amizade, competição, cooperação; nº de relações.

Questões 7 a 11

Sobre a relação do personagem com o produto (apresentador ou consumidor/usuário ou o próprio produto). Nome do produto, qual era, nº de modelos apresentados e marca de fábrica..

Questões 12 e 13

Sobre o alvo de propaganda está o desejo de compra suscitado..

Questões 14 e 15

Sobre cores e sons.

Questão 16

Sobre a forma (realista ou fantasiosa, honesta, ilusória)

Questão 17

Sobre o que era mais enfatizado no anúncio.

Questão 18 a 20

Sobre a mensagem veiculada (positiva/negativa; compreensível ou não para crianças)

Questão 21

Sobre o lúdico envolvido no anúncio.

Foi apresentado também aos sujeitos um instrumento nos moldes da Escala Diferencial Semântica contendo 21 pares de adjetivos bipolares, avaliando o impacto do anúncio.

A propaganda foi selecionada da programação infanto-juvenil de domingo na rede Globo, do horário das 12h15min às 13h45min do dia 24 de abril e 1º de maio de 1988. Eram veiculadas nos intervalos de três desenhos animados: 'Droids',

'Comandos em Ação' e 'Transformers', de duração aproximada de 20 minutos e com intervalos de aproximadamente de cinco minutos. Portanto, havia três blocos de desenho e dois de propaganda. Os critérios estabelecidos para a seleção da propaganda estudada foram: que ela passasse em ambos os dias e que tivesse a maior frequência de veiculação. As propagandas apresentadas e sua frequência aparecem na Tabela 1.

Tabela 1. Frequência das propagandas veiculadas na programação de domingo dos dias 24-04 e 01-05, entre os desenhos animados dos Droids, Comandos em Ação e Transformers.

DESENHOS	DROIDS		COMAN- DOS EM AÇÃO		TRANS- FOR- MERS		TOTAL		
	24 f	01 f	24 f	01 f	24 f	01 f	24 f	01 f	T f
Snoppy (Calçados)	2	2	1	2	1	2	4	6	10
Chocomix	1	1	—	—	1	1	2	2	04
Revista Cães	1	1	—	—	1	1	2	2	04
Boneca Barbie	1	—	1	1	1	—	3	1	04
Toddynho	1	1	—	—	1	1	2	2	04
Bola Jambal	1	—	1	1	1	—	3	1	04
Minicoke	—	—	1	1	1	—	2	1	03

A propaganda selecionada foi assim a do Snoopy (tênis). Ela tem aproximadamente 30 segundos e mostra dois personagens de História em Quadrinhos, Snoopy e Woodstock, apresentando quatro tipos diferentes de tênis. Há uma voz de fundo com sotaque em francês que diz que as criações dos modelos de tênis são de Woodstock. O espaço onde as cenas ocorrem se assemelha a um palco, onde existem luzes que focam os dois personagens. O foco das luzes é sempre desviado de Snoopy para Woodstock quando o narrador diz que as criações dos tênis são de Woodstock. Durante o transcorrer da apresentação dos modelos de tênis, Snoopy vai ficando bravo por estar sendo dada maior atenção ao seu companheiro Woodstock. Então, na última cena, Snoopy deixa cair o tênis em cima de Woodstock. Neste momento o narrador diz ser esta uma criação de Snoopy.

Woodstock emite um som engraçado quando o tênis cai em cima de si e sai meio tonto. Então, Snoopy dá-lhe um beijo de desculpas e a imagem de Woodstock congela virando um "button" no tênis criado por Snoopy. No final aparecem os dois personagens, também num "button" com corações entre eles. O anúncio é de animação.

3. Procedimento

O material, a escala e o questionário foram distribuídos aos sujeitos e solicitou-se que estes preenchessem, primeiro a escala, e depois ao questionário. Antes de responder, pediu-se que assistissem à propaganda, que o aplicador exibiu em fita de vídeo por três vezes consecutivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De forma geral, as propagandas analisadas procuram atingir o lado afetivo das crianças com os recursos auditivos e visuais que criam ambientes fantásticos, fantasiosos e convidativos, que sugerem e estimulam a participação na brincadeira. Assim ela se torna lúcida.

Na primeira questão do questionário, se referia ao aspecto que mais chamou a atenção na propaganda, houve uma grande dispersão nas respostas, principalmente entre os homens. As categorias mais apontadas pelos homens foram a Locução, os Tipos de Tênis, a Relação entre os Personagens e a Criatividade da Propaganda, todas com 20% de resposta; o Visual/Colorido da Propaganda e os Personagens em si obtiveram apenas 10% das respostas. A categoria "em branco" teve 30% de respostas, aparecendo apenas para os homens. As mulheres apresentaram mais respostas e notaram: a Locução com 50%; os Personagens e a Relação entre Eles com 30%; os Tipos de Tênis e o Visual/Colorido com 20%; e apenas 10%, a Relação dos Personagens com o Objeto Tênis.

Numa primeira análise, nota-se que o recurso auditivo voz é bastante observado pelos sujeitos, seguido dos personagens e suas relações, o produto e a criatividade.

Existe um uso da criatividade na imagem e som para estabelecer uma relação emocional com o consumidor (Turner, 1988).

As quatro questões seguintes (de 2 a 5) enfocam os personagens da propaganda. Nestas questões observamos que os personagens principais são Snoopy (100% das respostas masculinas e 100% das femininas) e Woodstock, (100% masculinos e 70% feminino), caracterizados como animais com comportamento humanizado (70% masculino e 100% feminino), do sexo masculino (80% masculino e 90% feminino) e com faixa estimada como criança e jovem (com o total de 70% para ambos os sexos). Conforme Franco (1988), as indústrias utilizam-se de personagens conhecidos do público para comercializar os seus produtos. Existe um apelo emocional na propaganda para atingir o consumidor, o que é realizado pelos personagens e pelos recursos audio-visuais (Fuuke, 1988). Além disso, sendo apresentada em uma situação de lazer pode ter o seu potencial aumentado, especialmente no caso de crianças, manipulando sua motivação e ensinando-a informalmente a seguir uma escala de valores que nem sempre é a desejada pela família ou sociedade (Andersen, 1987).

Uma das estratégias de mercado mais utilizada pelas indústrias é a veiculação de produtos através das crianças, que consomem mais que os adultos e influenciam a compra. Assim, a propaganda utiliza personagens conhecidos, com os quais as crianças se identificam, apelando não só à qualidade do produto como à emoção do consumidor (Conceição, 1986).

Na questão 6, foi estudada a relação entre as personagens. Em termos de porcentagem foram observados os seguintes resultados para homens e mulheres, respectivamente: para Competição, 70 e 80; para Amizade, 60 e 80; para Cooperação, 30 para ambos; houve ainda 10% de resposta feminina para inimizade e 10% de resposta masculina para as categorias neutro e em branco. Portanto, ficou evidenciado pelas respostas que as personagens tem um relacionamento predominantemente competitivo, seguido de amizade e depois de cooperação.

A Competição, a Amizade e a Cooperação, refletem, nesta propaganda, a relação entre os personagens Snoopy e Woodstock. Numa escala socio-ideológica elas refletem e reafirmam valores culturais e ideológicos inerentes à sociedade. É a

indústria cultural, na qual "os modos de ser, pensar e viver começaram a ser condicionados dentro da estrutura de produção, circulação e consumo, como mercadorias" (Ramos, 1986 p. 47). Dessa forma, a propaganda transmite aos telespectadores os valores culturais de uma sociedade capitalista de alta competitividade, que necessita de uma "amizade", ou melhor, cooperação de outros segmentos sociais, empresas ou institucionais, para assegurar e aumentar o seu poder de competição, através de associações e contratos ("lobbys") entre as empresas e/ou instituições. Com ela, através da aprendizagem informal e pela modelação e modelagem, a criança assimila esses valores (Witter, 1987).

Conforme Lasch (1986), há uma "troca de mercadorias, na qual produtos ostensivamente competitivos tornam-se cada vez mais indistinguíveis e devem ser anunciados, em conseqüência, com recursos de propaganda que buscam criar a ilusão de variedade e apresentar tais objetos como rupturas revolucionárias, como avanços surpreendentes da ciência e da técnica modernas, ou, no caso dos produtos intelectuais, como descobertas mentais, cujo consumo trará perspicácia, sucesso e paz de espírito imediatos" (p. 30). A indústria cultural vende a ilusão, através da propaganda, que, se o seu produto for consumido, seremos mais competitivos, amigos e cooperativos, obtendo assim mais sucesso e status. Dessa forma a propaganda é muito mais veiculadora de valores socio-culturais e ideológicos do que aparentemente deixa transparecer na sua "simplicidade mercadológica", de mera venda de um produto.

A questão de número sete refere-se à relação dos personagens com o produto a ser vendido. Verificou-se uma porcentagem de 60 para homens e 70 para mulheres que disseram serem os personagens apresentadores do produto, e de 40 para ambos os sexos que opinaram que eles seriam a próprio produto. Esta questão confirma a utilização de personagens infantis que evocam emoções nas pessoas, e conseqüentemente vendem e se auto-vendem, pois há uma forte identificação entre o consumidor e o produto (Conceição, 1986 e Oliveira, 1986). Percebe-se o poder da indústria cultural que, através da propaganda veiculada pela televisão, cujo impacto é forte, impõem o consumo dos produtos supérfluos produzidos ou não por ela (Ramos, 1986, e Vaugh apud Fuuke, 1988).

Observou-se nas Questões 8 e 9 que a propaganda é clara quanto ao produto que veicula (tênis), existe mais de um

modelo (porém o número exato de modelos oferecidos não ficou registrado pelos sujeitos, variando de dois a quatro, ou vários modelos). O nome do produto também não foi facilmente identificado pelos sujeitos, que apresentaram várias respostas que foram categorizadas como "Tênis do Snoopy" ou "do Woodstock". As respostas mostram que a propaganda não é muito clara neste aspecto, o que configura uma outra forte estratégia de propaganda que consiste em associar o produto a personagens conhecidos e de forte apelo emocional. Ou seja, no caso não era tão importante fixar a marca de fábrica, mas sim veicular um produto com várias características de superfluidade. Além disso a freqüência da imagem no ar visa à memorização e ao posterior reconhecimento do produto nas vitrines e nas prateleiras. Ao memorizar os elementos necessários para a recuperação do dado para a compra, a criança aprende acidentalmente as características básicas necessárias para a discriminação do produto (Witter, 1987).

A questão seguinte pediu que os sujeitos dissessem qual era a marca do fabricante, cujo resultado foi o seguinte: 100% das respostas masculinas em branco ou "não sabe"; das respostas femininas, 50% como a dos homens, 30% para Woodstock e 20% para Snoopy, o que indica que os objetivos do comercial foram atingidos. Ou seja, o importante não é que se distinga a marca e sim que se consuma o produto, a mercadoria (Lasch, 1986). Essa mercadoria, na ótica feminina, pode até mesmo ter como marca os personagens Snoopy e Woodstock, o que mais uma vez confirma a eficácia da propaganda em pauta. Conforme apontou Conceição (1986) é a mãe quem escolhe o produto, ou brinquedo para o filho sob a influência dela. O alvo das propagandas, em última instância, é a mãe, pois as crianças não têm poder de decisão no sentido de meio para compra. Todavia, a criança tem uma forma indireta de poder, ao influenciar os pais de forma implacável (Conceição, 1986 e Luiz, 1988).

As mulheres, possivelmente, são mais vulneráveis ao apelo emocional das propagandas e, conforme De Vito afirma (apud Turner, 1988, p. 22-23) "as decisões de compra são muito mais ligadas ao emocional do que ao racional num mundo tecnologicamente sofisticado, onde as diferenças entre duas marcas se tornaram muitas vezes imperceptíveis. Assim sendo, é

necessário diferenciar uma marca através da relação emocional que ela pode estabelecer com o consumidor, que se traduz num uso criativo de imagem e som (música)".

A Questão 12 detectou que a propaganda é direcionada para as crianças com 90% das respostas do sexo masculino e feminino.

A população infanto-juvenil representa uma grande faixa do mercado, com grande potencial de consumo, que está sendo reconhecido e explorado pela indústria cultural através da publicidade, utilizando crianças (Luiz, 1988 e Conceição, 1986).

Os sujeitos como consumidores (Questão 13) tiveram vontade de consumir tanto o produto como os personagens Snoopy e Woodstock. Mas 40% das mulheres e 60% dos homens emitiram respostas não consumistas. Estes dados reafirmam que os homens tendem a consumir menos do que a mulheres, provavelmente devido ao apelo emocional na propaganda e possivelmente pelo fato de ela estar focalizando mais a criança e ser mais dirigida às mães.

As Questões 14 e 15 referem-se a aspectos visuais e auditivos. Pediu-se que os sujeitos nomeassem três cores predominantes na propaganda. As respostas variaram entre 9 cores, as quais foram respectivamente nomeadas por homens e mulheres: Amarelo, com 90% por ambos os sexos; Azul, com 60% para ambos os sexos; Vermelho, com 40% para homens e 70% para mulheres; Branco, com 80% para homens e 40% para mulheres; Preto e Marrom, com 10% para ambos os sexos; Verde e Mostarda, com 10% para mulheres; e Laranja, com 10% para homens. A cor predominante de fato é o azul, porém talvez o amarelo tenha sido mais percebido por ser a cor do tênis veiculado. Em termos auditivos, houve muita dispersão dos dados, que foram categorizados em: Locução/Narração (incluindo itens como a voz do narrador, o seu sotaque e a sua voz) com 60% de respostas masculinas e 80% de femininas. Na categoria música, que inclui itens música, música de fundo e barulho do desenho, obteve-se 30% para homens 20% para mulheres.

Percebe-se que os recursos auditivos e visuais são reconhecidos pelos telespectadores. No Brasil é a partir de 1987 que a publicidade tem dado maior ênfase ao visual, ou seja, a

criação visual tende a prevalecer sobre a verbal, bem como o emocional sobre o racional (Turner, 1988; Vaughn, apud Fuuke, 1988 e Ribeiro, apud Luiz, 1988).

Na Questão 16, sobre a forma da apresentação do produto, constataram-se os seguintes resultados: 80% e 70% das respostas masculinas e femininas respectivamente apontaram o item fantasioso, ou seja, o anúncio foi visto como fantasioso, ou mágico, provavelmente por se passar no reino da criança. Na verdade, a propaganda explora a imaginação da criança oferecendo-lhe um mundo fantástico, através da animação, provavelmente porque se sabe que o irreal e o fantástico atraem o telespectador infantil, que sente prazer nessa sensação de quebrar as leis da natureza (Halas e Marvel, 1979). Isto fica claro, por exemplo, na propaganda estudada, quando o sapato cai em cima de Woodstock e nada lhe acontece. Ele sai ileso, apenas tonto, sem ser esmagado pelo peso do sapato, objeto da propaganda. No mundo mágico do desenho, situações como essas são aceitáveis, podendo inclusive contribuir para facilitação da aceitação da agressão, pela ausência de conseqüências reais (Andersen, 1986).

Verificou-se também (Questão 17) que para os homens os personagens (Snoopy e Woodstock) eram os mais evidenciados na propaganda (100% das respostas). O mesmo não ocorreu para as respostas femininas que registraram, como mais evidente, tanto o produto (70%) quanto os personagens (60%), o que sugere que talvez as mulheres estão mais propensas a serem atingidas pela propaganda em questão. Considerando seu papel nas compras do produto para os filhos, pode-se dizer que os produtores possivelmente estão atingindo seu alvo (Canevacci, 1981; Conceição, 1986; Borgnetn, 1988).

Constatou-se uma grande dispersão entre os dados quanto à existência de uma mensagem implícita, sendo maior entre os homens. As respostas detectadas sobre a mensagem foram: compra do tênis (30%); competição (20%); e expressões como "amizade sim, negócios à parte", "não invejar coisas alheias" e "o calçado como brinquedo" (40%).

Reitera-se o caráter consumista e competitivo existente na propaganda, sendo que estas suas características se completam intrinsecamente — uma produção capitalista altamente

competitiva para uma sociedade consumista, que é fruto dessa própria indústria cultural (Coelho, 1980; Ramos, 1986 e Lasch, 1986). Portanto, a mensagem final implícita na propaganda é, em última, instância, a mensagem da indústria cultural — oferecem de forma lúdica, vários produtos, que devem ser consumidos pelos telespectadores. Oliveira, 1986).

Quando arguidos quanto a se a propaganda era positiva ou negativa (Questão 19), os sujeitos responderam da seguinte forma: 80% dos homens como sendo negativa e somente 20% como positiva; 40% das mulheres como positiva, 40% como negativa e 20% não responderam. As mulheres mostraram a maior sensibilidade à propaganda do que os homens, pois elas não definem a propaganda nem como positiva e nem como negativa, e ainda apontam aspectos positivos de cunho afetivo (Reconciliação e Amizade).

Quanto à questão 20, na opinião dos sujeitos a imagem era compreensível para: as crianças (10% dos homens e 10% das mulheres); para os adultos (40% masculino e 10% feminino) e para ambos, com 50% portanto, as respostas são indicativas da eficácia do anúncio.

A última questão enfocou os aspectos lúdicos e também apresentou grande dispersão nas respostas. Era permitido dar mais de uma resposta. Elas foram categorizadas em: brincadeiras, incluindo imaginação, relação personagens e personagens-produto, teatro, aventura, engraçado, o Snoopy como brinquedo, competição, o produto, para o qual os resultados foram de 13% para homens e 90% para mulheres; na outra categoria, Técnica, incluindo efeito visual, riso final, desenho animado, história em quadrinhos, obtiveram-se 20% para homens e 50% para mulheres. Houve ainda uma resposta masculina e uma feminina dizendo não haver aspecto lúdico (10%) e uma em branco.

Os homens destacaram mais o aspecto lúdico do que as mulheres, porém no cômputo geral ambos viram a propaganda como uma brincadeira entre os dois personagens (Snoopy e Woodstock) e o produto (calçado). As mulheres apontaram mais os aspectos técnicos do que os homens, destacando pontos da realidade infantil-desenho animado e quadrinhos (30%).

Os resultados do Diferencial Semântico aparecem expressos em termos de perfis na Fig. 1, sendo muito similares

as respostas masculinas e femininas. A propaganda foi por eles avaliada como sendo predominantemente consumista e não visual, e como alegre, comunicativa, bonita, criativa, verbal, clara, agradável, de entretenimento, dinâmica, auditiva, honesta e tendendo a ser eficaz. Viram-na como tendendo ao ponto médio em termos de realidade, barulho e cooperação. Portanto o impacto foi predominantemente positivo, e talvez os aspectos lúdicos e fantasiosos possam ter contribuído nas avaliações.

Vale lembrar que, mesmo sendo adultos e mostrando estarem cientes do aspecto consumista envolvido pela propaganda, não deixam de ser atingidos pelo seu lado estético e lúdico.



FIGURA 01 - PERFIL DA PROPAGANDA NA AVALIAÇÃO DOS SUJEITOS MASCULINO, FEMININO E TOTAL

É possível que isto ocorra com maior intensidade em crianças, provavelmente menos cientes dos aspectos de venda envolvidos e sem meios para fazer um contra-condicionamento.

Um aspecto a destacar é a avaliação do aspecto visual tendendo ao negativo, quando se trata de TV, e do aspecto auditivo (item auditivo e verbal) como positivo. Assim, parece que o auditivo teve maior poder para determinar o gostar da propaganda e conseqüente aceitação da mesma. Um aspecto que atuou marcadamente aqui, pelo relato dos sujeitos, foi o sotaque francês e o tom das falas dos personagens, superando a força da imagem. Foi talvez por isso que os sujeitos destacaram o aspecto não-visual.

Pode-se concluir que, embora estejam cientes do apelo ao consumo, tanto homens como mulheres tendem a destacar os aspectos positivos da propaganda, notadamente os auditivos. A mulher parece estar mais exposta aos efeitos da propaganda que os homens, possivelmente pelos aspectos afetivos envolvidos. Este fato pode indicar que efetivamente a propaganda estudada volta-se para a população infantil e para as mães, tendo um potencial alto para influir diretamente sobre as últimas. Além disso, há aspectos predominantemente lúdicos e fantasiosos, o que a torna propícia para controlar a criança. Finalmente, por um lado, o objeto a ser vendido (tênis) assume para os personagens o papel de brinquedo e ele próprio, às vezes, é um personagem; por outro, os próprios personagens em algumas passagens constituem-se em brinquedos vivos. Tudo é envolto em fantasia e brinquedo, garantindo um forte impacto da indústria da propaganda sobre o telespectador desprotegido.

ANALYSE OF ADVERTISEMENT IN CHILDISH AND YOUTHFUL SUNDAY TELEVISED PROGRAMME OF "REDE GLOBO"

SUMMARY

The aim was to analyse a TV advertisement from the point at view of 20 adults (10 males and 10 females, with age between 22 and 54 and university schoolarity level). It was

selected the more frequent advertisement veiculated by TV networks at sundays. This advertisement was presented to subjects with a questionnaire and a Differential Semantic Scale. Of the subjects, 90% opinated that the advertisement was child oriented and consuming, non visual, happy, communicative, beautiful, creative, auditory, verbal, clear, agreeable, entertainer, dynamic, honest and efficacious.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSEN, M. J. B. **Violência nos Desenhos Animados Exibidos pela Televisão: uma Ponderação Necessária.** Tese de Doutorado defendida no IPUSP, São Paulo, 1986.
- _____. **Aprendizagem e Televisão.** In: G. Witter e J. F. B. Lomônaco. **Psicologia da Aprendizagem. Áreas de Aplicação.** São Paulo: EPU, 1987.
- BOMTEMPO, E. (coord.); HUSSEIN, C. L. e ZAMBERLAN, M. A. T. **Psicologia do Brinquedo: aspectos teóricos e metodológicos.** São Paulo: Nova Stella: EDUSP, 1986.
- BORGNETH, L. S. **Eficiência e Criatividade, a Receita da FBC/Siboney.** *Meio & Mensagem*, 1988, X (303): 10 e 11.
- CAMPADELLI, S. Y. **A Telenovela.** São Paulo: Ática, 1985.
- CANEVACCI, M. (org.) **Dialética da Família.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CAPARELLI, S. **Televisão, Programas Infantis e a Criança.** In: R. Zilbermann (org.) e outros. **A Produção Cultural para a Criança.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- COELHO, T. **O que é Indústria Cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CONCEIÇÃO, E. **Compra, Manhê, Compra! Administração & Marketing**, 1986, 3 (25): 52-57.
- COSTA NETO, P. L. O. **Estatística.** São Paulo: Edgard Blücher, 1977.
- ENGEL, J. **Advertising, The Process and Practice.** New York: McGraw Hill Book Company, 1980.

- FAISON, E. W. J. **Advertising: A Behavioral Approach for Managers.** New York: John Wiley & Sons, 1980.
- FISHER, R. A. e YATES, F. **Tabelas Estatísticas: para Pesquisa em Biologia, Medicina e Agricultura.** São Paulo: EDUSP/Polígono, 1971.
- FRANCO, C. **Ovos de Páscoa: equilíbrio entre oferta e procura.** *Meio & Mensagem*, 1988 IX (300): 12 e 13.
- FUJKE, M. **FCB Desenvolve Técnicas para "Verbalizar" Emoções.** *Meio & Mensagem*, 1988, IX (299): 13.
- GEESTS, Os Brinquedos como Expressão do Inconsciente. In: C. Geests. **Melaine Klein.** São Paulo: EDUSP, 1977.
- HALAS, S. e MANVELL, R. **A Técnica de Animação Cinematográfica.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- LASCH, C. **O MíniMO EU: Sobrevivência Psíquica em Tempos Difíceis.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- LUIZ, A. **Crianças são um Caso Sério.** *Meio & Mensagem*, 1988, IX (302): 19.
- MINARDI, E. **Propaganda Versus Sociedade: quem influenciou quem?** *Meio & Mensagem*, 1987, IX (282).
- OLIVEIRA, P. S. **Brinquedo e Indústria Cultural.** Petrópolis: Vozes, 1986.
- PFROMM NETTO, S. **Comunicação de Massa. Problemas Brasileiros,** 1974: 5-15.
- _____. **Meios de Comunicação Social. Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos,** Rio de Janeiro, 1986.
- RAMOS, R. **Grã-Finos na Globo: Cultura e Merchandising nas Novelas.** Petrópolis: Vozes, 1986.
- REZENDE E FUSARI, M. F. **O Educador e o Desenho Animado que a Criança vê na Televisão.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- TURNER, R. **A Criação Toma o Poder nas Agências.** *Meio & Mensagem*, 1988, IX (300): 21-23.

WITTER, G. P. Aprendizagem acidental na escola. In: G. P. Witter e J. F. Lomônaco **Psicologia da Aprendizagem: Aplicações na Escola**. São Paulo, EPU, 1987.

CARACTERIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO DE ALUNOS, EM SALA DE AULA, ATRAVÉS DE ESCALAS DE DESEMPENHO*

Vera L. S. MACHADO**

Marco A. C. FIGUEIREDO**

Maria Virginia SELEGATO***

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi elaborar um instrumento que possibilitasse caracterizar, de forma analítica, o comportamento de alunos em sala de aula, frente às exigências e rotinas deste contexto. Duas classes de primeira série do primeiro grau foram observadas através da técnica de amostra temporal. Três observadores, realizando cada um 10 sessões de observação de 30 minutos, fizeram um levantamento dos comportamentos mais freqüentes em sala de aula. Esses comportamentos foram agrupados em categorias descritivas segundo a similaridade; essas categorias foram constituídas por adjetivos bipolares, de acordo com os grupos de comportamentos observados. Vinte e cinco categorias, assim levantadas, foram depois agrupadas em conglomerados, segundo a técnica de Análise Tipológica de McQUITTY (Gendre, 1976), com base no julgamento de similaridade feito por 10 juízes universitários. Para a construção do questionário, foram constituídos 5 conglomerados de escalas características, com relação a diferentes aspectos do comportamento em sala de aula: disciplina, participação, socialização, método e ritmo de trabalho.

(*) Pesquisa subvencionada pela FAPESP (Processo nº 88/0764-7); os interessados na obtenção de separatas ou de informações adicionais sobre o trabalho poderão solicitar através do endereço abaixo mencionado.

(**) Profs. Assistentes Doutores junto ao Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto — CEP 14049.

(***) Bolsista da FAPESP

INTRODUÇÃO

Este trabalho está integrado num projeto mais amplo que visa a estudar as relações entre as atitudes dos pais frente à escolarização e o desempenho dos filhos neste processo.

A preocupação com a análise destas relações entre a família e a escola é particularmente relevante quando se conceitualiza desenvolvimento como uma acomodação mútua entre indivíduo e meio, conforme o enfoque proposto por BRONFENBRENNER (1979). De acordo com este autor, o desenvolvimento da criança ocorre num contexto de vários sistemas interrelacionados. Assim, além de considerar a família e a escola como influências poderosas no desenvolvimento da criança, é necessário que se analisem as relações entre esses micro-sistemas, o que ele chama de mesossistema e que, segundo ANDERSON (1983), pode ter mais significância para o desenvolvimento do que os eventos de cada contexto, isoladamente. O projeto em que está inserido este estudo se situa nesta linha de trabalho, buscando determinar relações entre o que ocorre nos sistemas familiar e escolar, para compreender melhor o comportamento da criança.

O presente trabalho foi concebido no sentido de caracterizar o comportamento apresentado pelos alunos em sala de aula, mais especificamente suas reações, frente às exigências e rotinas deste contexto.

De um ponto de vista teórico, tal estudo reflete uma preocupação com o conhecimento e descrição acurada de características individuais dos alunos para maior compreensão da situação ensino-aprendizagem. Diferentes autores (Sperry, 1977; Ferreira, 1985; Guzzo, 1987) têm mostrado que, se o ensino é planejado levando-se em conta necessidades e características pessoais dos alunos, necessariamente se seguiriam desempenhos de aprendizagem superiores aos obtidos com métodos que são planejados para atender necessidades e capacidades de um estudante médio hipotético, em sala de aula. Em termos práticos, este trabalho pode fornecer subsídios para a prática escolar, podendo proporcionar, conforme citado por Sperry (1977), "algum sentido de legitimidade à retórica da criança como um todo (p. 9)".

O interesse em focalizar o início da alfabetização escolar se deu, visto ser este um momento que exige a emissão de novas respostas para um grande número de crianças. A ocorrência ou não dessas respostas e a forma como ocorrem, pode nos dar um claro sinal de adaptação escolar. Segundo Marturano (1979), o modo como a criança se ajusta às demandas de desempenho, contato social e disciplina que a escola apresenta depende de um complexo de fatores que devem ser analisados tendo em vista a constatação de uma considerável proporção de crianças que não se adaptam aos padrões estabelecidos pelo sistema escolar. O conhecimento de características das crianças quando ingressam na escola é então um passo importante e necessário para uma apreensão da adaptação escolar e para permitir uma análise dos fatores dos quais ela decorre.

Na nossa realidade, adaptação escolar tem sido frequentemente associada a índices de aprovação ou sucesso acadêmico; no entanto, "outros aspectos mais sutis da interação aluno-escola são também importantes na conceituação de adaptação escolar: trata-se do complexo de relações que se estabelecem entre crianças, professor e colegas, no contexto de normas disciplinares da escola e das características não formais do grupo" (Marturano, 1979, p. 103).

Neste contexto mais amplo de análise é que procuramos conhecer as características de cada criança participante deste estudo.

As pesquisas mais frequentes, entre nós realizadas para maior apreensão de características de crianças no processo de escolarização, têm sido direcionadas seja para avaliação de sua prontidão para alfabetização através do uso de testes construídos para este fim (Oliveira, 1984; Lomônaco e Vieira, 1986), seja para avaliação do seu desenvolvimento cognitivo através de tarefas Piagetianas (Moura, Cunha e Coutinho, 1982; Pires, 1988) e mais recentemente para a avaliação da sua representação da escrita, conforme trabalhos de Ferreiro (1985).

Tais investigações dão, no entanto, poucos indícios aos professores e pais sobre condições favoráveis para a criança aprender ou como essas crianças se caracterizam quanto aos relacionamentos que mantêm, como apontado anteriormente. Ao invés da avaliação da capacidade cognitiva da criança através da utilização de dados inferenciais, vários autores têm defendido

uma idéia mais ampla de avaliação, concentrada sobre o comportamento manifesto da criança em situação escolar (MacDermott e col., 1984). Segundo esses autores, esses padrões de comportamento denominados estilos de aprendizagem definem as maneiras pelas quais uma criança se comporta no processo aprendizagem, incluindo estratégias de resolução de problemas, comportamentos para tomada de decisões e suas reações às expectativas e limitações da situação de aprendizagem escolar, podendo orientar mais prontamente ações educacionais.

A necessidade de elaboração de instrumentos para a coleta de dados em que estamos interessados é um passo inicial, visto a não existência dos mesmos em nossa realidade, embora sejam encontrados em outras realidades educacionais como os descritos por Neumann e col. (1979) McDermott e col. (1984), Luk e col. (1988). Com esse espírito, procuramos construir escalas que fossem adaptadas, especialmente elaboradas para o contexto em questão.

Durante a construção destas escalas, fez-se necessário um estudo que permitisse incluí-las em categorias segundo a similaridade. Isso permitiria uma avaliação mais detalhada a partir de índices que poderiam ser obtidos com base no agrupamento das escalas em grupos homogêneos. Assim, foi também realizada uma análise tipológica, o que possibilitou a composição de conglomerados de escalas que se propunham medir as mesmas características.

Os estudos sobre conglomerados são bastante interessantes para pesquisas que visam a trabalhar com agrupamentos relativamente homogêneos que não precisam ser, necessariamente, fatores ortogonais. Assim, para nossos trabalhos, utilizamos a Análise Tipológica de Mc Quitty, descrita por GENDRE em 1976.

Segundo GENDRE (1976) a análise tipológica de Mc Quitty é um método rápido que permite agrupar variáveis em função da similitude, tendo a vantagem de poder ser efetuada não importa sobre quais índices de similaridade.

MÉTODO

Sujeitos

Participaram desta pesquisa: a) 67 crianças, de ambos os sexos, com idade variando entre 6 e 8 anos matriculadas em

duas classes de ciclo básico de uma escola da rede estadual de ensino, atendendo a uma população predominantemente de classe média baixa da cidade de Ribeirão Preto; b) três observadoras, todas do sexo feminino, alunas universitárias; c) duas professoras, responsáveis pelas classes em estudo; d) 10 alunos de nível universitário, com idades variando entre 20 e 23 anos.

Estudo 1. Construção e análise tipológica das escalas de desempenho.

Procedimento

A construção das escalas de desempenho seguiu os seguintes passos:

Num primeiro momento foram realizadas observações em duas salas de aula de ciclo básico de uma escola da rede estadual. Para que houvesse a possibilidade de registro de uma grande quantidade de comportamentos da situação e assim de uma coleta de dados mais completa, três pesquisadores realizaram, individualmente, oito períodos de observação em cada sala de aula. Os períodos de observação tiveram duração de 30 minutos. Estas observações foram efetuadas durante cinco dias e distribuídas de forma a obter uma amostra de comportamentos das crianças em vários momentos do horário escolar. A técnica de amostra temporal para grupos de quatro alunos foi a utilizada na observação, estabelecendo-se três minutos de observação para cada grupo em cada vez que fosse focalizado. Eram observados particularmente os seguintes aspectos do comportamento das crianças: aparência, postura na carteira, comportamento frente ao material escolar; frente às tarefas que deveria realizar, relacionamento com professor e colegas. Os dados eram registrados de forma contínua sem preocupação de identificação da criança, obtendo-se assim uma listagem de comportamento.

A partir desta coleta de dados, passou-se para uma segunda fase que consistiu na proposição das categorias que comporiam as escalas de desempenho. Isso, no entanto, compreendeu inicialmente um arrolamento de todos os comportamentos anotados nos protocolos de observação das três observadoras. A formulação desta lista possibilitou a verificação de comportamentos semelhantes que ocorriam e de estímulos sinalizadores a partir dos quais foram propostas as categorias. Essas

categorias descritivas foram levantadas também em função da sua direção, ou seja, segundo o contexto em que estavam inseridas: comportamentos com relação ao professor, com relação à tarefa escolar e colegas. Participaram desta etapa três pesquisadores envolvidos com o projeto que, em conjunto, iam refletindo sobre cada uma das proposições e definindo o sistema inicial de categorização.

A partir destas categorias, foram propostos os adjetivos bipolares que compuseram as escalas de desempenho e montada a primeira versão do instrumento para coleta de dados.

Uma vez determinadas as categorias e os adjetivos bipolares que definiram as escalas, estas foram agrupadas, segundo a similaridade, através da técnica de Análise Tipológica de Mc QUITTY (GENDRE, 1976)

No presente estudo tratou-se de conglomerar as categorias descritivas (os adjetivos) em classes segregadas, ou seja, em grupamentos tais, de modo que contivessem elementos semelhantes entre si, mas que também fossem isolados em relação a categorias fora do grupo.

O procedimento consistiu em colocar os adjetivos bipolares em uma tabela de dupla entrada e pedir a juízes que os comparassem um a um, segundo a similaridade. A comparação foi feita aos pares, linhas versus colunas, emitindo-se um julgamento de 1 a 10; quanto mais parecidos os adjetivos, maior a nota atribuída.

Foram empregados 10 juízes, do sexo feminino, universitários. Os resultados foram analisados em termos de média, para cada comparação. Foi também verificada a flutuação das avaliações e o nível de variação dentro de uma mesma comparação.

Posteriormente os conglomerados foram agrupados segundo a situação em que os comportamentos foram observados. Desta forma, as escalas puderam ser determinadas em função do contexto em que os comportamentos poderiam ocorrer.

RESULTADOS

Após o levantamento dos comportamentos em sala de aula, estes ficaram assim distribuídos: nove categorias de com-

portamentos com relação ao professor; doze relacionadas à tarefa, seis categorias relativas a comportamentos frente aos colegas; duas relativas ao comportamento frente ao material escolar; duas relativas a horário e frequência às aulas, uma relativa à postura e uma à apresentação pessoal.

Para testar a adequação deste sistema de categorias elaborado e da própria classificação das respostas feitas pelos pesquisadores, solicitou-se a uma das pesquisadoras, que havia realizado observações nas salas de aula, que classificasse os comportamentos anotados no seu protocolo com base nas categorias propostas. Essa classificação foi comparada com outra realizada, sobre o mesmo material, por outro observador, obtendo-se um índice de acordo de 90%, conforme fórmula proposta por Bijou, Peterson, Arris, Allen e Johnston (1969). Esse índice obtido deixa claro que o sistema pode ser considerado adequado para os fins propostos.

Após a análise tipológica de McQuitty, aplicada a essas categorias, foram compostos cinco conglomerados a saber: I. Disciplina; II. Socialização; III. Participação; IV. Método de Trabalho; V. Ritmo de Trabalho.

Esses conglomerados, com suas escalas e respectivas médias são apresentados na Fig. 1.

Posteriormente os conglomerados foram agrupados com relação à situação em que os comportamentos foram observados. Desta forma, as escalas puderam ser determinadas em função do contexto em que os comportamentos poderiam ocorrer. O quadro da Fig. 2 sintetiza a distribuição das escalas e respectivos conglomerados, segundo as situações estudadas.

Com base nesses resultados, foi construído o protocolo definitivo de avaliação do desempenho dos alunos, para as três condições de observação.

Estudo 2. Aplicação das escalas em sala de aula.

Procedimento:

Após a construção do protocolo de avaliação do comportamento dos alunos em sala de aula, optou-se pela aplicação do mesmo na situação real para verificação da sua adequação e também para a obtenção de dados preliminares sobre sua utilização.

Figura 1. Conglomerados de escalas, obtidos pela técnica de Mc Quitty.

CONGLOMERADOS

I. DISCIPLINA (7. 6)

Agressivo — Não Agressivo
Provocativo — Tranquilo
Inquieto — Sossegado
Desrespeitoso — Respeitoso
Rebelde — Solicitud
Tenso — Relaxado
Impulsivo — Reflexivo
Desobediente — Obediente

II. SOCIALIZAÇÃO (8.1)

Retraído — Participativo
Arreio — Comunicativo

III. PARTICIPAÇÃO (7.4)

Desatento — Atento
Desinteressado — Interessado
Faltoso — Assíduo
Atrasado — Pontual

IV. MÉTODO DE TRABALHO (6. 8)

Desordeiro — Ordeiro
Descuidado — Cuidadoso
Confuso — Orientado
Desarrumado — Arrumado

V. RÍTMO DE TRABALHO (6.4)

Lento — Rápido
Apático — Dinâmico

Figura 2. Conglomerados específicos para cada situação estudada

SITUAÇÃO	CONGLOMERADOS	ESCALAS
A. Relação com a professora	I. Disciplina	Agressivo – Não Agressivo Provocativo – Tranquilo Desrespeitoso – Respeitoso Desobediente – Obediente Rebelde – Solícito Tenso – Relaxado
	II. Socialização	Arredio – Comunicativo
B. Relação com os colegas	I. Disciplina	Agressivo – Não Agressivo Provocativo – Tranquilo Desrespeitoso – Respeitoso
	II. Socialização	Arredio – Comunicativo
C. Com relação à tarefa	I. Disciplina	Inquieto – Sossegado Impulsivo – Reflexivo Tenso – Relaxado
	II. Socialização	Retraído – Participativo
	III. Participação	Desatento – Atento Desinteressado – Interessado Faltoso – Assíduo Atrasado – Pontual
	IV. Método	Desordeiro – Ordeiro Descuidado – Cuidadoso Confuso – Orientado
	V. Ritmo	Lento – Rápido Apático – Dinâmico

Para isso, contou-se com a colaboração de duas professoras do ciclo básico de uma escola da rede estadual de ensino da cidade de Ribeirão Preto, que se dispuseram a preencher fichas de avaliação de cada um dos seus alunos.

Nesta etapa, fez-se necessário a elaboração de uma folha de instruções que contivesse informações sobre o preenchimento da ficha. Foi também realizada uma reunião com essas professoras para discussão dessa ficha, bem como das escalas de avaliação contidas frente a cada item.

Com a preocupação de cálculo do índice de fidedignidade das avaliações feitas e também considerando o cuidado de validação do instrumento numa situação real, as crianças foram também observadas por uma das pesquisadoras durante um período de 20 dias, após os quais a mesma preencheu, para cada uma delas, uma ficha de avaliação.

ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

O protocolo de cada criança foi analisado em termos do valor assinalado em cada escala de avaliação.

Posteriormente foram somados os valores dos itens correspondentes a cada conglomerado em cada situação e calculado um índice médio do sujeito. Foram calculados 9 índices individuais para cada criança.

Uma primeira análise efetuada foi a comparação entre as avaliações das professoras e da observadora, para cálculo de fidedignidade das avaliações.

O procedimento para esta análise teve os seguintes passos:

Foram calculadas independentemente as médias das avaliações feitas pelas professoras e pela observadora, para cada criança em cada conglomerado nas diferentes situações focalizadas.

Foram então comparadas as médias de cada criança nas duas avaliações, contando-se um acordo quando as mesmas coincidiam exatamente no valor obtido, ou na tendência da colocação da criança. Chama-se aqui tendência da colocação da criança à posição seja positiva (+), negativa (-) ou neutra (0)

que a média obtida ocupava na escala cujos valores iam de -3 -2 -1 0 +1 +2 +3 em cada conglomerado para as diferentes situações consideradas.

Calculou-se então o acordo entre observadores conforme fórmula proposta por Bijuou e col. (1969)

Foram obtidos os índices de 83% e 84% respectivamente para os cálculos de acordo entre as avaliações da pesquisadora e as das professoras das classes A e B. Estes índices foram considerados bem satisfatórios, mostrando que as categorias estão bem definidas e permitem uma caracterização adequada dos alunos, conforme comportamentos que exibem em sala de aula.

A partir dessas conclusões, optou-se por considerar as avaliações emitidas pelas professoras e continuar a análise dos dados de forma a testar possibilidades de leitura dos mesmos e a utilização do instrumento.

A primeira análise efetuada teve por objetivo verificar a distribuição das crianças de cada classe quanto ao índice obtido em cada conglomerado para cada situação. Optou-se pela análise em separado das situações "relacionamento com a professora e colegas" e "relacionamento com a tarefa".

Pela Tabela 1, observa-se que ambas as professoras notam que a maioria das crianças não apresenta problemas de disciplina em relação a elas (índices variando de 0 a -3), embora possa ser percebido que este problema está presente nas classes onde um aluno se destaca em cada uma delas.

Também com relação à socialização, a maioria das crianças mostra um comportamento adequado em relação à professora. Somente na classe B foi observada e registrada pela professora a presença de 4 crianças (13%) cujo comportamento é mais arreadio.

Analisando-se os dados relativos ao relacionamento das crianças com os colegas, percebe-se por esta tabela também que a maioria dos alunos não apresenta problemas neste relacionamento, localizando-se nos intervalos de 0 a -3. No entanto, na classe A, 5 alunos (15%) são percebidos como mantendo um comportamento inadequado no seu relacionamento com os colegas e, na classe B, um aluno (3%) no que diz respeito à

disciplina, percebendo-se ainda nesta classe 3 alunos (10%) com problemas de socialização, no sentido de mostrarem-se isolados dos colegas.

Por este estudo, pode-se então constatar que existem crianças que, ao ingressarem na escola apresentam, no relacionamento que mantêm com outras pessoas, comportamentos que são percebidos como negativos, podendo estar indicando uma certa desadaptação. Na análise dessas duas classes, 15 classificações foram feitas (2%) nos intervalos de 0 a + 3, sendo 1,5% (N = 6) na classe A e 2,8% (N = 1) na classe B, identificadas como indicativos de problemas no relacionamento. Pôde-se também constatar uma diferença na problemática apresentada nas classes: enquanto na A houve maior incidência de problemas de disciplina, na B esta incidência foi maior em comportamentos de socialização. É claro que muitos fatores podem ser levantados como desencadeadores ou mesmo mantenedores deste fato: no entanto, nosso objetivo neste trabalho é de descrever características das crianças como se apresentam em sala de aula e ao nosso ver elas são importantes de serem identificadas, para que discussões possam ser efetuadas com os professores sobre as causas e as mudanças necessárias.

Uma segunda análise procurou verificar a distribuição das crianças das diferentes classes quanto ao índice obtido em cada conglomerado para a situação: comportamento frente à tarefa.

Com relação à tarefa, também percebe-se (Tabela 2 e Fig. 3) que a maioria das crianças não apresentam problemas estando localizadas nos intervalos de 0 a -3. No entanto, temos 15% de crianças na sala A (N = 5) e 13% de crianças na sala B (N = 4) apresentando comportamento de inquietação e impulsividade, comportamentos do conglomerado disciplina; 24% de crianças na sala B (N = 7) mostrando características de pouca participação em sala de aula, sendo desatentos e desinteressados; 10% de crianças da mesma sala (N = 3) com problemas de frequência e horário de chegada à escola; 21% de crianças da classe B (N = 6) e 3% da classe A (N = 1) com problemas de ritmo de trabalho; e com relação ao conglomerado apresentação, 14% de crianças da classe B (N = 4) com avaliações negativas na sua apresentação pessoal; 24% (N = 7) com características de má apresentação do material escolar, classificando-se como descuidados e 21% (N = 6) de crianças da classe B e 3% (N = 1) de crianças da classe A com apresentação de trabalho desordenado.

Tabela 1. Porcentagem de sujeitos em cada intervalo nos diferentes conglomerados das situações: Relacionamento com a professora e relacionamento com os colegas.

Con- glo- merados Situação	+3		+2		+1		0		-1		-2		-3	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Disciplina em relação ao professor	-	-	-	3% N = 1	3% N = 1	-	91% N = 30	-	-	-	34% N = 10	6% N = 2	49% N = 14	
Socialização em relação ao professor	-	-	-	14% N = 4	-	-	97% N = 32	-	-	3% N = 1	38% N = 11	-	41% N = 12	
Disciplina em relação aos Colegas	-	-	-	3% N = 1	15% N = 5	-	79% N = 26	-	-	3% N = 1	38% N = 11	3% N = 1	52% N = 15	
Socialização em relação aos colegas	-	3% N = 1	-	3% N = 1	-	3% N = 1	94% N = 31	3% N = 1	-	6% N = 2	34% N = 10	-	45% N = 13	

Tabela 2. Porcentagem de sujeitos em cada intervalo nos diferentes conglomerados indicativos de características da criança frente às tarefas.

Conglomerados	+3		+2		+1		0		-1		-2		-3	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Disciplina	-	-	-	3% N = 1	15% N = 5	10% N = 3	79% N = 26	31% N = 9	6% N = 2	38% N = 11	-	-	-	17% N = 5
Socialização	-	3% N = 1	-	17% N = 5	-	3% N = 1	97% N = 32	7% N = 2	3% N = 1	24% N = 7	-	-	-	45% N = 13
Participação	-	3% N = 1	-	17% N = 5	-	3% N = 1	97% N = 32	7% N = 2	3% N = 1	24% N = 7	-	-	-	45% N = 13
Horário e Frequência	-	-	-	10% N = 3	-	-	94% N = 31	7% N = 2	3% N = 1	34% N = 10	3% N = 1	3%	49% N = 14	
Ritmo	-	3% N = 1	-	14% N = 1	3% N = 1	3% N = 1	88% N = 29	17% N = 5	9% N = 3	17% N = 5	-	-	-	45% N = 13
Apresentação	-	3% N = 1	-	7% N = 2	-	3% N = 1	97% N = 32	3% N = 1	-	34% N = 10	3% N = 1	3%	49% N = 14	
Mat. Esc.	-	3% N = 1	-	17% N = 5	-	3% N = 1	94% N = 31	3% N = 1	6% N = 2	31% N = 2	-	-	-	41% N = 12
Tarefas	-	-	-	21% N = 6	3% N = 1	-	91% N = 30	10% N = 3	6% N = 2	27% N = 8	-	-	-	41% N = 12

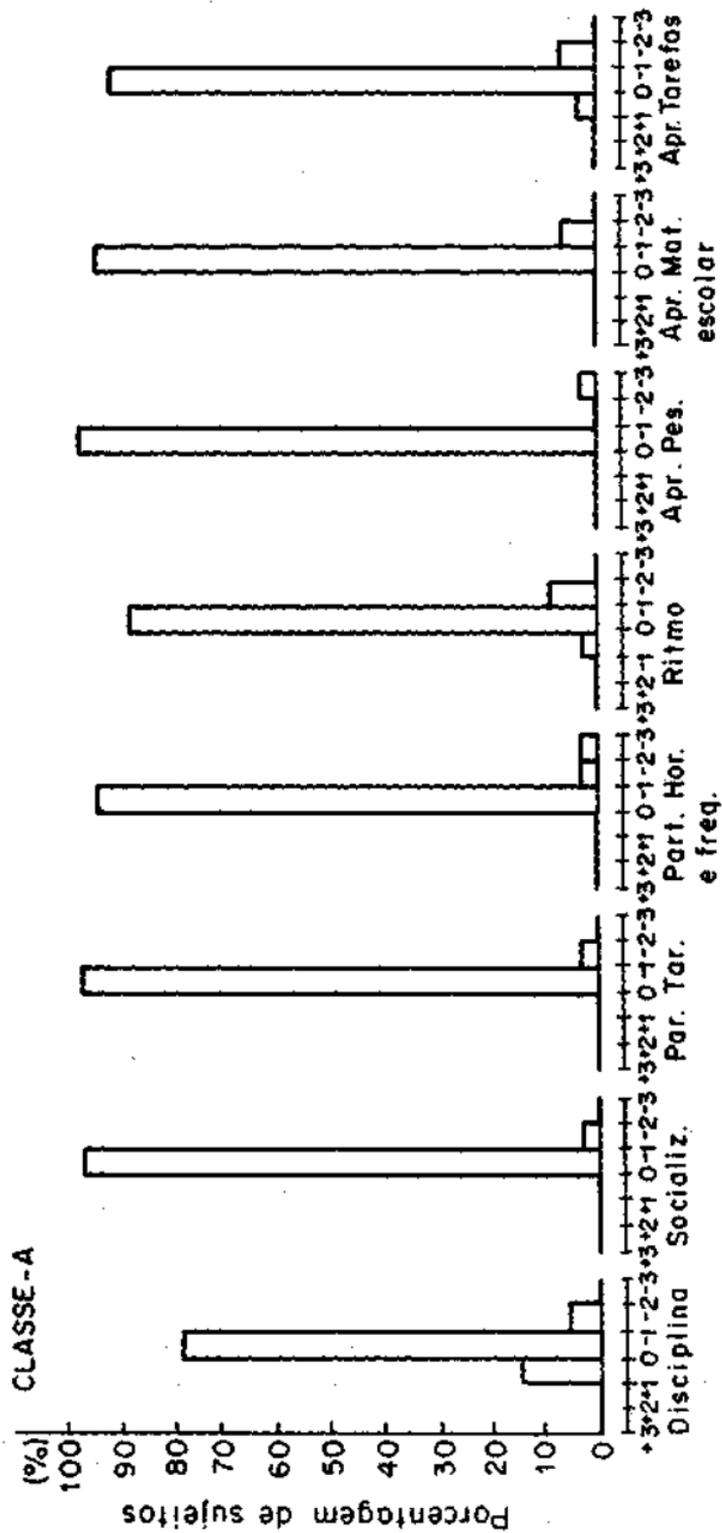


Figura 3 A. Porcentagem de sujeitos em cada intervalo nos diferentes conglomerados indicativos de características da criança frente às tarefas.

Nota-se que também com relação à tarefa muitas crianças apresentam características comportamentais não adequadas às exigências e expectativas da professora. Devemos dizer que estas exigências e expectativas podem ser contestadas; entretanto, de acordo com nosso objetivo, elas aqui são descritas permitindo um caminho para melhor análise de fatores envolvidos.

Numa análise mais geral das classes aqui estudadas, percebe-se claramente, por esta coleta de dados, que houve uma porcentagem de 6,6% de classificação de crianças nos intervalos de 0 a + 3 indicativos de algum comprometimento nos comportamentos avaliados.

Comparando-se as porcentagens das classificações que ocorrem neste intervalo, foi maior aquela relacionada às avaliações de características da criança quanto à tarefa, parecendo então indicar que é nesta situação que as professoras percebem maior quantidade de problemas. Na classe A a porcentagem de classificação neste intervalo nos vários conglomerados 1,8% (N = 7) é menor que a da classe B 12,5% (N = 42).

Uma descrição mais precisa do que ocorre em sala de aula, além de sua caracterização mais geral já efetuada, também foi feita através da análise dos dados, considerando-se cada aluno nos vários conglomerados. As Figs. 4, 5 e 6 mostram esses resultados.

Analisando-se os dados referentes à classe A, percebe-se que 6 alunos (18%) destacam-se como aqueles que mostram comportamentos não adequados às exigências e expectativas da professora, alguns deles em apenas uma área ou conglomerado (aluno 26), outros em mais conglomerados (aluno 2), o que vem mais uma vez ilustrar que este instrumento permite uma visualização da classe (áreas mais problemáticas), dos alunos que se destacam e em quais aspectos eles assim o fazem. Na classe B 12 alunos (46%) destacam-se como aqueles que mostram comportamentos não adequados.

Estes índices mostram o elevado grau de problemas que ocorrem nas nossas salas de aula (29%), considerando-se a não adaptação de forma mais abrangente do que somente o insucesso escolar, como apontado em Marturano (1979).

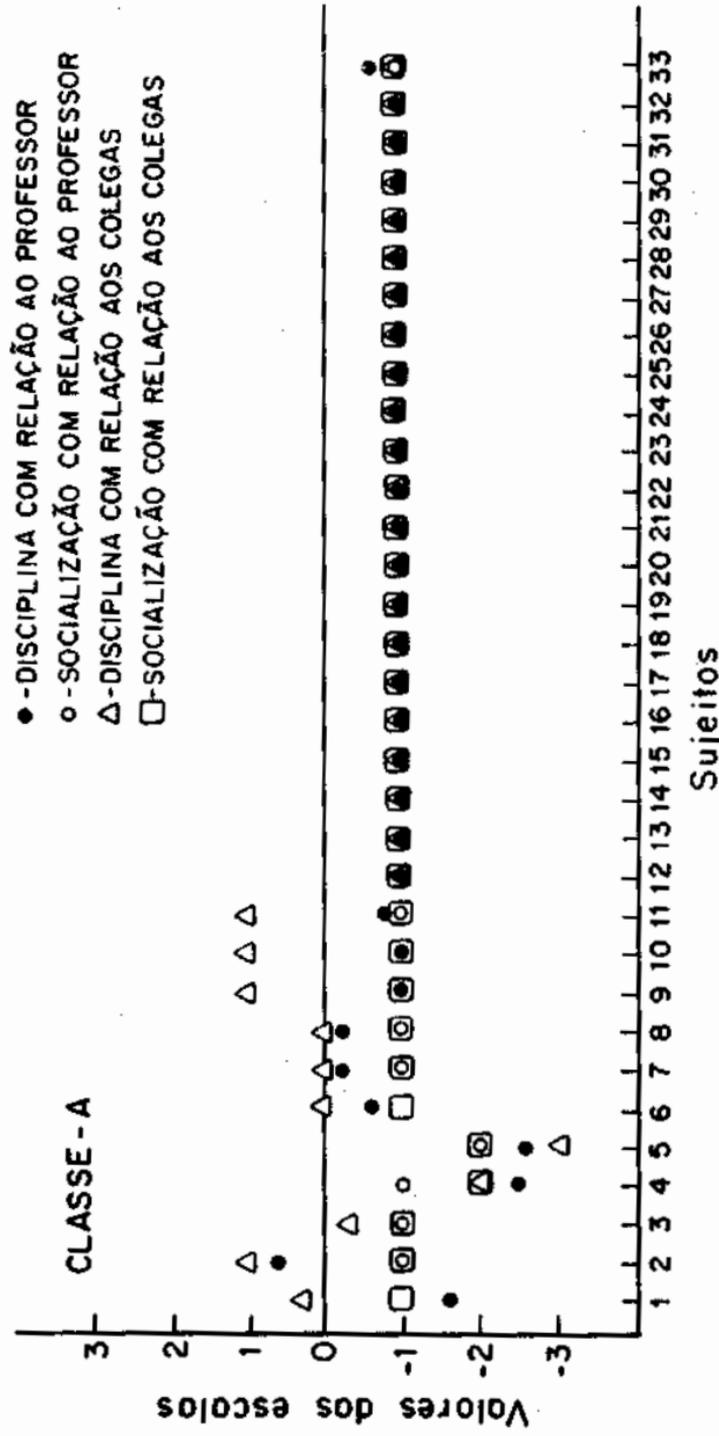


Figura 4 A. Índices individuais das crianças das classes A e B, nos conglomerados disciplina e socialização com relação ao professor e colegas.

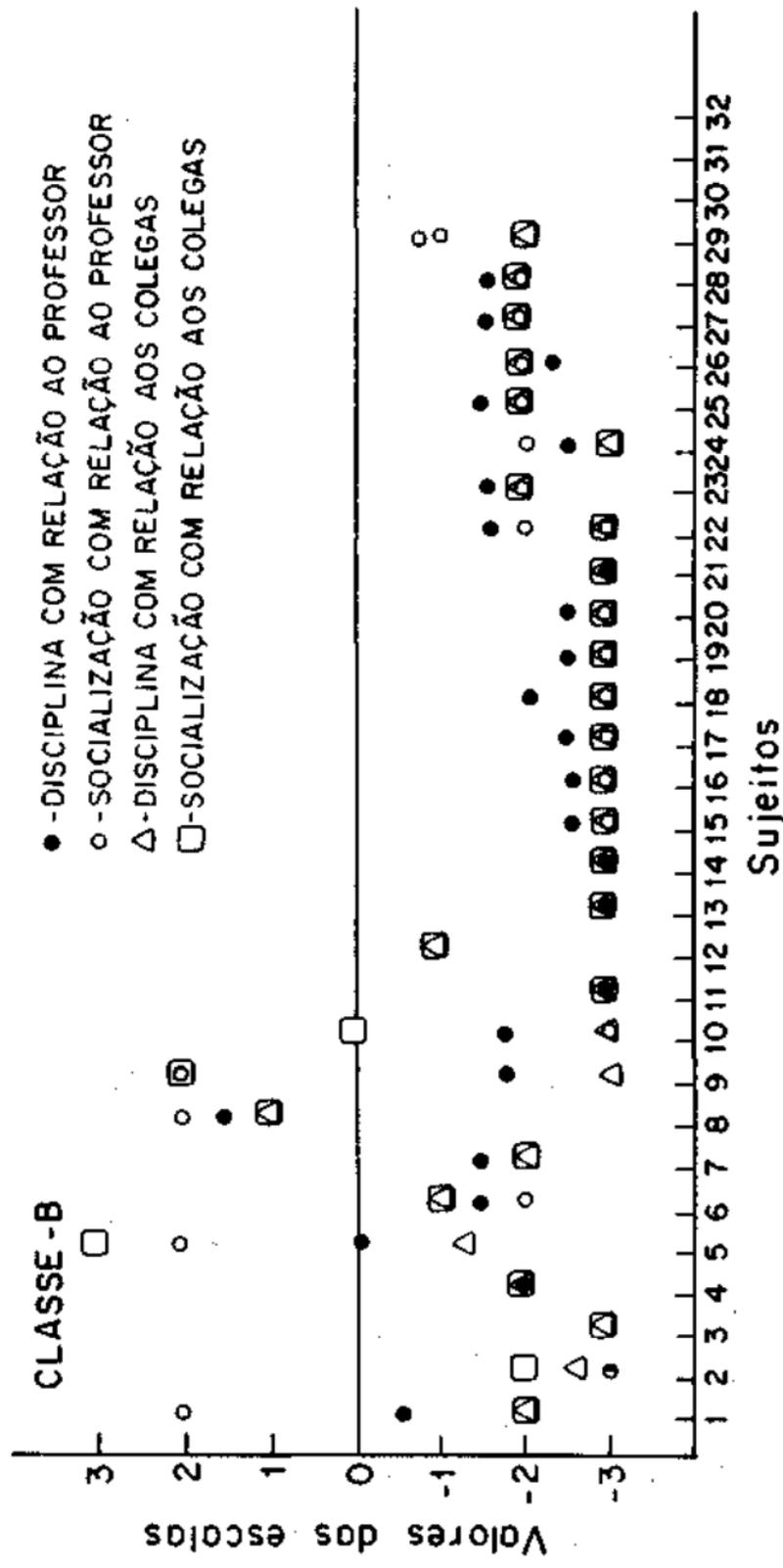


Figura 4 B. Índices individuais das crianças das classes A e B, nos conglomerados disciplina e socialização com relação ao professor e colegas.

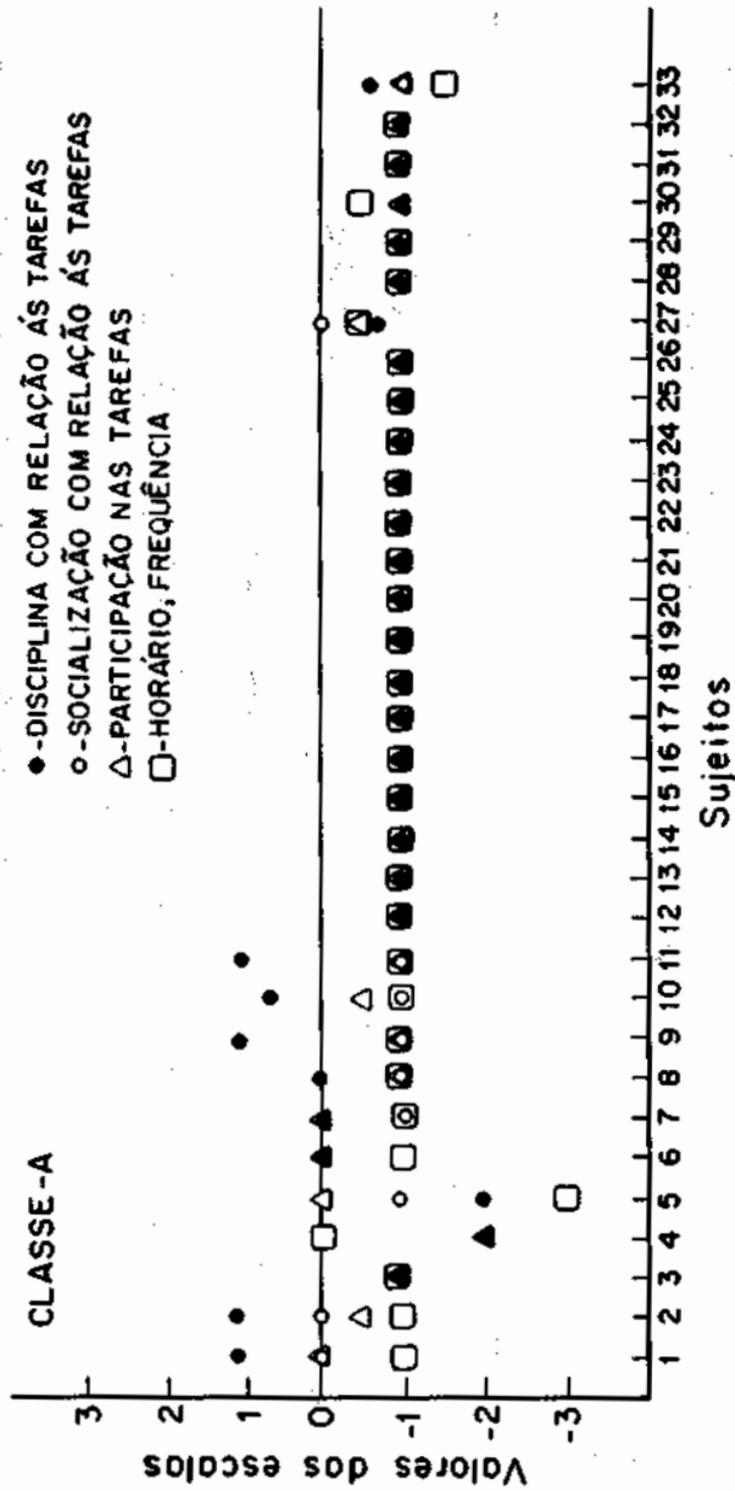


Figura 5 A. Índices individuais das crianças das classes A e B nos conglomerados socialização participação com relação às tarefas.

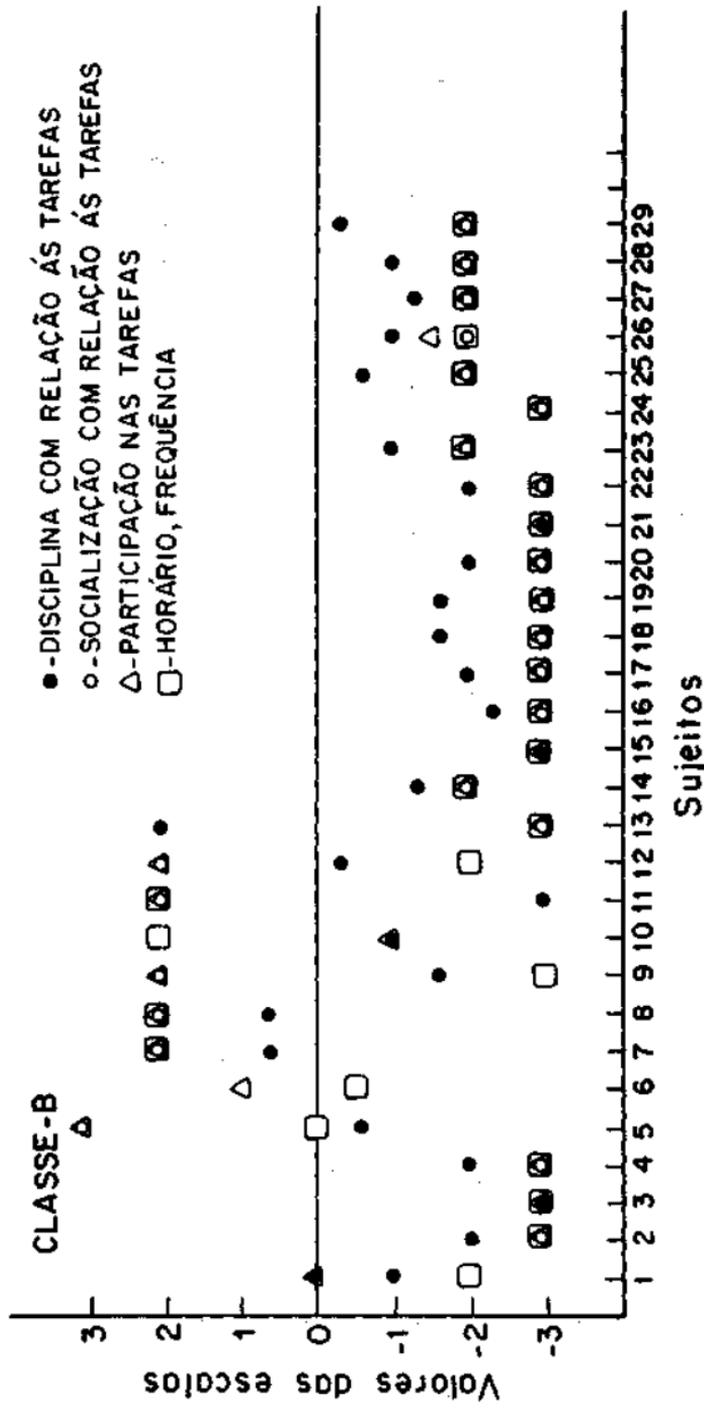


Figura 5 B. Índices individuais das crianças das classes A e B nos conglomerados socialização participação com relação às tarefas.

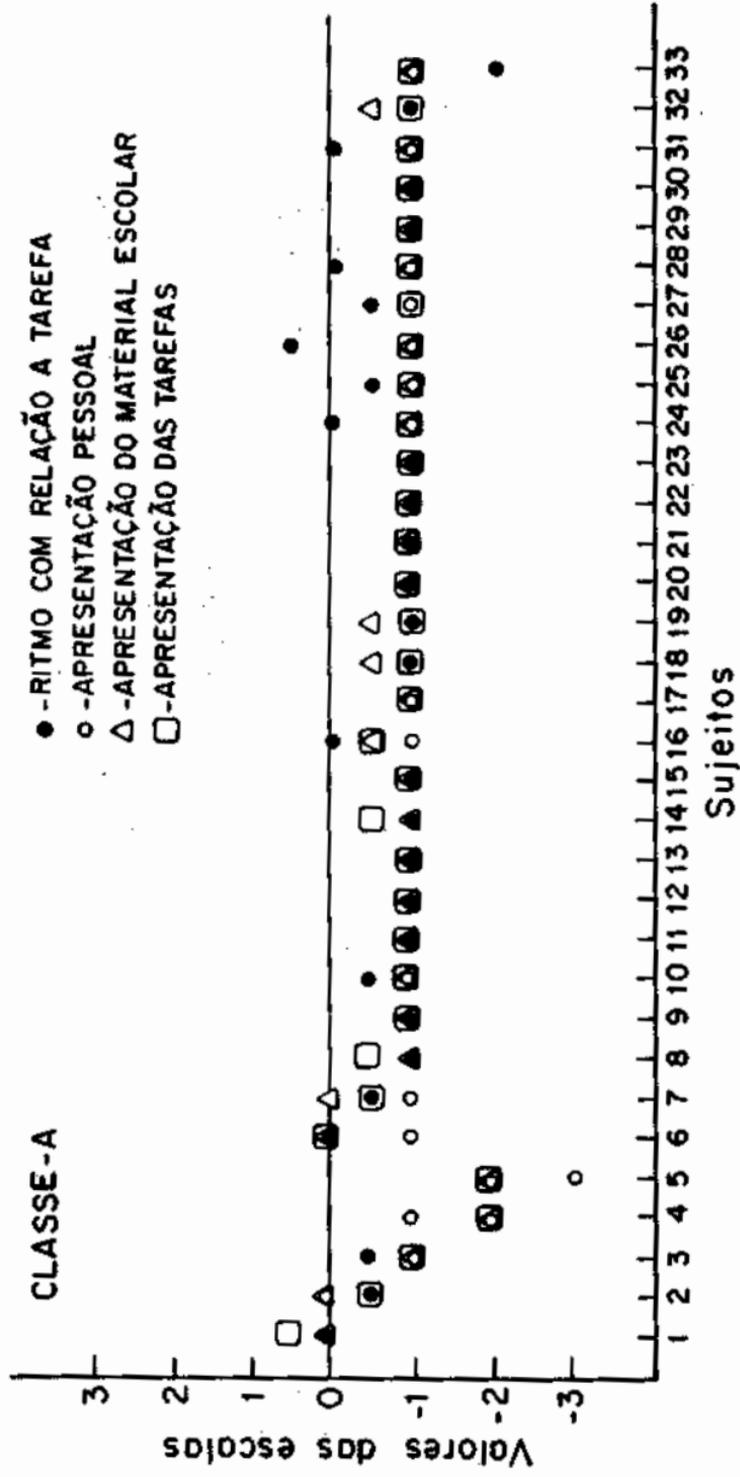


Figura 6 A. Índices individuais das crianças, das classes A e B nos conglomerados ritmo e apresentação com relação às tarefas.

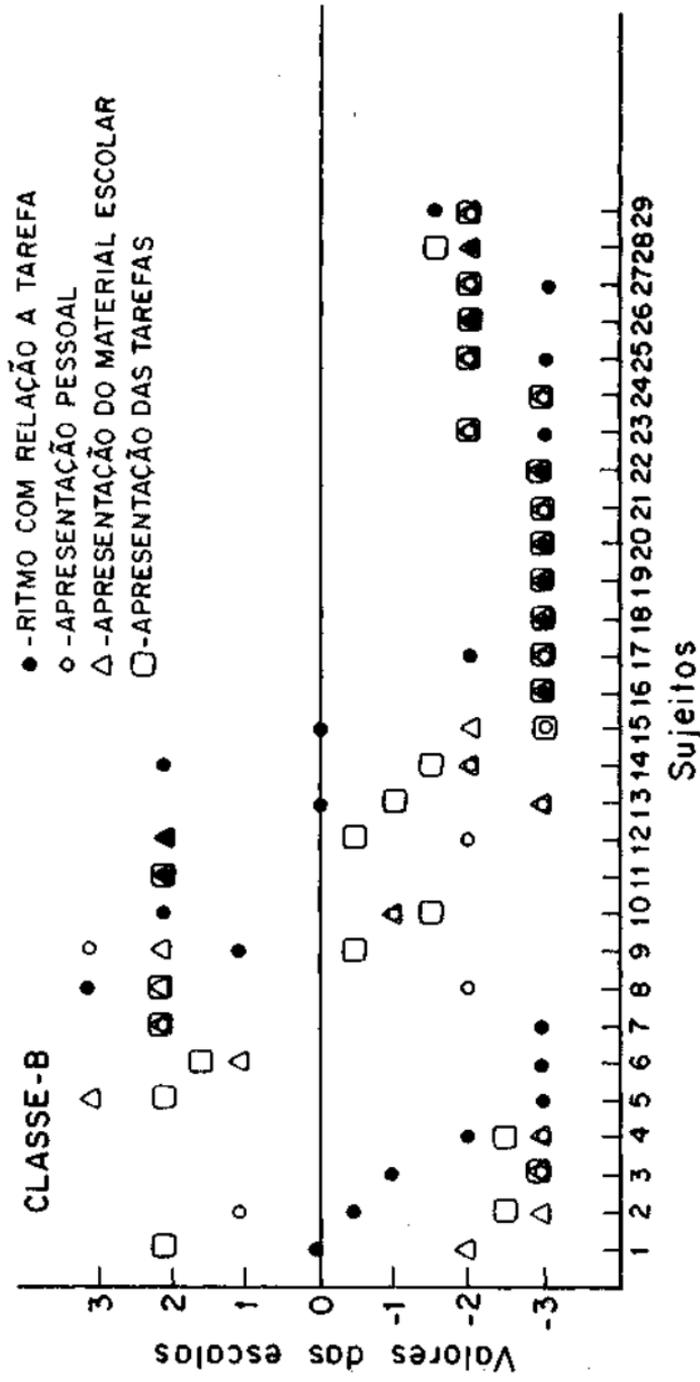


Figura 6 B. Índices individuais das crianças, das classes A e B nos conglomerados ritmo e apresentação com relação às tarefas.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos mostram pontos relevantes que gostaríamos de enumerar.

Com relação ao instrumento elaborado, deve-se salientar que:

— As escalas nele contidas partiram da realidade concreta de sala de aula, o que permite uma avaliação e uma descrição de aspectos desta realidade.

— Este fato implica numa melhor visualização do comportamento frente a várias situações, como o relacionamento com o professor e os colegas, desempenho durante a execução de tarefas, além de outros aspectos como assiduidade, aparência, etc.

— Um outro aspecto é a possibilidade de uma visão geral da adaptação da criança à sala de aula, facultando a orientação de pais e professores.

Esta é uma primeira versão do instrumento, que deverá passar por futuras reformulações em função da verificação de sua validade e fidedignidade.

A análise tipológica permitiu uma sistematização da observação ao definir os subgrupos de categorias de comportamentos a serem observados. Isto favorece a análise dos dados, pois, ao considerar categorias similares de comportamento, permite uma avaliação voltada para os aspectos característicos da criança.

Através dos dados aqui levantados, verifica-se que o instrumento elaborado permite concluir:

a) Que há possibilidade de uma descrição ou mapeamento das salas de aulas, com relação aos comportamentos que ali ocorrem clarificando a situação, levantando pontos relevantes a serem discutidos com a professora e embasando estudos para aprofundamento na análise das questões ressaltadas.

b) Que existem crianças em sala de aula apresentando comportamentos indicativos de problema na sua adaptação escolar, conforme exigências e expectativas da professora, que, como já afirmamos, podem ser questionadas.

c) Que a problemática pode ser percebida em relação a vários aspectos, seja no relacionamento com a professora, seja no relacionamento com os colegas ou no desempenho da tarefa.

d) Que, com relação às classes deste estudo, foram percebidas diferenças nas problemáticas levantadas, o que indica a necessidade de discussão mais detalhada e mesmo um aprofundamento das questões específicas em cada uma delas.

e) Que de forma geral foi encontrado um índice de 29% de desadaptação escolar nessa população estudada.

Este é, portanto, um instrumento útil para o psicólogo no conhecimento mais amplo da realidade escolar onde atua, fornecendo subsídios para uma ação preventiva, pois denuncia, de forma precisa, os problemas mais gerais que os professores percebem no seu relacionamento diário com os alunos.

Além disso, na determinação clara de características individuais dos vários alunos permite, como já relatado, uma consideração mais específica a cada um deles, atendendo, em conjunto com a professora, suas necessidades e acompanhando seu progresso.

SUMMARY

CHARACTERIZATION OF STUDENTS CLASSROOM BEHAVIOR THROUGH PERFORMANCE SCALES

The objective of this work was to develop an instrument to make possible an analytical characterization of children's classroom behavior in response to the requirements and routines of this context. Two first-year classes from a first grade school, were observed using the 'time-sampling' technique. Three observers registered the most frequent behaviors in classroom, each one attending to 30-minute observation sessions. These behaviors were grouped in descriptive categories of similarity; these categories consisted in bipolar adjectives meant to describe synthetically the groups of behavior observed. The 25 categories formulated were then grouped in conglomerates, according to the Typological Analysis technique of McQUITTY (Gendre, 1976), based on the

similarity judgment made by 10 university referees. For the questionnaire construction, 5 conglomerates of characteristic scales were built. These scales related to different aspects of classroom behavior: discipline, participation, socialization, method and rhythm of work.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, C. (1983) An Ecological Developmental model for a family orientation in School Psychological. *J. of School Psychology*, 21, 179-189.
- BIJOU, S.W.; PETERSON, R. F.; HARRIS, F. R., ALLEN, K. E. & JOHNSTON, M. (1969) Methodology for experimental studies of young children in natural settings. *The Psychological Record* 19: 177-210.
- BRONFENBRENNER, U. (1979) *The ecology of human development*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- FERREIRO, E. (1985) *Reflexões sobre a alfabetização*. Trad. Horácio Gonzalez (et. al.) 2ª ed. S. P. Cortez.
- GENDRE, F. (1976), *L'analyse statistique multivariée*. Librairie Draz, Paris.
- GUZZO, R. S. L. (1987) *Dificuldades de Aprendizagem: Modalidade de atenção e análise de tarefas em materiais didáticos*. Tese apresentada ao Instituto de Psicologia-USP para obtenção de Grau de Doutor em Ciências – área de concentração: Psicologia Escolar.
- LOMONACO, J. F. B. e VIEIRA, M. T. B. P. (1986). Estudo da Validade preditiva e simultânea de Teste Becasse de Maturidade Escolar. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 38(4), 127-139.
- LUCK, S. L. LEE, P. L. M.; LEUNG, W. L. P. e LICK-MAK, F. (1988) – Teacher's referral of children with mental health problems: a study of primary schools in Hong Kong. *Psychology in the Schools*, 25: 121-129.
- MARTURANO, E. M. (1979) Adaptação e comportamento social na pré-escola. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 31(4): 101-124.

- McDERMOTT, P. A. e BEITMAN, B. S. (1984) Standardization of a scale for the study of children's learning styles: structure, stability and criterion validity. *Psychology in the school*, 21, 5-14.
- MOURA, M. L. S. de; CUNHA, M. V. G. G. A. e COUTINHO, L. T. M. (1982). Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem da leitura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 34(4), 3-26.
- NEUMANR, K. F.; BARTON, J. W. e CRITELLI, J. W. (1979) Factor analysis of a system of student's learning styles. *Perceptual and Motor Skills*. 48, 723-728.
- OLIVEIRA, Q. L. de (1984) Validade preditiva de alguns testes de prontidão para a alfabetização: um estudo comparativo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 36 (3): 108-124.
- PIRES, Y. M. C. (1988). O desenvolvimento de estruturas operatórias concretas e a aprendizagem inicial da leitura/escrita em crianças de baixa renda. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. 40(2), 63-72.
- SPERRY, L. (1977) Desempenhos de Aprendizagem e Diferenças Individuais. In: Len Sperry (Org.) Desempenhos de aprendizagem e diferenças individuais. P. A :Globo, 4-10.

ATITUDES EM RELAÇÃO À VELHICE: UMA REVISÃO DE LITERATURA *

1ª parte – Estudos Interculturais

Anita Liberalesso NERI **

RESUMO

Tradicionalmente a Gerontologia e a Psicologia têm assumido que predominam atitudes negativas em relação ao velho e à velhice, nas sociedades e nos indivíduos. Entretanto, não há evidências de pesquisas suficientes, em apoio a essa noção. Este artigo é o primeiro de uma série de três, dedicados à análise de uma amostra de pesquisa realizada entre 1945 a 1987. Os estudos foram categorizados em duas rubricas: estudos interculturais (texto 1) e pesquisas focalizando variáveis individuais (psicológicas e sociológicas) (texto 2). O terceiro texto analisa as principais tendências da literatura na área. O texto que segue trata de pesquisas sobre a posição do velho nas sociedades "primitivas" e históricas, nas modernizadas e em vias de modernização e sobre a imagem do velho refletida pelos meios simbólicos (como a TV, a Literatura Infantil e para Adultos, a Poesia, os anúncios de propaganda e as tiras de humor. Conclui que é impossível estabelecer comparações consistentes entre culturas ou seus subgrupos e que os dados de pesquisa não confirmam a existência de um preconceito universal contra o idoso. Parece relevante que a Geropsicologia realize uma crítica interna de seus conceitos básicos, procedimentos de pesquisa e práticas profissionais.

Embora sejam relativamente claras as distinções conceituais entre "envelhecimento", "velho" e "velhice", devidamente contextualizados por dimensões espaço-temporais, só-

(*) Texto extraído da tese de Livre Docência da autora "Envelhecer num País de Jovens. Significados de Velho e Velhice Segundo Brasileiros não Idosos". UNICAMP, 1988.

(**) Faculdade de Educação/UNICAMP.

cio-culturais e individuais, não é nada fácil discriminar essas distinções na literatura gerontológica. Nem elas têm sido sistematicamente exploradas. Disso resulta um estado de confusão mais ou menos generalizada, em que florescem interpretações pouco parcimoniosas. Nestas, dados sobre percepções a respeito do velho são livremente convertidos e transpostos para percepções sobre velhice e envelhecimento e vice-versa. Ainda, dados sobre experiências ou percepções individuais ou de grupos determinados são generalizados para o nível societal e vice-versa.

Semelhantes inadequações conceituais têm sido apontadas desde há muito tempo por vários pesquisadores, inclusive por Tuckman e Lorge (1953), que, em estudo pioneiro sobre atitudes em relação à velhice, advertiam serem insuficientes as evidências de pesquisa disponíveis, para que se realizassem generalizações sobre as características de personalidade e os problemas de ajustamento associados com o envelhecimento. Isso porque, ainda segundo Tuckman e Lorge (1953), as informações disponíveis a esse respeito são baseadas em escores de inventários padronizados de ajustamento ou em observações realizadas por psiquiatras sobre pessoas com dificuldades de ajustamento, ou ainda em idosos institucionalizados, por não serem capazes de funcionar adequadamente sem apoio e proteção institucional. Concluem que **'a não aplicabilidade das normas baseadas no ajustamento de pessoas mais jovens ao desempenho de sujeitos mais velhos e a falta de reconhecimento de diferenças na bagagem e na experiência cultural tornam extremamente arriscado, no estado atual do conhecimento a respeito de idosos, fazer generalizações sobre seus problemas sociais e psicológicos (p. 250).**

Ao que tudo indica, a advertência foi ignorada por várias levas de pesquisadores, o que permitiu que vicejasse, na área de pesquisa sobre atitudes em relação à velhice, um conjunto de crenças e opiniões sobre a predominância de predisposições negativas nos indivíduos e na sociedade, determinadas por uma concepção de velhice como problema a ser evitado. Essas cognições, de certo modo, têm predeterminado as questões, hipóteses, instrumentos, resultados e interpretações de boa parte das pesquisas sobre a questão.

Em 1971, Mc Tavish publicou uma importante revisão de pesquisas realizadas nas décadas de 50 e 60, a qual con-

firma essa tendência. Sua análise contempla a categorização dos estudos então disponíveis em duas rubricas gerais e de certa forma sobrepostas. Uma privilegia o contexto sócio-cultural e a outra o individual, ou de sub-grupos analíticos. Na primeira, considera-se como variável dependente o nível geral de consideração ou prestígio que o velho desfruta na sociedade e, como variáveis independentes, fatores temporais, sociais e inter-culturais. Na segunda, conforme o autor, a variável dependente são os estereótipos, estudados em função de variáveis psicológicas ou sociológicas (como, por exemplo, sexo, idade, escolaridade, autoritarismo, anomia e conservadorismo dos respondentes).

Utilizarei esse critério classificatório para resenhar uma amostra representativa de pesquisas publicadas entre 1945 e 1987. Creio que ela será um instrumento útil ao leitor que necessita situar-se na área. Na literatura posterior à resenha de Mc Tavish (1971), identifiquei uma valiosa tendência de crítica metodológica, questionando os fundamentos e a confiabilidade dos instrumentos disponíveis e fazendo propostas alternativas. Ela retoma a questão da generalidade dos dados de pesquisa realizada a partir de diferentes perspectivas, bem como a da distintividade entre os diversos alvos da pesquisa sobre velhice/velho/envelhecimento (pessoal, grupal, interindividual, de grupos, sócio-cultural).

ESTUDOS INTERCULTURAIS

As investigações que seguem essa tendência focalizam o prestígio do velho em diferentes sociedades, quer privilegiam uma única sociedade (como, por exemplo, os Estados Unidos Shaver, 1979; a Colômbia — Dulcey e Ardila, 1978; a França Stearns, 1981; a Corsega — Cool, 1981; a Venezuela — Sanchez, 1982; a Índia — Sharma e Tiwari, 1983; e Samoa — Rhoads, 1984), quer privilegiando a comparação entre duas ou mais sociedades (como, por exemplo, Estados Unidos e Venezuela — Sanchez, 1977; Estados Unidos e México — Culbertson e Margaona, 1981; Estados Unidos e Senegal — Wandeviele, 1982; e Java e Austrália Neesjirwan e col, 1983). Outros autores, como Cowgill e Holmes (1972), interessaram-se pela comparação entre sociedades modernizadas e em vias de moder-

nização. Uma outra importante vertente de pesquisa é a que considera produtos sociais como, por exemplo, a Literatura, a TV, as produções de humor e os cartões de aniversário, simultaneamente como reflexos e determinantes de atitudes em relação ao velho, à velhice e ao envelhecimento.

A lógica subjacente a essas investigações é que os estudos antropológicos e interculturais podem contribuir para esclarecer as conexões entre padrões demográficos, papéis sociais e experiência individuais, no contexto do curso de vida de uma cultura. A possibilidade de abstração de categorias transculturais, bem como a coleta de dados comparáveis sobre as vidas de homens e mulheres em diversas culturas, também podem auxiliar a compreensão de fatores culturais e intrapsíquicos, relativos à experiência do envelhecimento.

Os diferentes estudos categorizados sob a rubrica de sociais e interculturais se valeram de vários enfoques metodológicos. Sobressaem observações participantes, suplementadas por gravações, questionários e entrevistas, bem como por análise etnográfica. A imagem de velho/velhice na Literatura, na TV, em produções de humor e similares, foi investigada principalmente através de análises de conteúdo.

A maioria dos estudiosos que realizaram análises de sociedades isoladas e análises interculturais, sugerem que nas sociedades primitivas e históricas predominam atitudes positivas em relação ao velho, mas que elas tendem a se tornar negativas com a modernização, de tal forma que nas sociedades industrializadas predominam atitudes negativas.

Buscando interpretar esses dados, Cowgill e Holmes (1972) afirmam que nas sociedades "primitivas", caracterizadas por menor mobilidade social, o velho possui grande prestígio. Sua atuação se ressalta e ele é valorizado, inclusive em virtude de sua relativa raridade na população, ou em virtude de fatores econômicos e ligados à organização familiar.

O homem tende a ter alto prestígio em sociedades agrícolas e patriarcais, e a mulher naquelas em que predominam a caça, a pesca e o matriarcado. A transição de uma economia essencialmente agrícola para a industrializada coincidiria com o rebaixamento do status do velho, em virtude da introdução de novas tecnologias e da especialização do conhecimento e da produtividade dela resultante. Esse conjunto de mudanças determinaria o rebaixamento do status do velho, cujas habilidades e conhecimentos passariam a ter menos valor no mercado de tra-

balho (Simmons, 1945, apud Mc Tavish, 1971; Maxwell, 1970; Cowgill e Holmes, 1972; Palmore e Mantoan, 1974; Palmore, 1975; Achembaum e Stearns, 1978).

Dados como os acima apontados são consonantes com as formulações de Simone de Beauvoir (1970), realizadas a partir dos enfoques histórico e etnográfico. De acordo com a autora, a experiência e os conhecimentos acumulados pelos velhos nas sociedades primitivas lhes serviam como triunfos. Em contrapartida, eles eram expulsos ou eliminados do grupo, de forma mais ou menos brutal, quando sua improdutividade passava a significar uma sobrecarga para a comunidade. Em algumas dessas sociedades, negava-se a decadência e a morte, justamente eliminado o chefe quando ele ainda estava em pleno vigor, para que, por ocasião de sua morte natural na velhice, não levasse consigo a força vital da tribo. Em outras, o velho era respeitado como um elo valioso entre o passado e o presente, e entre a Terra e o Além. Cabia-lhe, por exemplo, introduzir as crianças na vida da tribo, através de lhes dar um nome e realizar as invocações dos espíritos dos antepassados. O velho conta com maior chance de sobrevivência nas sociedades mais ricas do que nas mais pobres e mais nas sedentárias do que nas nômades. A magia e a religião intervinham em seu favor apenas nas sociedades mais prósperas, onde inspiravam ressentimento, temor e respeito, em virtude de seus conhecimentos sobre as tradições, que serviam para manter a coesão do grupo. Graças a isso, obtinham respeito e prosperidade material. No entanto, quando a técnica se dissocia da magia e principalmente quando a escrita se faz presente, a influência do velho declina.

Analisando as sociedades históricas, Beauvoir (1970) afirma que o velho tem maior poder nas mais organizadas e repetitivas do que nas fragmentadas, e mais nos períodos conturbados do que nos tranquilos. O velho foi poderoso na China, em Esparta, nas oligarquias gregas, em Roma até o século II a.C. e entre os judeus. Os jovens reconheciam sua autoridade política e econômica, mas, talvez sensíveis à decadência física que vislumbravam para si mesmos, tendiam a ridicularizá-los. Essas informações são confirmadas por Haynes (1962 e 1963), a partir da análise de registros históricos (apud Mc Tavish, 1971).

Durante a Idade Média, os velhos foram pouco numerosos. Os sobreviventes em geral dependiam de suas famílias ou da caridade dos castelos e conventos.

O destino dos velhos foi particularmente penoso por ocasião do advento do Capitalismo. Sua sorte dependia essen-

cialmente das famílias, que às vezes os tratavam bem e às vezes os depositavam em asilos. O processo de industrialização determinou a progressiva generalização dos sistemas públicos e privados de aposentadoria, bem como de políticas sociais de apoio ao idoso, que, se por um lado o beneficiam, por outro contribuem para estigmatizar sua condição. Vitimado pela estigmatização, a saúde precária, a indigência e a solidão, o velho das sociedades contemporâneas industrializadas vive uma situação de escândalo (Beauvoir, 1970).

Os gerontólogos têm-se esmerado na aceitação acrítica dessa ampla generalização e, mais que isso, na divulgação da idéia de que essa situação de escândalo seria a um só tempo determinante e reflexo de atitudes negativas generalizadas em relação ao velho. A grave menção de Beauvoir (1970), segundo a qual uma sociedade desvenda seus meios e seus fins pela maneira como trata seus velhos, é igualmente assumida na íntegra, por uma Gerontologia estranhamente gerontófoba, que não considera os limites ideológicos, sociais, geográficos e psicológicos que contextualizam a afirmação em apreço. Não se trata de discordar da autora, mas de dimensionar corretamente suas afirmações.

Felizmente, esse posicionamento acrítico é questionado por diversos investigadores. Assim, Harth (1968, apud Tavish, 1971), por exemplo, afirma que os Igbo's expressam ambivalência acerca do status do idoso, que é afetado por problemas análogos aos que influenciam a vida do velho nas modernas sociedades industrializadas. Paralelamente, Paltrow (1971, 1975 e 1977), analisando a sociedade norte-americana contemporânea, menciona a duplicidade de padrão vigente quanto ao prestígio de homens e de mulheres idosas. Em contrapartida, Cowgill e Holmes, (1972) sugerem que o status do idoso é menos afetado pelos processos de urbanização e industrialização do que por fatores pessoais, tais como doenças, conflitos intrafamiliares, pressões exercidas pelos jovens e problemas econômicos.

Essa sugestão é fortalecida por Culbertson e Margaona (1981). com base em entrevistas com 70 norte-americanos e 100 mexicanos que tinham parentes idosos. Os resultados foram que os norte-americanos tinham menor contato com seus parentes idosos e tendiam a perceber a convivência com eles como uma sobrecarga, a despeito de apresentarem avaliações positivas em relação a eles. Em contrapartida, a maioria dos mexicanos relataram que seus parentes idosos ajudavam a família de alguma

forma, ou seja, o fato de serem apontados como fontes de apoio parece ser um indicador de condições mais cômodas para os idosos entre os mexicanos. Anteriormente já se observara que nas sociedades tradicionais, o velho tem status elevado em função de fatores tais como: casamento mais tardio, forma de herança da propriedade rural, proximidade nas relações mãe-filho e migração dos jovens rurais para a zona urbana (Cowgill e Holmes, (1972).

Na mesma linha de raciocínio crítico, Rhoads (1984) utilizou evidências colhidas em Samoa para reavaliar a hipótese da relação entre modernização da sociedade e desvalorização do velho. Sugere que o velho samoano terá retido considerável status, a despeito do processo de modernização, em virtude da manutenção do sistema familiar tradicional, que garantiria apoio intergeracional recíproco. Outros determinantes da conservação de status pelo velho samoano teriam sido a existência de atitudes flexíveis frente ao trabalho na velhice, bem como a atribuição do prestígio individual à família como um todo.

Ao analisar a questão da satisfação na velhice, sob o ponto de vista da continuidade de papéis, Cool (1981) fornece importantes pistas para o estudo das atitudes em relação à velhice, ao mesmo tempo que fortalece as críticas à hipótese que relaciona industrialização e perda do status do velho. Seu estudo foi conduzido numa comunidade rural isolada do Mediterrâneo e conclui que a maior satisfação das velhas niolas com a velhice talvez se deva ao fato de que sua socialização é presidida por maior flexibilidade e variedade de papéis que a dos homens. A autora sugere que essa informação pode ser útil como pista a homens e mulheres de nações industrializadas, no sentido em que a flexibilidade na carreira e na vida pessoal, aumentaria a probabilidade de satisfação e de atitudes positivas em relação à velhice.

Shaver (1979) utilizou a teoria de atribuição para analisar os resultados do levantamento realizado pelo National Council of Aging dos EUA (em que não foi confirmada a hipótese da existência de atitudes negativas frente ao velho e à velhice). Para a autora, a aceitação acrítica da generalidade dos estereótipos negativos é fruto de erros de atribuição relacionados aos seguintes fatores: a) a aposentadoria compulsória seria atribucionalmente preferível à aposentadoria com base na incom-

petência; b) as opiniões de idosos seriam modeladas por atribuições referentes ao papel de velho e c) as atribuições feitas pelos profissionais ligados ao cuidado de idosos podem contribuir para a perpetuação de uma visão negativa sobre a velhice.

Uma das discussões mais consistentes sobre a hipótese da relação entre a modernização da sociedade e a desvalorização do velho é sustentada por Bengston e col. (1975). Levantam a questão da desconsideração das complexas interações sociais e familiares e sugerem a existência de um sério viés cultural, responsável por uma visão ingênua ou romântica do idoso nas sociedades pré-industriais. Na visão de De Haney (1987), a romantização do status de idosos rurais não só confirma a existência desse viés cultural, como também limita o desenvolvimento de teorias sobre velhice e envelhecimento, de tal modo abrangentes, que possam acomodar variações inter e intraculturais. Nessa mesma linha de raciocínio, Tobin (1987) denuncia a existência de idealizações sobre o velho japonês, na sociedade americana, e sugere que a falsa idéia de dependência que o norte-americano faz do velho no Japão talvez reflita sua ambivalência quanto a lidar com a questão da dependência ao longo do ciclo de vida. Embora não exista nenhum estudo sistemático sobre imagens idealizadas de velhice na sociedade brasileira, não se pode negar os indícios de que elas existem, por exemplo em relação aos indígenas, aos nordestinos, aos imigrantes italianos e às comunidades rurais. Seria importante saber em que medida elas permeiam nossos significados de velhice.

A distorção mais séria embutida na hipótese da relação entre modernização e perda de status na velhice é representada pela confusão conceitual entre os níveis societal e individual. Para Bengston e col. (1975), é importante discriminar entre conceitos e níveis de observação referentes à modernização (concebida como um processo societal) e à modernidade (relativa às propriedades de indivíduos particulares, numa dada sociedade, independentemente do seu grau de modernidade). Explicitando, a modernização teria relações com a organização, a alfabetização, a mobilidade social, os meios de comunicação de massa, o nível de desenvolvimento industrial e a organização democrática. A modernidade se evidenciaria por manifestações individuais de mobilidade social, residência em zona rural ou urbana, utilização dos veículos de comunicação de

massa e participação no sistema político de uma sociedade. Seria então mais apropriado considerar essas variáveis como uma evidência que reflete a presença de uma tendência atitudinal identificada como modernidade.

Nessa linha de raciocínio, em qualquer sociedade o status do idoso refletiria a posição coletiva de seu grupo de idade (usualmente definido como composto de pessoas de 65 anos para cima), com referência a vários atributos de status, incluindo prestígio ocupacional, renda, educação ou status profissional. As experiências individuais de desrespeito, negligência ou abandono, vivenciadas por muitos velhos, em muitas sociedades, embora basicamente associadas ao baixo status do grupo etário, não devem ser consideradas idênticas às características de status do grupo como um todo. Em contrapartida, em algumas sociedades agrárias, o alto prestígio desfrutado pelos idosos não lhes garante automaticamente segurança econômica, habitação e acesso a serviços públicos. De Haney (1987) sugere que o que se define como o status do idoso é em parte determinado pela forma como ele é conceituado e medido, o que nos remete à idéia central desta resenha, de que os métodos de pesquisa podem afetar os resultados.

Dessa forma, para se testar a hipótese de que o status do idoso declina com a modernização, seria necessário ter dados demonstrando que a renda média, a educação ou o prestígio ocupacional do grupo etário composto pelos velhos, em comparação com os grupos mais jovens, necessariamente declina com o aumento das taxas de urbanização, industrialização e outros indicadores de modernização. Outras pesquisas adicionam controvérsias interessantes. Por exemplo, Armer & Schnaiberg (1972); Pontes (1973) e Singer (1971), citados por Bengston e col. (1975), observam que orientações tradicionais de valor tendem a persistir durante períodos de desenvolvimento social e econômico acelerado, servindo para legitimar as transformações na ordem social decorrentes desse processo. Da mesma forma, dados derivados de estudos empíricos, em várias sociedades desenvolvidas, permitem concluir que o sistema de família extensa e alguns padrões de interação familiar tendem a permanecer relativamente estáveis, independentemente do estado de modernização social ou da imigração de países menos in-

dustrializados para outros que já avançaram mais no processo de modernização (Koh e Bell, 1987; Yu e Wu, 1985; Cruz-Lopez e Pearson, 1985 e Taylor, 1985).

Antes de encerrar esta resenha de estudos que focalizam as atitudes em relação à velhice, de um ponto de vista socio-cultural é importante mencionar alguns exemplares representativos de pesquisas sobre a influência dos meios simbólicos sobre atitudes sociais frente ao tema. A análise de conteúdo foi a técnica mais usada nesses estudos, que focalizaram, por exemplo, literatura de ficção para adultos (Duncan, 1963); revistas de divulgação norte-americanas, de 1890 a 1955 (Martel, 1968, apud McTavish, 1971); literatura infantil (Seltzer e Atchley, 1971 e Blue, 1978); poemas (Sohnngen e Smith, 1978); cartões de aniversário (Dillon e Jones, 1981) e produções de humor (Richman, 1977).

Com exceção dos trabalhos de Blue (1978) e de Seltzer e Atchley (1971), todas essas pesquisas relatam ter encontrado predominância de atitudes negativas sobre o velho. Blue, (1978), conclui também que as atitudes a respeito do velho são multidimensionais. Seltzer e Atchley (1971) afirmam que os gerontólogos teriam superestimado a presença e os efeitos de percepções negativas sobre o velho.

Chinen (1987) realizou uma interessante análise do conteúdo de 2.500 contos de fadas tradicionais, com base na teoria psicanalítica. Desse total, selecionou 50 em que o personagem principal era um idoso (os demais tratam sobre jovens e trama do herói). Identificou seis temas predominantes: pobreza, privação, isolamento e auto-reformulação; transcendência; prudência; ingenuidade ou inocência (comparável à da criança); e contato com o sobrenatural (mediando coisas terrenas). O autor considera que esses contos cumpriam e cumprem a função de continuar os contos sobre jovens, que ao final das histórias se casavam e "eram felizes para sempre". Atualizam o alto potencial de desenvolvimento humano prenunciado nos contos sobre jovens: a união entre a inocência e a sabedoria; a mágica e o conhecimento, possíveis de acontecer na velhice.

Em virtude de seu grande potencial multiplicador e educacional, os conteúdos das mensagens televisivas têm merecido muita atenção dos estudiosos da questão em pauta. Aná-

lises sobre os produtos de redes de TV dos Estados Unidos, entre 1968 e 1978, revelaram que a representação dos vários grupos de idade na programação dramática diferia substancialmente da que vigora na sociedade. Não só o velho aparecia pouco, como era apresentado em situações de inferioridade e dependência (Aronoff, 1974; Northcott, 1975 e Gerbner e col., 1980). No entanto, não se verificou uma relação direta simplesmente entre ver TV e ter atitudes negativas, mas sim entre estas e o número de horas diárias de exposição ao veículo. Os dados de um estudo realizado em Londres, por Wobner e Gunter (1982), não corroboraram essa conclusão.

Recentes revisões de literatura realizadas por Elliott (1984) e Passuth e Cook (1985) mostram que existe muita controvérsia acerca do conteúdo das imagens televisivas sobre velhice, que a apresentam de modo confuso, incorporando tanto estereótipos negativos e positivos, como também estereótipos positivos irrealísticos e reversos. Passuth e Cook (1985) realizaram, aliás, uma análise crítica dos dados coletados por Gerbner e col. (1980) sobre como a TV afetava as cognições e atitudes sobre velhos em duas amostras de adultos, uma com 4.460 casos e outra com 1.500. As variáveis independentes, além de frequência de ver TV e tipos de programa, foram índices de satisfação na vida e fatores demográficos. Gerbner e col. (1980) concluíram que a exposição à TV contribui para a existência de atitudes negativas e de poucos conhecimentos sobre o idoso. Porém, a re-análise de Passuth e Cook (1985) demonstrou que essa influência é pequena e restrita aos sujeitos mais jovens.

Holtzman e Akyiama (1985) desenvolveram um estudo intercultural sobre a imagem do velho em programas infantis norte-americanos e japoneses. A TV norte-americana mostra o velho mais freqüente e mais positivamente do que a japonesa. Porém, nos dois países, a programação televisiva para crianças apresenta uma visão distorcida da população, visto que velhos e crianças são numericamente sub-representados.

Esses estudos sobre a imagem do velho e da velhice, veiculada por material simbólico, discutem superficialmente como esse material mediará a aquisição de atitudes e cognições sobre esses objetos. Suas hipóteses privilegiam a idéia de predominância de atitudes negativas. Confirmadas, suas discussões não vão além de arrolar dados que as justificam e fortalecem.

Desconfirmadas, como nos casos de Blue (1978) e Seltzer e Ashley (1971), sugerem que o assunto deva merecer mais atenção. Argumentação mais consistente é encontrada nos trabalhos de Elliott (1984), Passuth e Cook (1985) e Holtzman e Akyiama (1985), numa linha sociológica, privilegiando o possível efeito interrelacionado de variáveis ligadas a trabalho, produtividade e status nas sociedades industriais capitalistas.

CONCLUSÕES

O exame dessa amostra de literatura sugere a necessidade de mais pesquisas focalizando variáveis sócio-culturais, bem como suas relações com aspectos individuais e de pequenos grupos. Os dados disponíveis não permitem comparações consistentes entre culturas, nem entre grupos nelas inseridos, embora permitam concluir que o preconceito contra o idoso não é universal.

Embora a confusão e a inconsistência não sejam exclusivas desta área de pesquisa, nesta especificamente, qualquer tentativa de refinamento passa pela consideração do viés profissional, da necessidade de aprimoramento dos instrumentos, do correto dimensionamento das amostras, da clara definição de termos e da conexão consistente dos problemas, hipótese e métodos de pesquisa com proposições teóricas também consistentes.

A SEGUIR:

2ª parte — Estudos sobre Variáveis Individuais, de Natureza Psicológica e Sociológica.

ABSTRACT

Gerontology and Psychology have traditionally assumed that there is predominance of negative attitudes toward aging and aged people in societies and individuals. However there is not sufficient research evidence supporting this assumption. This paper is the first in a set of three,

analysing a research sample from 1945 to 1987. The studies were categorized in two rubrics: transcultural studies (text 1) and research focusing individual (psychological and sociological) variables (text 2). The third text analyses the main tendencies in this literature area. The text that follows focuses research about status of the elderly in "primitive" and historical societies; in modernized or modernizing societies and the aged image reflected by symbolic media (as TV, child and adult literature, poetry, advertisements and cartoons). It concludes that is impossible to establish consistent comparisons between cultures or their sub-groups, and that research data have not showed universal prejudice against the elderly. It seems relevant that Psychogerontology may build an internal critic of their basic concepts, research procedures and professional practices.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHEMBAUN, W. A. & STEARNS, P. N. (1978). Essay: old age and modernization. *The Gerontologist*, 18(3), 307-312.
- ADAMS, D. (1971). Correlates of satisfaction among the elderly. *Gerontologist*, 11, 64-68.
- ARONOFF, C. (1974). Old age is prime-time. *J. of Communication*, 24, 86-87.
- BEAUVOIR, S. de (1970). A velhice. A realidade incômoda. S. P.: Difel. Trad. do orig. em francês, s/data, por H. Lima Dantas.
- BEAUVOIR, S. de (1970). A velhice. As relações com o mundo. S. P.: Difel Trad. do orig. em francês, s/data, por H. Lima Dantas.
- BENGSTON, V. L., DOWD, J. J., SMITH, D. H. & INKEKS, A. (1975). Modernization, modernity, an perceptions of aging: a crosscultural study. *J. of Gerontology*, 30(6), 668-695.
- BLUE, G. F. (1978). The aging as portrayed in realistic fiction for children 1945-1975. *The Gerontologist*, 18(2), 187-192.
- BURGUESS, E. W., CAVAN, R. S. & HAVIGHURST, R. J. (1948). *Your Activities and Attitudes*. Chicago: Univ. Chicago Press.

- CHINEN, A. L. (1987). Fairy tales and psychological development in late life; a cross-cultural hermeneutic study. *The Gerontologist*, 27(3), 340-346.
- COOL, L. E. (1981). Role continuity or crisis in later life? a corsican case. *Int'l J. Aging and Human Development*, 13 (3), 169-181.
- COWGILL, D. O & HOLMES, L. D., *Aging and Modernization*, N. Y. Appleton, 1972.
- CRUZ-Lopez, M. & PEARSON, R. E. (1985). The support needs and resources of puerto Rican elders. *The Gerontologist*, 25(5), 488-487.
- CULBERTSON, F. M. & MARGAONA, E. A. (1981). A study of attitudes and values toward the aged; cross-cultural comparisons. *International Journal of Group Tensions*, 11 (1-4), 34-46.
- DE HANEY, W. T. (1987). Romanticising the status of the rural elderly: theory and policy implications. *The Gerontologist*, 21,(3), 321-329.
- DILLON, K. M. & JONES, B. S. (1981). Attitudes toward aging portrayed by birthdays cards. *Int'l J. Aging and Human Development*, 13(1), 79-84.
- DULCEY, E. & ARDILA, R. (1976). Actitudes hacia los ancianos. *Revista Latino Americana de Psicologia*, 8(1), 57-67.
- ELLIOTT, J. (1984). The day time television portrayal of older adults. *The Gerontologist*, 24(6), 628-633.
- GERBNER, G., GROSS, L., SIGNORELLI, N. & MORGAN. (1980). Aging with television: images on television drama and conceptions of social reality. *J. of Communication*, 30, 34-47.
- HOLTZMAN, J. M. & AKYIAMA, H. (1985). What children see: the aged on television in Japan and United States. *The Gerontologist*, 25(1), 62-68.

- KOH, J. Y. & BELL, W. G. (1987). Korean elders in the United States: intergenerational relations and living arrangements. *The Gerontologist*, 27(1), 66-71.
- LEWIS, M. (1982). Aging in the people's republic of China. *Int'l J. Aging and Human Development*, 15(2), 79-105.
- MAXWELL, R. J. (1970). The changing status of elderly in Polynesian Society. *Aging and Human Development*, 1: 127-146.
- MCTAVISH, D. G. (1971). Perceptions of old people: a review of research methodologies and findings. *The Gerontologist*, 11, 90-101.
- NOESJIRWAN, J., GAULT, V. & CRAWFORD, J. (1983). Beliefs about memory in the aged. *J. of Cross-Cultural Psychology*, 14(4), 455-468.
- NORTHCOTT, H. C. (1975). Too young, too old. Aging in the world of television. *The Gerontologist*, 15, 184-186.
- PALMORE, E. B. (1971). Attitudes toward aging as shown by humor. *The Gerontologist*, 11(3), 181-186.
- PALMORE, E. B. & MANTOAN, K. (1973). Ageism compared to racism and sexism. *Journal of Gerontology*, 28(3), 363-369.
- PALMORE, E. B. (1974). Modernization and status of the aged: international correlations. *J. of Gerontology*, 29, 205-210.
- PALMORE, E. B. (1971). The status and integration of the aged in Japanese society. *J. of Gerontology*, 30, 199-208.
- PALMORE, E. B. (1977). Facts on aging. *The Gerontologist*, 17, 315-320.
- PASSUTH, P. M. & COOK, F. L. (1985). Effects of television on knowledge and attitudes about older adults: a critical reexamination. *The Gerontologist*, 25(1), 69-77.
- RICHMAN, J. (1977). The foolishness and wisdom of age: attitudes toward the elderly as reflected in jokes. *The Gerontologist*, 17 (3), 210-219.
- RHOADS, E. G. (1984). Reevaluation of the aging and modernization theory: the samoan evidence. *Gerontologist*, 24(3), 243-250.

- SANCHEZ, A. N. (1982). Imagem y esteriotipos acerca de los ancianos en Venezuela. **Revista Latino Americana de Psicologia**, 14(3), 363-383.
- SELTZER, M. & ATCHLEY, R. C. (1971). The concept of old: changing attitudes and stereotypes. **The Gerontologist**, 11, 226-230.
- SHARMA, G. C. & TIWARI, G. (1983). Gerontology: viewpoint of hindo psychology. **Perspectives in Psychological Researches**, 6(1), 19-24.
- SHAVER, K. G. (1978-79). Attributional error and attitudes toward aging: a view of the NCOA National Attitude Survey, **Int'l J. Aging and Human Development**, 9(2), 101-113.
- SOHNGEN, M & SMITH, R. J. (1978), Images of old age in poetry. **The Gerontologist**, 18(2), 181-186.
- STEARNS, P. N. (1981). The modernization of old age in France: approaches through history, **Int'l J. Agind and Human Development**, 13(4), 297-315.
- TAYLOR, R. J. (1985). The extended family as a source of support to elderly blacks. **The Gerontologist**, 1985, 25(5), 488-495.
- TOBIN, J. J. (1987). The American idealization of old age in Japan. **The Gerontologist**, 27(1), 53-58.
- TUCKMAN, J., LORGE, I. & SPOONER, W. (1953). Attitudes toward old people. **J. of Social Psychology**, 37, 249-260.
- VANDEWIELE, M. (1982). Wolof adolescent's attitudes toward old people. **Adolescence**, 17 (68), 863-839.
- WOBNER, M. & GUNTER, B. (1982). Impressions of old people on TV in real life. **British Journal Of Social Psychology**, 21, 335-336.

- YU, L. C. & WU, S. C. (1985). Unemployment and family dynamics in meeting the needs of chinese elderly in the United States. *The Gerontologist*, 25(5), 472-476.

CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA ATENDIDA NA CLÍNICA PSICOLÓGICA DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA PUCCAMP – II*

Regina Maria Leme Lopes CARVALHO*
Antônios TÉRZIS*

RESUMO

O presente estudo visa a conhecer algumas características da população que procura atendimento psicológico na Clínica-Escola do Instituto de Psicologia da PUCCAMP, desde o início do seu funcionamento em 1970 até 1985.

Incluímos na nossa metodologia não só a descrição da nossa amostra (observada), como a comparação com a população geral do Estado de São Paulo (I.B.G.E.).

Observa-se que para a amostra total – 2.102 pacientes – encontram-se diferenças estatisticamente significativas:

- O maior número de pacientes atendidos encontra-se na faixa de 06 a 10 anos de idade, logo seguida pelos de 11 a 15 anos;
- Verifica-se que cerca de 44% dos pacientes, ao consultarem a Clínica-Escola para obterem atendimento com relação a seus problemas vitais e psicológicos, são estudantes e, via de regra, são encaminhados por Instituições Escolares ("latu sensu").
- Quanto à escolaridade, os clientes da nossa amostra apresentam um grau de instrução mais alto do que os da população geral do Estado de São Paulo;
- A proporção de solteiros é, na amostra observada, bem maior que na população geral, já que aquela é constituída por crianças e adolescentes, na sua maioria.

A Clínica-Escola do Instituto de Psicologia da PUCCAMP é primordialmente um campo de estágio para os

(*) Profs. da Pós-Graduação em Psicofogia – PUCCAMP

alunos do 5º ano em Psicologia. Tem por objetivo oferecer, de um lado, atendimento psicológico semi-gratuito ou gratuito à comunidade e, por outro, treinar e orientar o estudante ou futuro psicólogo na aquisição dos conhecimentos clínicos e experiências que o capacitam a exercer uma prática terapêutica satisfatória.

FELDMAN (1973) mostra que, quando se instalaram as clínicas-escola e os centros comunitários de Saúde Mental, nos Estados Unidos, seus objetivos eram, por um lado; reduzir a incidência de problemas psicológicos; aumentar o índice de recuperação desses problemas; aumentar a compreensão da comunidade, sua aceitação e apoio aos programas de saúde mental; melhorar a qualidade de vida comunitária e, por outro, oferecer ao Psicólogo-estagiário a oportunidade de treinar seu papel como clínico, com uma completa cobertura assistencial.

Até o momento, desconhecemos qualquer caracterização mais ampla, tanto da população atendida em clínica-escola, quanto que tipo de atendimento o psicólogo-estagiário desenvolve com o paciente. Haverá, portanto, uma série de indagações quanto a: Quem nos procura? Por que nos procura? Que tipo de problemas temos encontrado com mais frequência? Existe um tipo de problema psicológico mais característico da população dos problemas aqui atendidos que segue um desenho semelhante aos encontrados na população em geral, pesquisada por censos de saúde? Os problemas interligados à queixa principal do cliente são de ordem econômica, familiar, social, médica, psicológica, etc.?

Quanto ao atendimento, o nosso é eficaz, em que sentido: do aluno (aprender), do cliente (ajudar); em ambos; as pessoas que nos procuram são atendidas ou são reencaminhadas? Que tipo de atendimento psicológico o aluno desenvolve numa população que provém muitas vezes de classe social baixa, com dificuldades de verbalização, pobre vocabulário, menos cultura; que dificuldades encontra o aluno estagiário? (A diversidade da problemática do cliente), recursos materiais precários da instituição, pouco tempo dedicado durante o estágio, etc.).

Essas indagações apontam para uma situação muito complexa, na medida em que não temos respostas a dar. Essas são situações que parecem ser comuns às clínicas institucionais:

não dispomos de uma caracterização nem de um seguimento da nossa clientela.

FIGUEIREDO e SCHVINGER (1981) verificaram que a clínica psicológica institucional é procurada mais frequentemente por uma população carente, isto é, de baixo nível sócio-econômico-cultural.

SANTIAGO e SUBELINE (1984) concluem que as instituições, via de regra, não atendem clientes seriamente perturbados, que na maioria das vezes têm poucas possibilidades de tratamento, justamente por não poderem, financeiramente, pagar por um atendimento particular. Por sua vez, LARRABURE (1984) indica que uma das grandes dificuldades das instituições de atendimento gratuito ou semi-gratuito são as longas filas de espera que se formam, em consequência da excessiva demanda de clientes e do número limitado de profissionais para atendê-los.

Aqui, no Estado de São Paulo, conhecemos o trabalho de LOPEZ (1984), que faz um levantamento do movimento de quatro clínicas, durante um ano, analisando a população atendida. A autora conclui que: a) o comparecimento mais significativo é o de crianças na faixa de idade escolar, de mulheres na faixa adulta; o comparecimento de homens e idosos é pouco significativo; b) muitos clientes inscritos para psicoterapia não comparecem ao atendimento quando chamados, ou desistem após o início do mesmo. Deve-se lembrar o estudo de Sanches (1985), dirigido a conhecer a clientela que foi atendida na Clínica Psicológica da U.F.U. (MG), o qual concluiu que as crianças de 10 a 14 anos representam a faixa etária com maior índice de procura à Clínica. Demonstra ainda que a maioria dos pacientes atendidos na Clínica-Escola da U.F.U., estaria situada nos níveis mais baixos de posição sócio-cultural.

Caberia, ainda, destacar que o nosso estudo procurou conhecer os pacientes em relação à sua ordem de nascimento ao consultarem a Clínica Psicológica de Pós-Graduação-PUCC, para obterem atendimento em relação aos seus problemas vitais e psicológicos. Encontraram-se diferenças significativas, em nível de 0,05. A tendência do primogênito a obter atendimento psicológico era maior do que as demais ordens de nascimento (TERZIS e BRAGA DE OLIVEIRA, 1985).

Juntamente com os autores citados, reconhecemos a importância de um estudo sobre a caracterização da população atendida na Clínica-Escola do Instituto de Psicologia da PUC. O conhecimento da realidade dessa população em que atua o psicólogo-estagiário é imprescindível para um estudo dessa natureza e, mais tarde, um planejamento mais adequado sobre os resultados adquiridos.

MÉTODO

Na clínica psicológica do Instituto de Psicologia da PUC, os clientes são inicialmente entrevistados para triagem, por uma psicóloga coordenadora e em seguida é realizada a avaliação sócio-econômica pela Assistente Social do Instituto.

É aberta uma pasta (prontuário) para cada cliente com os dados pessoais, familiares, triagem, avaliação e classificação sócio-econômico-cultural. Em seguida, os pacientes são encaminhados aos diversos setores de atendimento existentes na Clínica Psicológica.

Para a realização desse trabalho, foram feitos os levantamentos do prontuário dos pacientes que vieram para atendimento psicológico na Clínica-Escola do Instituto de Psicologia da PUC, desde o início do seu funcionamento em 1970 até 1985, num total de 2.102 pacientes.

Antes de começar a pesquisa, foi necessário construir um formulário original, especialmente elaborado através do prontuário do paciente, contendo 90 variáveis. O presente artigo apresenta apenas uma parte dessas variáveis, por falta de espaço, a saber: a identificação da população atendida na Clínica-Escola.

A coleta de dados para fins do presente estudo foi realizada em duas etapas: numa primeira, foi preenchido para cada paciente um formulário, através do exame de sua pasta. Numa segunda etapa, todos esses dados foram transportados para a folha de computação e, em seguida, levados ao programa, e, finalmente, analisados no curso de Análise de Sistemas da PUCAMP.

Na análise dos dados dos clientes da Clínica Psicológica do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica

de Campinas procurou-se sempre que possível compará-los com os de uma amostra teórica retirada da população do município de Campinas — Censo de 1980 (Tabela 1 — Sexo) — ou da Região Administrativa de Campinas — projeção para 1985 (Tabela 2 — Idade do paciente), ou do Estado de São Paulo (Tabela 3 — Estado civil, Tabela 5 — Escolaridade), informações essas constantes do rodapé de cada uma das tabelas.

Essas comparações são feitas para que se possa saber se as diferenças internamente observadas na amostra em estudo são características inerentes a ela e portanto merecedora de atenção ou se, ao contrário, são características da população em geral e portanto auto-explicáveis.

A fim de possibilitar aplicação de testes estatísticos para verificar se as diferenças entre a população de onde foi retirada a amostra observada e a população geral são reais ou apenas obra do acaso consequência da flutuação da amostra, retirou-se desta população geral uma amostra teórica. A amostra teórica, do mesmo tamanho da amostra estudada, é aquela que apresenta todas as características em estudo no momento, nas mesmas proporções com que elas estão presentes na população geral.

A amostra teórica é uma abstração, ela não tem existência real. Ela não foi sorteada, individualizada e dela colhidos os dados para o estudo comparativo. A partir das informações demográficas oficiais, calcularam-se, para cada variável, as porcentagens com que cada estrato participava no total da variável, aplicando-se essas porcentagens sobre o total de casos existentes na amostra observada e obtendo-se assim as frequências teóricas ou frequências esperadas, necessárias para a aplicação do teste estatístico do X^2 utilizado neste trabalho.

Há necessidade de lançar-se mão deste artifício por não ser possível no teste do X^2 trabalhar diretamente com porcentagens, pois este teste estatístico é muito influenciado pelo tamanho da amostra. Caso utilizássemos as porcentagens, estaríamos na realidade, ao invés de trabalhar com a amostra observada, de mais de 2.000 indivíduos, trabalhando com amostra de 100 indivíduos e bem diferentes seriam os resultados.

A este respeito encontra-se em GRANER, E. A. — ESTADÍSTICA — p. 60 "Outra restrição importante é aquela refe-

rente à natureza da frequência utilizada na determinação dos valores do X^2 . A frequência deve ser expressa em números" "..... o valor do X^2 é muito aumentado pelo fato de aumentarmos arbitrariamente no exemplo de 20 para 100 e, conseqüentemente ..."

As comparações foram feitas dependendo dos dados fornecidos pelas fontes oficiais de estatística, com os da região mais restrita possível. Quando aquelas fontes apresentarem informações para a população urbana e para a rural, em princípios será feita com as da população urbana, por pertencerem a esta, senão todos ao menos a quase totalidade dos clientes da Clínica Psicológica.

RESULTADOS

Apresentamos uma parte dos resultados relativos à identificação dos 2.102 pacientes atendidos na Clínica Psicológica do Instituto de Psicologia-PUCAMP.

SEXO DO PACIENTE

Observa-se na Tabela 1 que há na amostra observada um ligeiro excesso de clientes do sexo feminino sobre os do

Tabela 1. Distribuição dos pacientes por sexo (comparação com a população do Município de Campinas – 1980).

$$t = 1,912 < 1,96$$

$$t_{\text{obt}} < t_{0,95}$$

SEXO	AMOSTRA OBSERVADA		AMOSTRA TEÓRICA	
	N. A.	%	N. A.	%
Feminino	1.117	53,42	1.053	50,36
Masculino	974	46,58	1.038	49,64
TOTAL	2.091	100,00	2.091	100,00

sexo masculino. Há, também, uma pequena diferença, porém não significativa, estatisticamente, ao nível de 0,05, entre as participações do sexo feminino na amostra observada e na teórica, sendo ela um pouco maior no primeiro caso. Quanto a esta variável, não se obteve informação de 11 clientes, que representam 0,52% das 2.102 matrículas.

IDADE DO PACIENTE POR OCASIÃO DA TRIAGEM

Na Tabela 2, foi feita a comparação entre a idade do cliente na época do atendimento e a população geral da Região Administrativa de Campinas – SP. (83 municípios em torno de Campinas) Verifica-se que a faixa etária mais representada na amostra é a de 06 a 10 anos, cerca de um terço da amostra, seguido da faixa etária de 11 a 15 anos, com pouco mais de 20%. Acima de 20 anos, a participação das faixas vai diminuindo com o aumento da idade. Quanto a essa variável, não se obteve informação de 06 pacientes, que representam 0,29% do total de 2.102 clientes.

Tabela 2. Distribuição dos pacientes por idade do cliente na época do atendimento (comparação com a população da Região Administrativa de Campinas projeção para 1985).

Faixa Etária	AMOSTRA OBSERVADA		AMOSTRA TEÓRICA	
	N. A.	%	N. A.	%
01-05	168	8,0	245,9	11,7
06-10	689	32,9	215,6	10,3
11-15	452	21,6	201,8	9,6
16-20	238	11,4	202,7	9,7
21-30	321	15,3	414,2	19,8
31-40	162	7,7	304,8	14,5
41-50	40	1,9	202,3	9,7
Acima de 50	26	1,2	306,0	14,6
TOTAL	2.096	100,00	2.096,3	99,9

A Tabela 3 apresenta dados sobre o estado civil dos pacientes. Nas fontes oficiais, quando abordam esta variável "estado civil" que é denominado "estado conjugal", são considerados apenas pessoas de 15 anos ou mais. Nessa tabela a participação na amostra teórica, de 59,7%, é de pessoas "casadas e amasiadas" e, portanto, com 15 anos e mais e não de "crianças e adolescentes jovens".

Ao se analisarem simultaneamente duas Tabelas diferentes, é preciso não comparar as porcentagens pura e simplesmente, pois muitas vezes se trata de porcentagens de quantidades diferentes. Por exemplo, na Tabela 2, 68,5% da amostra teórica tem mais de 15 anos, enquanto na Tabela 3, que trata apenas de pessoas com mais de 15 anos, 32,6% são "solteiros" e 59,7% são "casados e amasiados". Deve-se, porém, observar que na Tabela 2 a porcentagem é de 2096 – 1436 sujeitos – e na Tabela 3 são de 755 – 246 solteiros e 451 casados e amasiados.

ESTADO CIVIL

Foi feita a comparação entre o estado civil do paciente na época do atendimento e a amostra teórica, retirada da população do Estado de São Paulo. Organizou-se a Tabela 3, onde foram retirados os 1.304 pacientes (vide Tabela 2) com até 15 anos de idade, devido ao fato de os dados oficiais (IBGE) sobre estado civil apresentarem informações sobre o estado civil apenas acima dessa idade.

Observa-se que a participação de solteiros na amostra observada é bem maior que na amostra teórica – mais de 20%. Em contrário, a participação de casados é, na amostra observada, quase 20% menor que na amostra teórica. Essas diferenças são estatisticamente significantes ao nível de 0,001, conforme se verifica na Tabela 3, onde os solteiros comparecem mais à Clínica. Quanto a essa variável, não se obteve informações de 38 clientes que representam 1,76% dos 2.102 pacientes.

Tabela 3. Distribuição dos pacientes por estado civil (comparação com a população geral do Estado de São Paulo) (graus de liberdade = 4 - 1 = 3); χ^2 obtido > χ^2 3; 0,001
182,276 > 16,276.

Estado Civil	AMOSTRA OBSERVADA		AMOSTRA TEÓRICA		$\frac{(O - E)^2}{E}$
	N. A.	%	N. A.	%	
Solteiro	414	54,8	246,1	32,6	114,549
Casado e Amasiado	307	40,7	450,7	59,7	45,817
Separado	25	3,3	21,1	2,8	0,721
Viúvo	9	1,2	37,0	4,9	21,189
TOTAL	755	100,0	754,9	100,0	182,276

As categorias "casados e amasiados" compreendem a categoria "casados" do Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Volume 1 - Tomo 2), onde estão incluídas as sub-categorias, "civil e religioso e somente civil", "somente religioso" e "união consensual". A categoria "separados" corresponde à "separados, desquitados e divorciados" do Censo IBGE.

ESCOLARIDADE DO CLIENTE

Analisando-se a Tabela 4, verifica-se que quase a metade dos clientes cursaram da 1ª à 5ª série do primeiro grau e pouco mais da quarta parte têm o ginásio e/ou o Técnico/Normal.

Participam da amostra com pouco mais ou menos, 7% em cada estrato, os clientes que não freqüentavam escola (crianças até 14 anos), os que estavam na pré-escola e os que cursavam o nível superior, concluindo-o não. Com uma participação muito pequena, cada estrato com menos de 2%, estão os analfabetos (adultos); os semi-analfabetos ou que

cursaram o Mobral (Adultos) e aqueles clientes que freqüentam escolas especiais.

Quanto a esta variável, não se obteve informação de 145 clientes, que representam 6,90% das 2.102 matrículas.

Uma vez que na coleta dos dados não se adotou modelo idêntico ao dos documentos oficiais (FIBGE – SEADE) para poder-se comparar a amostra com a população geral, foi necessário organizar-se a Tabela 5, onde foram agrupados:

– “clientes até 5 anos e clientes sem instrução ou com menos de um ano de instrução”: aqueles que na Tabela 4 pertencem às categorias “Não freqüentou escola (até 14 anos)”, “Pré-escolar”, “Analfabeto (Adulto)”, “Semi-analfabeto / Mobral (Adulto)” e “Escolas Especiais”;

– “clientes com 5 a 11 anos de estudo”: aqueles que na Tabela 4 pertencem às categorias “Ginásio” e “Técnico ou Normal”.

Tabela 4. Distribuição dos pacientes por nível de escolaridade.

SITUAÇÃO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Não freqüentou escola (até 14 anos)	143	7,3
Pré-escolar	132	6,7
Analfabeto (Adulto)	19	1,0
Semi-analfabeto/Mobral (Adulto)	34	1,7
Escola especial	25	1,3
Primário	961	49,1
Ginásio	363	18,5
Técnico ou Normal	140	7,2
Superior	140	7,2
TOTAL	1.957	100,0

Nesta Tabela 5 é feita a comparação dos dados colhidos com os de uma amostra teórica, retirada da população urbana do Estado de São Paulo, para o ano de 1980 (Anuário Estatístico do Estado de São Paulo – 1983 – Edição SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, São Paulo, 1984, p. 351).

Tabela 5. Distribuição dos pacientes por escolaridade, comparação com a população urbana do Estado de São Paulo (graus de

liberdade = 4 - 1 = 3); $X^2_{obt} \triangleright X^2_{3; 0,001}$
 190,153 \triangleright 16,268

SITUAÇÃO	AMOSTRA	OBSERVADA	AMOSTRA	TEÓRICA	$\frac{(O - E)^2}{E}$
	Freq.	Porc.	Freq.	Porc.	X^2
Cliente até 5 anos de idade e clientes sem instrução ou com menos de um ano de instrução	353	18,0	587,1	30,0	93,334
Clientes com até 4 anos de estudo	961	49,1	792,6	40,5	73,391
Clientes com 5 a 11 anos de estudo	503	25,7	483,4	24,7	0,795
Clientes com 12 anos de estudo e mais	140	7,2	93,9	4,8	22,633
TOTAL	1.957	100,0	1.957,0	100,0	190,153

Observando-se a Tabela 5, verifica-se que o nível de escolaridade da amostra observada é maior que o da população geral, uma vez que há, na amostra teórica, um excesso sobre a observada, da categoria "sem instrução ou menos de 1 ano" e um déficit nas demais categorias, inclusive na de "12 anos e mais de estudo".

Estas diferenças são estatisticamente significantes ao nível de 0,001, conforme se verifica abaixo, por meio do teste do X^2 .

OCUPAÇÃO ATUAL DO CLIENTE

Na Tabela 6, observa-se que as maiores participações são daqueles que "estudam", cerca de 44%, seguido daqueles "sem ocupação (crianças)", cerca de 23%. Na amostra cerca de 13% não estão contribuindo para a economia ou por "não trabalhar" (cerca de 9%), ou por estar "desempregado" (cerca de 2%) ou ainda por "afastamento por doença" ou por "aposentadoria", igualmente cerca de 2%.

A força de trabalho é representada por cerca de 20% da amostra, composta de cerca de 18% de "empregados", cerca de 1% de "autônomos" e cerca de meio por cento de "empregadores".

A falta de informação na presente variável foi de 5,04% do total de 2.102 clientes — 106 casos sem informação.

Tabela 6. Ocupação atual do paciente.

OCUPAÇÃO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Sem ocupação (criança)	464	23,2
Estuda somente	881	44,1
Não trabalha	177	8,8
Desempregado	43	2,2
Empregado	369	18,4
Autônomo	21	1,1
Empregador	7	0,4
Afastamento por doença	23	1,2
Aposentado	11	0,6
TOTAL	1.996	100,0

ENCAMINHAMENTO ÀS CLÍNICAS

Na Tabela 7, verifica-se que bem mais da metade dos clientes são a elas encaminhados por Instituições (educacionais), cerca de 24% e por profissionais da área de saúde, cerca de 39%. Entre esses, cerca de 16% são encaminhados por Médico Geral, cerca de 13% por Psiquiatra ou Neurologista e cerca de 11% por Psicólogo.

São poucos os que vêm espontaneamente; cerca de 5% e cerca de 16% são encaminhados pela família, por conhecidos ou por clientes da clínica.

Tabela 7. Encaminhamento às clínicas.

ENCAMINHADO POR	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Espontaneamente	100	5,2
Família do cliente	121	6,3
Conhecido	131	6,8
Cliente da clínica	64	3,3
Psicólogo	211	10,9
Psiquiatra ou Neurologista	245	12,6
Médico Geral e outras especialidades	301	15,5
Instituições educacionais	458	23,6
Outros	307	15,8
TOTAL	1.938	100,0

DISCUSSÃO

Na discussão dos resultados, selecionamos os que mais chamaram a atenção, mas os nossos comentários foram feitos de uma forma livre.

A análise da variável "sexo do paciente" mostrou que a demanda à clínica é feita igualmente por ambos os sexos e nas mesmas proporções das amostras teóricas. SANCHES (1985), em estudo semelhante, não encontrou diferenças significativas entre número de homens e mulheres que procuraram atendimento em Clínica-Escola do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia-MG.

Quanto à "idade dos pacientes" que procuram atendimento psicológico, nos chamou particularmente a atenção o grupo constituído pelas crianças que se encontram na faixa etária de 6 a 10 anos. Esse dado parece ser encontrado em outras pesquisas sobre populações de clínicas psicológicas (LOPEZ, 1984; SANCHES, 1985; TERZIS e CARVALHO, 1986) e a nossa hipótese é de que certos problemas individuais são detectados por pais e professores na época em que as crianças passam a freqüentar uma Escola. Isso não quer dizer que sejam "problemas de aprendizagem escolar", mas que talvez afetam o rendimento escolar, único padrão de referência que a maioria das famílias têm.

Se combinarmos essa hipótese com os dados do item que examina a "escolaridade do paciente", vemos que a nossa hipótese fica mais forte, porque quase a metade dos pacientes que freqüentam a nossa clínica estão no curso primário. Esse resultado nos leva a pensar que, durante esse estágio, por um lado, a criança que vem tendo preocupações com a aquisição de habilidades psicomotoras ao ingressar na escola primária; por outro, se defronta com a necessidade de corresponder às expectativas familiares e sociais (LOPEZ, 1984) e a ter que desenvolver mais as habilidades sócio-psicológicas.

Como já se viu na Tabela 2, a faixa etária mais representativa na amostra foi a de 6 a 10 anos, com 32,9% da população, seguido da faixa etária de 11 a 15 anos com 21,6. Uma hipótese quanto a esse dado pode ser associada à uma crise de identidade de maior ou menor gravidade, característica da puberdade e adolescência (TERZIS e CARVALHO, 1986). E, durante esse estágio, o indivíduo tem que redefinir sua identidade, particularmente com relação aos pais, de quem se está afastando pelo crescimento, e à sociedade na qual está se integrando, e, ainda, em relação ao seu próprio ser que está se transformando.

Observando o resultado da variável "ocupação atual do paciente", vemos que ela segue o esperado em uma amostra de crianças adolescentes: a maioria só estuda; poucas pessoas trabalham.

Porém esses resultados significativos nos levam a pensar que importantes períodos de transição no desenvolvimento individual, como, por exemplo, o início da escolaridade, a pu-

berdade, o ingresso na universidade, o casamento, a gravidez, o parto, o climatério e a aposentadoria, têm grandes probabilidades de estarem associados a uma maior incidência de crises, quer por mudança de papel, o que constitui um desafio, ou uma ameaça, quer em virtude de mudanças corporais, que requerem novas adaptações.

Esses achados podem levar o psicólogo clínico ou o psicólogo preventivo a focalizar sua atenção (prevenção primária) naqueles grupos populacionais que possam ser constituídos por essas pessoas, eventualmente em crise, como jardim de infância e escolas do primeiro grau, repúblicas universitárias no início do ano letivo, etc.

Acreditamos ser viável organizarmos um programa de atendimento com orientação comunitária e de ensino, no sentido de, por um lado, ajudar os pacientes a enfrentarem suas dificuldades individuais, e, por outro, ajudar o aluno de psicologia na sua formação profissional.

Vale a pena destacar os resultados encontrados quando examinamos a distribuição dos pacientes por escolaridade e quando a comparamos com a população urbana do Estado de São Paulo (Tabela 5). Encontramos aí diferenças significativas, apontando para o fato de que as crianças e adolescentes que vieram procurar ajuda na nossa Clínica, apresentam um maior índice de escolaridade do que o da amostra teórica. Se juntarmos esse dado ao fato de que os nossos maiores agentes de encaminhamento de pacientes são as instituições escolares, vemos a importância da Escola na despistagem de problemas emocionais. Por outro lado podemos nos perguntar também quais são as variáveis que permeiam a relação criança-escola que criam esse quadro por nós encontrado: numa clínica Psicológica aberta, a comunidade, a população que tem procurado os nossos serviços é prioritariamente a dos escolares.

Fica aqui aberta uma nova linha de pesquisa.

ABSTRACT

In this study we wish to describe the population that comes to seek for psychological help in the Psychological Clinic of the Instituto de Psicologia da PUCCAMP-São Paulo.

For This purpose we describe some characteristics of our sample and compare them with the rates of the total population of São Paulo State, officialy publicated.

It can be noticed that for the total sample of 2.102 pacientes, meaningful differences were found:

— It was found a major proportion of 06 to 10 years old pacientes, just followed by the group of the 11 to 15 years old clients.

— Aproximately 44% of the patients are studentes and they generally came by appointment of schools or Educational Services.

— We found statistically significant differences concerning the educational level of pacientes of the sample higher than the general population of the state of São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

- FIGUEIREDO, M. e SCHVINGER, A. A. — Estratégias de Atendimento Psicológico-Institucional a uma população carente. *Arquivos Bras. Psic. (R.J.)*, 33: 46-57, 1981.
- FELDMAN, S. e WINDLE, C. — The NIME approach to evaluating the community mental health centers program. *Health Sev. Rep.*, 88: 174-80, 1973.
- GRANER, E. A. — ESTATÍSTICA — Edição Melhoramento — Biblioteca Agrônômica Melhoramentos — 2ª edição — 1966 — 184 páginas.
- IBGE — Tabulações avançadas do Censo Demográfico: Resultados Preliminares/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, IBGE, 1981 (vol. 1).
- LARRABURE, S.A.L. — "Grupos de Espera em Instituição". In: MACEDO DE, R. M. — *Psicologia e Instituição*. São Paulo, Edit. Cortez, 1984.
- LOPEZ, A. M. — "Características da clientela de clínicas". In: MACEDO DE, R.M. — *Psicologia e Instituição*. São Paulo, Cortez Ed., 1984.
- SANCHES, N.A. — Estudos Epidemiológico de Clientes da Clínica-Escola do Departamento de Psicologia da U.F.U.

- (MG). Campinas, Tese de Mestrado – PUCAMP, 1985.
- SANTIAGO, M.D.E. e JUBELINI, S.R. – “Uma modalidade de atendimento”. In: MACEDO DE, R.M. – *Psicologia e Instituição*. São Paulo, Edit. Cortez, 1984.
- SEADE – *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo – 1983*. São Paulo, SEADE, 1984.
- SEADE – *Informe Demográfico: Municípios do Estado de São Paulo*. São Paulo, SEADE, 1984 (vol. II).
- TERZIS, I.A. e BRAGA DE OLIVEIRA, L.H. – Ordem de nascimento e pacientes atendidos na Clínica Psicológica da Pós-Graduação da PUC. *Estudos de Psicologia (PUCAMP)*, 2(2-3): 105-121, 1985.
- TERZIS, I.A. e CARVALHO, R. – Certas características da população atendida na Clínica de Pós-Graduação da PUC. *Estudos de Psicologia (PUCAMP)*, 3(1-2): 112-127, 1986.

SAÚDE MENTAL INFANTIL EM INSTITUIÇÃO: ESTRATÉGIAS DO ATENDIMENTO CLÍNICO

Paulo Rennes Marçal RIBEIRO*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é revisar alguns estudos recentes sobre Psicoterapia e Psicologia Clínica da Infância em instituição. O autor faz algumas considerações sobre Saúde Mental Infantil e a participação do Psicólogo e outros profissionais de Saúde Mental em programas integrados a questões sociais, econômicas e de política de saúde.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é revisar os trabalhos mais recentes referentes à área de Saúde Mental Infantil em Instituição, com especial atenção àqueles que envolvam a atuação do psicólogo como profissional de Saúde Mental e que ofereçam alternativas de atendimento que possam ser adotadas para melhor proporcionar atendimentos de bom nível à população.

Este estudo é limitado e se prendeu a trabalhos desenvolvidos ou publicados (com exceção de dois) no Estado de São Paulo na década de 80. Sua função é a de auxiliar profissionais e estudantes de Saúde Mental a localizarem, de forma sistematizada, trabalhos que sirvam de modelo ou para reflexão crítica em sua atuação clínica. Didaticamente pode servir como organizador de trabalhos já desenvolvidos, que, apresentados conjuntamente, contribuam para que o leitor tenha uma visão global de trabalhos existentes que possam despertar interesse e o levem a rever o tipo de atuação clínica em sua instituição.

(*) Professor de Psicologia da Educação - UNESP - Araraquara

Há questionamentos a serem feitos, pois o atendimento institucional no Brasil ainda se prende a modelos que promovem a doença (não a Saúde); são essencialmente curativos; desenvolvem uma linha de trabalho como se fosse um consultório particular (irreal para qualquer instituição com grande número de clientes); apresentam um verdadeiro controle sobre a conduta humana; são essencialmente assistenciais; estabelecem-se sob velhas, tradicionais e sólidas estruturas que se opõem a qualquer inovação; e, no caso de instituições fechadas (trabalham com internação — por exemplo, a FEBEM e hospitais psiquiátricos), seguem modelos que também se pautam na repressão física e mental dos internos. Há ainda a questão da formação dada nos cursos de graduação de Psicologia e Medicina, que merece um estudo crítico que auxilie o profissional de Saúde Mental a descobrir o que existe de novo na área e questionar sua formação e atuação profissional.

São questões que permanecem atuais, sendo apontadas por diversos autores: MANNONI (1981), MELLO (1982), FIRMINO (1982), MARÇAL RIBEIRO e FREIRE (1983), DUARTE JR. (1983), FIGUEIREDO (1983), METHEL (1986), FERREIRA (1987), BASTOS (1988), GOMIDE (1988).

Em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, a situação da criança, seu bem-estar e desenvolvimento são tremendamente afetados devido a três variáveis: mortalidade, desnutrição e ausência de condições que lhe proporcionem acesso à escola e conseqüente educação. Milhões de crianças vivem em situação de total abandono por não possuírem família ou porque seus pais não têm condições econômicas para ficar com elas. Outros milhões, embora tenham suas famílias, vivem com elas em situação de miséria absoluta ou quase absoluta. Não lhes são oferecidas as mínimas condições de habitação, transportes, alimentação, educação, saúde, saneamento básico. Outros milhões, "mais favorecidos", vivem em estado de significativa pobreza e precariamente têm um lugar para morar na periferia das grandes cidades, em aglomerados de construções mal acabadas e destinadas a essa população carente; seus pais fazem verdadeiras viagens até o local de trabalho, saem muito cedo de casa, voltam tarde e mantêm pouco contato com os filhos. Os baixos salários não proporcionam o mínimo conforto e essa parcela da população vive mal, come mal, locomove-se mal e recebe uma assistên-

cia de saúde e de educação que fica muito aquém do nível satisfatório mínimo.

É este contingente que busca ou é levado às instituições quando tem necessidade de um atendimento específico na área de Saúde Mental.

Partindo dessa realidade social, a primeira consideração importante a fazer quando se entende em instituição é não desvincular a tríade classe social, bem-estar sócio-econômico e saúde mental, não só pela importância de se ver o paciente de forma global, como também porque, sem as necessidades básicas de sobrevivência, não é possível que sejam saciadas as outras necessidades. As necessidades são integradas e interdependentes, e somente uma adequada justiça social eliminaria a carência sócio-econômica e a miséria e proporcionaria condições melhores de vida.

Não se trata de ver a causa dos distúrbios mentais apenas no social, mas sim de não desvincular do diagnóstico e do tratamento o fato de que o profissional de Saúde Mental irá conviver com esse universo peculiar. E será que os cursos de formação possibilitam, como questionam MARÇAL RIBEIRO et alii (1988, p. 217), uma capacitação adequada ao trabalho na instituição e a "busca de um engajamento social sem ignorar a conjuntura e o contexto econômico e psicossocial da população com que se trabalha"?

Esta é a segunda consideração importante a ser feita: como está sendo a formação dos Psicólogos e dos demais profissionais de Saúde Mental? Existe compromisso com a população brasileira? As faculdades e cursos de especialização ou aperfeiçoamento privilegiam uma atuação preventiva e social, uma atuação em postos de saúde, ambulatórios e hospitais? Permitem o acesso dos estudantes à realidade social brasileira? Dão uma formação crítica e questionadora que os faça participar da modificação do quadro psicossocial angustiante e concretizado nas feições de cada cidadão?

"Feições de crianças, golpeadas pela pobreza, crianças abandonadas e muitas vezes exploradas nas nossas cidades. Feições de jovens na sociedade, vivendo a partir de valores estrangeiros que são impostos em consequência do massacre da cultura brasileira por culturas alienígenas. Feições de operários, em-

pregados e sub-empregados, submetidos às conseqüências da crise econômica." (DOCUMENTO DE PUEBLA, 1979, pp. 99-100).

É este o brasileiro que vai a instituição, encontrando lá um Psicólogo que pertence a uma classe social distanciada da sua e na maioria das vezes com uma formação elitista voltada para um atendimento de consultório e sujeito à própria característica administrativa da instituição, acomodadas muitas delas a regras imutáveis.

A terceira consideração a ser feita é que percepção o paciente tem da instituição e que conhecimento ele tem da Psicologia ou do atendimento que receberá. Até que ponto não existe na cabeça desse paciente um confusão entre o tratamento psicológico e o tratamento médico, uma associação da instituição com algum tipo de hospital convencional, uma dificuldade em entender como funcionaria um tratamento sem medicamentos?

São considerações a serem feitas quando se trabalha com populações de baixa renda, não só pelas circunstâncias sócio-econômicas externas que acrescentam problemas cuja solução não requerem uma intervenção psicológica, mas principalmente, como diz MACEDO (1984, p. 12), porque o desenvolvimento das técnicas psicológicas "se deu atendendo à demanda das classes mais privilegiadas, não só econômica como culturalmente".

Elaborada e desenvolvida para atender classes sociais abastadas, a Psicologia Clínica precisa reabilitar-se ante os segmentos da população que foram deixados de lado na formulação de seus métodos e técnicas, os quais, mesmo assim, acabam usufruindo dessas técnicas psicoterápicas "alienígenas", porque as instituições são dirigidas e têm em seus quadros representantes das classes detentoras do saber, que apenas transportam o atendimento de consultório para a instituição.

O profissional de Saúde Mental no Brasil precisa conhecer um novo campo de atuação: a Psicologia Clínica Aplicada à Instituição, uma intervenção psicológica com força para mudar o quadro psicossocial das instituições e da própria comunidade.

Há diversas teorias abordando a questão da Psicologia aplicada às instituições. Todas dão suporte para a prática e a

técnica que são desenvolvidas e vão se solidificando, à medida que surgem novos trabalhos e questionamentos.

2. O TRABALHO INSTITUCIONAL.

Quando falamos em Instituição neste artigo, englobamos todas as organizações (conjunto de grupos integrando um espaço físico e distribuídos segundo um organograma, interagindo para atingir um determinado fim) que lidam com os problemas dos indivíduos e que estão voltadas para atender a população em caráter social ou filantrópico, como APAEs, centros de reabilitação ou de atendimento das prefeituras, creches, clínicas-escola e hospitais-escola, unidades de menores (como a FEBEM), centros de avaliação psicológica de entidades assistenciais, hospitais psiquiátricos e hospitais gerais (estes últimos com características distintas das instituições em geral, pois também atendem consultas e internações particulares, por convênios e pelo INPS).

A ação do Psicólogo na instituição é recente, mais precisamente há pouco mais de 15 anos (GUIRADO, 1987, p. IX), com a divulgação entre nós dos trabalhos de José Bleger. Até então, a área clínica do Psicólogo por excelência era o consultório, onde ele atuava como profissional liberal desde o reconhecimento da profissão em 1962.

Se até a década de 70 havia espaço e meios para esta área de trabalho, a crise econômica pós-milagre brasileiro foi expulsando os Psicólogos dos consultórios, cada vez mais onerosos e menos lucrativos, com uma população cada vez com menos possibilidade de pagar as consultas, sem contar o número cada vez maior de Psicólogos formados a cada ano. O auge do profissionalismo liberal já ficara para trás, de forma que a sobrevivência obrigava o Psicólogo a buscar outros campos de trabalho. A instituição foi uma brecha encontrada, pois, por um lado, a Psicologia já estava se impondo como ciência e profissão, e, por outro, as idéias de Bleger e a corrente abundante de Psicólogos e Psicanalistas argentinos fugidos por motivos políticos deram impulso à Psicologia na Instituição. Ainda assim, porém, se estudos teóricos contribuíram para o questionamento das normas e padrões institucionais, na prática, a ação do Psicólogo manteve-se atrelada ao modelo clínico de consultório que lhe era transmitido nas faculdades.

Até hoje a Psicologia busca brechas para trabalhar em instituições e, mesmo com o reconhecimento da importância do trabalho do Psicólogo, as instituições não o remuneram adequadamente nem lhe oferecem condições ideais de atendimento.

Poucos trabalhos tem sido publicados sobre a ação da Psicologia ou da Saúde Mental em instituições. A maioria dos textos refere-se a trabalhos realizados em clínicas-escola de faculdades de Psicologia, ou em hospitais-escola de faculdades de Medicina, instituições que, pela própria estrutura voltada para o ensino e a pesquisa, possibilitam uma abertura de pensamento e o fluir de novas idéias. Especificamente sobre Saúde Mental da Infância, o Brasil ainda deixa muito a desejar, sem dar à criança a assistência necessária, aliás como a maioria dos países do Terceiro Mundo, conforme análise da Organização Mundial de Saúde no 17º Relatório do Comitê de Saúde Mental da O. M. S., publicado no "Child Mental Health and Psychosocial Development", em 1977.

A fundação teórico-prática das intervenções na ação da Psicologia nas instituições fortaleceu-se no pensamento de Franco Basaglia, Michel Foucault, Thomas Szasz, David Cooper, Ronald Laing, José Bleger, Guilhon de Albuquerque e G. Lapassade, que mesmo tendo diversificadas maneiras de pensar, diferentes origens, profissão e formação ligadas a áreas distintas do conhecimento, todos tem em comum a busca e propósito de questionar as relações institucionais e de abordar o psiquismo e seus distúrbios, levando em consideração a globalidade do indivíduo e suas relações com a cultura, a política e o macrosmo sócio-econômico.

Analisando alguns trabalhos realizados no Brasil nesta década, vamos encontrar variadas estratégias de atendimento psicológico-institucional a uma população de baixa renda. Cumpre esclarecer que vários destes trabalhos foram realizados em instituições não exclusivamente infantis, pois muitas delas prestam atendimento não só a crianças, mas também a adolescentes e adultos, e os estudos ali realizados como atendimento geral se aplica também ao atendimento infantil.

FIGUEIREDO e SCHVINGER (1981, pp. 56-67), a partir de sua experiência como supervisoras do Instituto de Psicologia da PUC-RJ, cuja clínica oferece a formação profissional

prática aos alunos, os quais têm como pacientes basicamente pessoas de baixo nível econômico, social e cultural, detectaram que as instituições que atendem à comunidade carente "têm características próprias determinadas pelas constantes modificações de estratégias que se tornam necessárias devido às necessidades e limitações da população que as procura". Refletindo sobre o dia-a-dia institucional, desenvolveram "estratégias específicas que diferem acentuadamente daquelas usadas em consultórios particulares".

A importância deste trabalho está, justamente, no fato de apontar criticamente a necessidade de revisão das estratégias de atendimento clínico nas instituições que prestam assistência psicológica à população carente.

Outro trabalho importante foi o de LOPEZ (1983, pp. 123-135), que realizou um levantamento em quatro clínicas-escola de faculdades de Psicologia da cidade de São Paulo (clínicas-escola das faculdades de Psicologia da USP, PUC-SP, Faculdades Objetivo e FFCL-São Marcos), buscando verificar quais os atendimentos oferecidos por essas clínicas, o comparecimento dos clientes aos atendimentos, os motivos de desistência e os resultados do tratamento.

A população que procura essas clínicas foi caracterizada como pertencente a níveis sócio-econômicos menos favorecidos, e a autora conclui que "Dificuldades ligadas às teorias e técnicas psicológicas, identidade profissional e definição do campo de competência do Psicólogo influem sobre os serviços oferecidos, tornando sua eficácia questionável". Acrescenta que "urge redefinir a função da profissão e desenvolver novas técnicas, considerando-se as condições sociais nas quais a profissão se desenvolve."

MONTEIRO (1983, pp. 1088-1093) realizou uma pesquisa entrevistando terapeutas psicanalistas em instituições no Rio de Janeiro, cujo objetivo foi colher subsídios "que permitissem refletir sobre algumas questões que a atual prática terapêutica suscita na sua inserção no social". Estes estudos possibilitaram um questionamento sobre a demanda de psicoterapia, particularmente sobre a "diferença entre a demanda da classe média — intelectualizada e narcísica — e a de classe pobre — desesperançada e enlouquecida — confrontando a realidade social com as palavras dos entrevistados".

Um teste bastante completo, desenvolvido a partir do trabalho de MACEDO et alii (1984, pp. 9-22; 63-84) resultou no livro "Psicologia e Instituição: Novas Formas de Atendimento", onde as autoras abordam os problemas de atuação do Psicólogo Clínico, a característica da clientela e o atendimento em clínicas-escola, e apresentam duas modalidades inovadoras no atendimento institucional, os Grupos de Espera e os Grupos Estruturados de Vivência para Pais, visando à superação dos problemas característicos das instituições, como as longas filas de espera que o cliente tem de enfrentar por causa da demanda excessiva e do pouco número de profissionais para atendê-los e a própria desmotivação para o atendimento em função da não compreensão da necessidade do tratamento e do crescimento do que seja um serviço de Psicologia, pois este trabalho não faz parte de seu mundo cultural e educacional.

Os grupos de Espera eram formados por pais de crianças que iriam ser submetidas ao psicodiagnóstico, mas enfrentavam a fila de espera. Com este atendimento grupal, evitava-se ou diminuía-se significativamente a fila de espera, já que a excessiva demanda era distribuída nos grupos e, embora a criança continuasse a esperar sua vez, o fato de os pais estarem sendo atendidos diminuía sua ansiedade e contribuía para que eles entendessem o problema da criança e não desistissem do tratamento. Os pais acabavam tendo maior compreensão quanto à necessidade do atendimento, um melhor esclarecimento sobre os recursos da instituição, as etapas do tratamento e o que vem a ser um serviço de Psicologia. Sendo um trabalho conjunto clínica-família, pôde-se mobilizar postura mais ativa nos pais diante dos problemas das crianças e realçar os aspectos positivos das crianças.

Já os Grupos Estruturados de Vivências para Pais destinavam-se ao "atendimento aos pais de crianças encaminhadas para terapia, os quais, por sua vez, necessitavam de um atendimento paralelo ao de seus filhos. Ao lhes ser indicada uma terapia, muitas vezes se constata que estes pais estão desmotivados para tal (...) revela uma percepção pouco clara da problemática da criança (...) a julgam obrigatória (...) a terapia é vista comumente como um processo que lhes dê formulas de como lidar com um filho problemático.

O atendimento destes pais em grupos minimizava esses bloqueios e permitia uma melhor evolução do tratamento da criança.

As experiências de MACEDO et alii são extremamente importantes e têm condições de serem adaptadas a outras instituições.

ANGERAMI et alii (1984), a partir de sua experiência profissional, desenvolveram trabalhos sobre a atuação do Psicólogo Clínico no contexto hospitalar, onde presta assistência aos pacientes das diversas enfermarias e ambulatórios. A ação da Psicologia nos hospitais até mereceu um Projeto de Lei, o de nº 3.109 de 1984, do Deputado Federal Mário Hato, que "obriga a contratação de Psicólogos Clínicos nos estabelecimentos de saúde sob regime de internação", que entretanto não foi levado adiante e ainda não obteve a aprovação na Câmara dos Deputados.

O Psicólogo, na instituição hospitalar, irá deparar com uma gama variada e extensa de áreas para atuar: junto a crianças hospitalizadas, vítimas do abandono que a própria internação provoca, "obrigadas a separar-se da mãe, o que as leva a ter as mais diversas reações psicológicas, como susceptibilidade a infecções, perturbações digestivas e nutritivas, dermatoses, distúrbios do sono, regressão, depressão, choro por longos períodos, etc." (Chiattoni in ANGERAMI, 1984, pp. 15-57); junto ao paciente internado na clínica de ortopedia, "limitado ou impossibilitado para o movimento e ação, mutilado ou portanto patologias ósseas, todas situações que levam ao paciente transtornos de ordem psíquica, como a não aceitação do tratamento, apresentação de quadros de depressão reativa, anorexia, etc." (Sebastiani in ANGERAMI, 1984, pp. 58-67); junto a pacientes mastectomizadas, "que, vítimas de câncer de mama, são obrigadas a se submeterem à remoção cirúrgica do seio, doença que, além dos traumas psíquicos da mutilação, deixa o paciente em desequilíbrio diante do medo da morte" (Maceti e Angerami in ANGERAMI, 1984, pp. 116-127).

LUZIO (1988, pp. 47-55), analisando as estratégias de atendimento em Saúde Mental na clínica-escola do Curso de Psicologia da UNESP/Campus de Assis, descreve o "pronto atendimento", nome dado ao primeiro atendimento que o paciente recebe na instituição e que é reponsável pela percepção do tipo de necessidade, do nível de gravidade do caso e da urgência, e que praticamente dá as diretrizes a serem tomadas junto a cada caso; daí sua importância na instituição.

Sobre atendimento psiquiátrico à infância, foi realizado em Diadema, SP, um trabalho na Comunidade Terapêutica Infância, um hospital psiquiátrico infantil. DI LORETTO (1983, pp. 46-49) conseguiu transformar as relações tradicionais da internação psiquiátrica infantil "levando à prática uma mini-estrutura social com valor terapêutico; uma pequena sociedade organizada para pesquisar os métodos mais produtivos de propiciar às crianças injustiçadas um nível de experiências inter-humanas, provando-lhes que podem confiar "na equipe que delas cuidava.

LIPP (1962, pp. 13-14) publicou um trabalho sobre intervenção psicológica junto a criança hospitalizada, onde enfoca os pontos que devem ser abordados para evitar ou amenizar os problemas de ordem psíquica gerados pela internação: "preparo pré-operatório, diminuição do desconhecimento da criança frente ao ambiente hospitalar que lhe é estranho, identificação dos pontos positivos da hospitalização e cuidados com as reações emocionais geradas pela hospitalização.

MARÇAL RIBEIRO (1988, pp. 172-177), a partir de sua experiência no Curso de Especialização em Psiquiatria e Psicologia Clínica da Infância na Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, analisa a psicoterapia e o atendimento psicológico em grupos como possível solução para os problemas comuns às instituições, gerados principalmente pela demanda em grande número. O autor, além de fazer um breve histórico sobre a psicoterapia de grupo, apresenta as bases teóricas que referendam esta ação terapêutica e insere a psicoterapia de grupo no contexto institucional.

ARGUMEDO (1986) descreve um trabalho de psicoterapia de grupo com crianças numa clínica que atende crianças oriundas de famílias de baixa renda.

GUIRADO (1987) publicou excelente trabalho teórico onde esquematiza e analisa a ação da Psicologia em instituição.

Sobre crianças em instituições fechadas, existe um importante trabalho feito por GUIRADO (1986) sobre a FEBEM, a criança e as relações afetivas em instituição.

ARRUDA et alii (1988, p. 124) relataram suas experiências com Grupos de Encontro de Mães, um atendimento preventivo onde se trabalha com as mães de crianças que foram levadas para o psicodiagnóstico e tratamento em instituição,

num trabalho próximo ao de MACEDO et alii (1984), já relatado.

MARÇAL RIBEIRO et alii (1988, pp. 216-218) questionaram a formação e o exercício profissional dos Psicólogos e outros profissionais de Saúde Mental, que não correspondem à necessidade global da população de baixa renda, analisaram os problemas que interferem no desempenho profissional do Psicólogo e relataram sua experiência com atendimento clínico ambulatorial.

Merece destaque o programa de Saúde Mental do município de Bauru, no período de 1983-1988, relatado por Kinoshita e Zonta in CAPISTRANO FILHO e PIMENTA (1988, pp. 92-96) cuja proposta "parte do pressuposto de que a integração de diferentes serviços permite um atendimento de melhor qualidade à população, obtidos pela ação conjugada de recursos materiais e humanos, atuando de forma racional e socialmente avançada (...) oferece uma alternativa ao tratamento asilar, promovendo a ampliação da noção de saúde em contraposição à tendência de expansão da noção de 'doença' no campo social. A promoção de saúde não se restringe a ações puramente curativas ou assistenciais...".

A Secretária de Higiene e Saúde do município de Bauru, juntamente com o Departamento de Psicologia da Universidade de Bauru (hoje UNESP), desenvolveram um programa de Saúde Mental envolvendo psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos e assistentes sociais em seis serviços integrados: Núcleos de Saúde, que trabalham num enfoque preventivo, formando agentes multiplicadores de saúde da comunidade e no encaminhamento de casos para os outros serviços; Centro de Psicologia Aplicada, que dá atendimento psicoterápico e atua na coordenação das atividades de Saúde Mental do Estado, com estrutura ambulatorial com equipe multiprofissional; Hospital Manoel de Abreu (Hospital geral); e o Núcleo de Atenção Psicossocial, responsável por um hospital-dia.

Considerando as diversidades dos trabalhos aqui revisados, muitos deles ensaios teóricos ou relatos de experiências, e considerando ainda o objetivo específico do autor, que foi apresentá-los com o fim de que o leitor tivesse em mãos uma visão geral do que está sendo desenvolvido na área de Saúde Mental Infantil em instituição na década de 80, as análises dos trabalhos

publicados nem sempre puderam ter garantidos seus aspectos históricos, procedimentos de trabalho e procedimentos de avaliação.

A importância maior dada ao relacionar todos esses trabalhos foi porque mostram a preocupação de diversos profissionais que trabalham com Psicologia e Saúde Mental em analisar e aprimorar o atendimento oferecido à população e, a partir de suas experiências e reflexão, poderemos traçar um perfil da atuação clínica necessária às instituições de Saúde Mental.

3. A AÇÃO PREVENTIVA

Se é necessário mudar a filosofia do trabalho em instituição, como tem sido apontado até agora, também são necessárias significativas transformações na política de Saúde. A própria Organização Mundial de Saúde aponta essas necessidades (WHO, 1977):

Há necessidade de se melhorar as instalações e treinar o pessoal, melhorar os serviços já existentes prioritariamente à criação de serviços custosos, novos e especializados. A coletividade pode ter participação no desenvolvimento das instituições.

Considerando o atendimento infantil, deve-se investir mais na ação preventiva, melhorando os serviços de saúde prestados às mães e os serviços sociais e educacionais prestados às crianças, ajudando as escolas a favorecerem o seu desenvolvimento psicossocial integral.

Existem medidas preventivas que deveriam ser aplicadas imediatamente:

1. Melhor assistência materno-obstétrica.
2. Nutrição adequada.
3. Programas eficazes de imunização.
4. Redução dos acidentes.
5. Melhores condições físicas e sociais.
6. Melhor assistência aos incapacitados crônicos.
7. Evitar estruturas parentais que sejam instáveis e descontínuas.
8. Melhorar as condições nos hospitais e outras instituições com regime de internato e reduzir as hospitalizações.

9. Reduzir o número de filhos não desejados (planejamento familiar).

10. Dar a conhecer melhor as necessidades das crianças.

11. Programas educativos sobre desenvolvimento psíquico da criança normal e adolescentes.

12. Orientação genética.

13. Orientação Pré-Marital e sobre a prática de educação dos filhos.

14. Uso dos meios de comunicação, manuais e panfletos educativos.

Investindo maciçamente em medidas preventivas, os governos terão meios de aplicar verbas específicas em serviços especializados para atendimentos a nível de tratamento, que, devido à ação preventiva, serão significativamente reduzidas e poderão receber maior e melhor atenção.

4. CONCLUSÃO.

A atuação do Psicólogo Clínico como profissional de Saúde Mental em instituições precisa ser revista. Os cursos de graduação e especialização necessitam reformular os pressupostos que norteiam sua formação, dando-lhe condições de acesso a teorias e técnicas que estejam voltadas especificamente para o campo de Saúde Pública e Instituição. A Psicologia Clínica Aplicada à Instituição difere da Psicologia Clínica de consultório.

Não queremos dizer que a formação deixe de prepará-lo para o trabalho liberal, mas sim que privilegie uma atuação mais próxima de sua realidade como profissional e da realidade da maioria da população: os milhares de Psicólogos formados a cada ano não terão condições de se manter em seus consultórios e os milhões de brasileiros oriundos de camadas desprivilegiadas economicamente terão necessidade de um bom atendimento institucional. Daí a necessidade de investirmos neste campo.

ABSTRACT:

The objective of this paper is to review some studies on Infant Psychotherapy and Clinical Psychology in community.

The author presents some theoretical considerations about Mental Health in Childhood and discusses the participation of psychologists and other professionals that work in the same field, in programs related to social, economical and health policies.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGERAMI, V. A. (org.) **Psicologia Hospitalar: Atuação do Psicólogo no Contexto Hospitalar**. São Paulo: Traço Editora, 1984.
- ARGUMEDO, J. A. J. "Psicoterapia em Grupo com Crianças". **Tese de Mestrado**. Campinas: PUC-Campinas, 1986.
- ARRUDA, S. L. S., GUIMARÃES, S. de L., CAMPOS, V. L. de e VALLER, E. H. R. "Grupo de Encontro de Mães: Sobre a Vivência de um Grupo de Encontro de Mães no Ambulatório do Setor de Psicologia Médica e Psiquiatria Infantil da UNICAMP". in **Anais do II Encontro Latino Americano de Psicologia Marxista e Psicanálise**, Havana, Cuba, 1988, vol 5, p. 124.
- BASTOS, A. V. B. "Áreas de Atuação: Em questão o Nosso Modelo de Profissional". in Conselho Federal de Psicologia, **Quem é o Psicólogo Brasileiro?**, São Paulo/Curitiba: EDICON/EDUC/Editora da UFPR, 1988, pp. 163-193.
- CAPISTRANO FILHO, D. e PIMENTA, A. L. (org.) **Saúde Para Todos: Desafio ao Município**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988.
- DI LORETTO, O. "Uma Terapia para Criança Injustiçada". in **Revista Psicologia Atual**. São Paulo: MKM Editores, nº 33, jul/ago 1983, pp. 46-49.
- CELAM/CNBB. **Documento Puebla: Conclusões**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- DUARTE JR., J. F. **A Política da Loucura**. Campinas: Papirus Livraria e Editora, 1983.
- FERREIRA, C. V. de L. "Psiquiatria Comunitária e Epidemiologia". in **Revista Estudos de Psicologia**. Campinas: Instituto de Psicologia da PUCCAMP, vol. 4, nº 2, jul/dez de 1987, pp. 68-82.

- FIGUEIREDO, L. C. "Notas Impopulares sobre a Formação do Psicólogo". in **Revista Cadernos de Análise do Comportamento**. São Paulo, nº 4, 1983, pp. 1-16.
- FIGUEIREDO, M. C. e SCHVINGER, A. A. "Estratégia de Atendimento Psicológico-institucional a uma População Carente". in **Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 33, nº 3, jul/set de 1981, pp. 46-57.
- FIRMINO, H. **Nos Porões da Loucura**. Rio de Janeiro: Editora CONDECRI, 1982.
- GOMIDE, P. I. C. "A Formação Acadêmica: Onde Residem suas Deficiências?" in Conselho Federal de Psicologia. **Quem é o Psicólogo Brasileiro?**, São Paulo/Curitiba: EDICON/EDUC/Editora da UFPR, 1988, pp. 69-85.
- GUIRADO M. **Instituições e Relações Afetivas: o Vínculo com o Abandono**. São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- GUIRADO, M. **Psicologia Institucional**. São Paulo: EPU, 1987.
- LIPP, M. N. "Criança Hospitalizada". in **Revista Brasileira de Medicina: Psiquiatria**, São Paulo, nº 1, fevereiro de 1982, pp. 13-14.
- LOPEZ, M. A. "Considerações Sobre o Atendimento Fornecido por Clínicas-escola de Psicologia". in **Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 35, nº 2, abril/junho de 1983, pp. 123-135.
- LUZIO, C. A. "Pronto Atendimento". in **Perfil Boletim de Psicologia do Departamento de Psicologia Clínica**. Assis: Instituto de Letras História e Psicologia de Assis: Universidade Estadual Paulista, nº 1, set de 1988, pp. 47-55.
- MACEDO, R. M. (org.) **Psicologia e Instituição: Novas Formas de Atendimento**. São Paulo: Cortez Editora, 1984.
- MANNONI, M. **O Psiquiatra, seu "Louco" e a Psicanálise**. Tradução de Marco Aurélio M Mattos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARÇAL RIBEIRO, P. R. "Psicoterapia e Atendimento Psicológico em Grupos: Soluções para Serviços Institucionais", in **Revista Estudos de Psicologia**. Campinas: Instituto de Psicologia da PUCCAMP, vol. 5, nº 1, Jan/jul de 1988, pp. 172-177.

- MARÇAL RIBERIO, P. R. e FREIRE, A. de S. "Para Onde Está Indo o Ensino da Psicologia?" in **Anais do I Encontro de Psicologia da Região de Campinas**. Campinas: Sociedade de Psicologia de Campinas e Instituto de Psicologia da PUCCAMP, 1983, pp. 22-25.
- MARÇAL RIBERIO, P. P., CIRIANO, R. C., MIRANDA, M. da G. D. e CAMPOS, V. L. de. "Prevenção e Tratamento em Saúde Mental da Infância: Relato de Uma Experiência para Formação e Atuação Profissional nos Países de Terceiro Mundo". in **Anais do II Encontro Latino Americano de Psicologia Marxista e Psicanálise**, Havana, Cuba, 1988, vol. 3, pp. 216-218.
- MELLO, S. L. de **Psicologia e Profissão em São Paulo**. São Paulo: Editora Ática, 1982.
- METTEL, T. "Formação do Psicólogo para sua Atuação em Serviço de Saúde Pública". in **Anais da XVI Reunião Anual de Psicologia**. Ribeirão Preto: Sociedade de psicologia de Ribeirão Preto, 1986, pp. 93-95.
- MONTEIRO, M. E. D. "1982 - A Demanda Atual e Sua Configuração: Quem Está Pirando no Rio?" in **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, vol. 35, nº 8, ago de 1983, pp. 1088-1093.
- WORLD Health Organization. **Child Mental Health and Psychosocial Development**. Geneva, 1977.

DIFERENÇAS NO NÍVEL DE JULGAMENTO MORAL ENTRE MENORES INSTITUCIONALIZADOS INFRATORES E NÃO-INFRATORES

Silvia Helena KOLLER*

RESUMO

Estudos com amostras norte-americanas, baseados na teoria do desenvolvimento do julgamento moral de Kohlberg, apresentam evidências de que menores não-infratores alcançam níveis mais altos de julgamento moral do que menores infratores. Este estudo utilizou a técnica de Kohlberg para verificar se esta diferença ocorria em uma amostra brasileira. Foram testados 40 sujeitos institucionalizados com idade média de 16 anos, sendo vinte infratores (10 de cada sexo) e vinte sujeitos não-infratores (10 de cada sexo). Uma ANOVA revelou que há diferenças significativas no nível de julgamento moral entre infratores e não-infratores, não havendo diferenças entre os sexos. Estes resultados confirmam os achados em amostras norte-americanas.

A teoria estrutural de Kohlberg sobre o desenvolvimento moral tem sido a base para estudos comparativos do julgamento moral entre infratores e não-infratores.

Kohlberg (1970) postulou uma seqüência hierárquica e invariante de estágios, que pressupõe um desenvolvimento moral em três níveis: pré-convencional, convencional e pós-convencional.

(*) Professora de Pós-Graduação em Psicologia — Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A autora agradece a contribuição da Profª Angela Biaggio, da Profª Jussará Lummertz e da graduanda Angela Vinas.

Nível I: Pré-Convencional ou pré-moral:

Estágio 1: Orientação para a punição e obediência.

Estágio 2: Hedonismo instrumental relativista: direcionado para o prazer e satisfação próprios.

Nível II: Convencional:

Estágio 3: Moral do "bom garoto" ou "boa garota", estabelecimento e manutenção de boas relações interpessoais e de aprovação dos demais.

Estágio 4: Respeito às leis e às ordens da sociedade.

Nível III: Pós-convencional:

Estágio 5: Moralidade de contrato e de lei democraticamente aceitos.

Estágio 6: Moralidade dos princípios individuais de consciência. (Kohlberg, 1970; Biaggio, 1988).

Níveis de julgamento moral pré-convencionais têm-se verificado positivamente associados com comportamentos de infração. Estudos com amostras norte-americanas apresentam evidência de que menores não-infratores alcançam níveis de julgamento moral mais altos do que menores infratores (Hudgins e Prentice, 1973; Hains e Miller, 1980; Blasi, 1980).

Introduzindo a variável sexo, alguns autores concluíram que meninos e meninas não diferem quanto ao nível de julgamento moral, tendo ou não emitido comportamentos de infração (Hanson e Mullis, 1984; Gavaghan, Arnold e Gibbs, 1983). Um estudo anteriormente realizado no Brasil, por Bzuneck (1979), confirma os achados americanos na população paulista.

No entanto, em todos esses estudos referidos anteriormente, foram comparados menores infratores institucionalizados com menores não-infratores que freqüentam o sistema escolar comum. Desta forma, a variável "infração" confundeu-se com a variável "institucionalização".

Os menores institucionalizados, de acordo com alguns autores, estariam mais predispostos a fracassarem nas tarefas relacionadas com o desempenho adequado de papéis sociais, devido a sua situação de vida. Esta dificuldade estaria vinculada

à capacidade de aquisição de relações interpessoais e ao amadurecimento destas. As relações destes menores com as leis e as regras da sociedade também seriam afetadas por essa limitação. Os menores infratores demonstraram estas dificuldades mesmo antes de serem institucionalizados, tendo obtido altas percentagens de escores no nível pré-convencional do julgamento moral (Blasi, 1980; Gibbs, Arnold, Ahlborn e Cheesman, 1984).

A institucionalização dificulta e freqüentemente impede que esses menores tenham a oportunidade de obter educação formal e de conviver no sistema social tradicional. Esse afastamento, mesmo que temporário, do convívio com a sociedade pode, por seu efeito cumulativo, se não impedir definitivamente o desenvolvimento dos indivíduos, retardar significativamente o processo (Schmidlin, 1977; Gibbs, Arnold, Ahlborn e Cheesman, 1984). Kohlberg (1970) considera a oportunidade dada à criança para desempenhar papéis sociais como um dos fatores mais importantes para a aquisição de padrões morais. A ele se associa a capacitação intelectual da criança, a motivação para o desenvolvimento de valores e a forma como a justiça é encarada pelas instituições sociais a que o indivíduo se relaciona.

O presente estudo tem por objetivo precípuo investigar se menores infratores e menores não-infratores diferem entre si, no que se refere ao nível de julgamento moral, estando todos os sujeitos em situação de institucionalização.

MÉTODOS

Sujeitos: A amostra foi constituída por quarenta sujeitos institucionalizados com idades variando entre quatorze e dezesseis anos, escolaridade de 1 grau e nível sócio-econômico baixo. Vinte sujeitos eram infratores (dez de cada sexo) e vinte sujeitos eram não-infratores (dez de cada sexo). Nos quatro grupos assim constituídos a idade média foi de dezesseis anos em cada um deles. Todos os sujeitos tinham atividades profissionais, educativas e de lazer dentro da instituição em que residiam.

A institucionalização para todos os sujeitos foi caracterizada por residência fixa no local por no mínimo um ano e no máximo três anos dentro da mesma. Os sujeitos infratores

apresentaram um ano e 10 meses como média de tempo de institucionalização, atribuída a autoria de um delito. Os não-infratores estavam institucionalizados, em média por 2 anos e dois meses, devido à situação de orfandade. Os sujeitos infratores e não-infratores residiam em instituições diferentes. Dentro de cada uma delas havia alas separadas para meninos e meninas.

Instrumentos: Foram aplicadas três situações de Julgamento Moral (Heinz, o policial e o menino), que compõem a forma A da entrevista de Kohlberg (MJI – Moral Judgment Interview). As histórias contêm dilemas morais, seguidas por perguntas. As respostas foram avaliadas de acordo com o Manual de Kohlberg (1978), obtendo-se escores de maturidade de julgamento moral (MMS) que variam de 100 (estágio 1) a 600 (estágio 6). As aplicações foram realizadas por dois entrevistadores, nas dependências das instituições. As respostas foram revisadas por dois avaliadores separadamente e comparadas ao final, pois, embora o manual ofereça instruções detalhadas, pode ocorrer um certo grau de subjetividade do avaliador.

RESULTADOS

As médias dos escores de maturidade de julgamento moral da amostra aparecem na Tabela 1.

Tabela 1. Médias obtidas no MJI de Kohlberg por menores institucionalizados infratores e não-infratores

	INFRATORES	NÃO-INFRATORES
Sexo masculino	212,4	255,3
Sexo feminino	218,2	257,0
Média Geral	215,3	256,1

Uma ANOVA revelou que a interação entre sexo e situação de institucionalização não é significativa ($F < 1$). A diferença encontrada entre os escores médios de infratores (215,3) e não-infratores (256,15) é significativa (F

(1,36) = 17,5; $p < 0,01$). A diferença encontrada entre os sexos não é significativa ($F < 1$).

Observando-se a Tabela 2, pode-se verificar os índices percentuais de respostas no estágio dois e estágio 3.

Tabela 2. Índices percentuais de ocorrência dos estágios 2 e 3 do nível de julgamento moral entre menores institucionalizados infratores e não-infratores

	INFRADORES	NÃO-INFRADORES
Estágio 2	82%	45%
Estágio 3	18%	55%

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos em nossa amostra revelam que menores não infratores alcançam índices mais altos de julgamento moral do que os menores infratores. Esta afirmação mostra-se consistente com os dados obtidos na amostras americanas avaliadas por Hudgins, Prentice (1973), Hains e Miller (1980), Blasi (1980) e na amostra paulista avaliada por Bzuneck (1979).

Com relação às diferenças de sexo, confirmam-se os achados de Hanson e Mullis (1984), Gavaghan, Arnold e Gibbs (1983), que demonstram que menores do sexo masculino não diferem quanto ao nível de julgamento moral de menores do sexo feminino.

Os altos índices percentuais de respostas no estágio 2 entre os menores infratores (82%) revelam que a situação de institucionalização por história prévia de delito limitou os sujeitos ao nível pré-convencional do julgamento moral.

De acordo com Gibbs, Arnold, Cheesman e Ahlborn, esse resultado era esperado. Os menores infratores demonstraram dificuldades no respeito às leis e ordens sociais, anteriores à institucionalização. Da mesma forma, revelaram relações interpessoais imaturas. Evidentemente a limitação social imposta pela instituição somou-se a esses aspectos na determinação do desenvolvimento sócio-moral dos sujeitos. Essa

idéia confirma-se pela baixa percentagem (18%) de infratores que alcançaram o nível convencional do julgamento moral.

Entre os menores não-infratores, observa-se que 45% dos sujeitos apresentam respostas no nível pré-convencional. No entanto, 55% deles demonstram ter alcançado o nível convencional do julgamento moral. A forma como a instituição encara a justiça e motiva aos indivíduos a desenvolverem valores e padrões morais é um fator que influencia, segundo Kohlberg (1970), o desenvolvimento do julgamento moral.

Neste caso, a institucionalização apesar de diminuir as oportunidades de desempenhar papéis sociais adequados, não impede o processo de desenvolvimento moral, mas pode retardá-lo para alguns sujeitos.

Bandura (1977) explica este fato, salientando que no curso da vida diária, esses menores têm contato com um pequeno setor da realidade social, que é a instituição. Conseqüentemente, suas percepções dessa realidade são fortemente influenciadas pela experiência vicária — o que ouvem, o que vêem, etc.

A aprendizagem de alguns comportamentos complexos, como a moral, ocorre com a observação casual ou direta do comportamento como é desempenhado pelos demais sujeitos do grupo. A atuação desses protagonistas ou modelos influenciaram sobremaneira a criação de padrões para o julgamento e conduta moral. O menor buscará reproduzir comportamentos que corresponderão a obrigações recíprocas e aprovações sociais dentro de seus grupos.

Menores infratores têm experiências cotidianas e modelos distintos de menores não-infratores. Certamente a exigência com relação ao menor infrator por obrigações recíprocas e aprovação social diferirá consideravelmente da existente entre os menores não-infratores.

Essa constatação sobre os efeitos da institucionalização no desenvolvimento moral e na socialização havia sido observada por Schmidlin (1977), Gibbs, Arnold, Cheesman e Ahlborn (1984).

A teoria estrutural do desenvolvimento do julgamento moral de Kohlberg ajusta-se a esses achados, podendo ser re-

forçada pelo fato de nenhum sujeito desta amostra ter expressado respostas de pós-convencional.

ABSTRACT

DIFFERENCES IN MORAL JUDGMENT BETWEEN INSTITUCIONALIZED DELINQUENT AND NON-DELINQUENT ADOLESCENTS

Studies with North-American subjects based on Kohlberg's theory of moral judgment present evidence that non-delinquent adolescents reach higher levels of moral judgment than delinquent adolescents. This study employed Kohlberg's technique in order to investigate this difference in the Brazilian population. The subjects were 40 institutionalized subjects with a mean age of 16 years, out of which twenty (10 of each sex) were delinquents and twenty were non-delinquents (10 of each sex). An ANOVA revealed significant differences in moral judgment between delinquents and non-delinquents, but there were no sex differences. These results confirm the findings with North-American samples.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDURA, A. (1977). *Social learning theory*. Prentice-Hall, New Jersey.
- BLASI, A. (1980). Bridging moral cognition and moral action: a critical review of the literature. *Psychological Bulletin*, 88:1-45.
- BIAGGIO, A. M. B. (1984). *Pesquisas em Psicologia do desenvolvimento e da personalidade*. Porto Alegre: Eduni-Sul.
- BIAGGIO, A. M. B. (1988). *Psicologia do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- BZUNECK, J. A. (1979). *Julgamento moral de adolescentes delinquentes e não-delinquentes em relação com ausência paterna*. Tese de doutorado, São Paulo.

- GAVAGHAN, M. P.; ARNOLD, K. D. & GIBBS, J. C. (1983). Moral judgment in delinquents and nondelinquents: recognition versus production measures. *The Journal of Psychology*, 114: 267-74.
- GIBBS, J. C.; ARNOLD, K. D.; CHEESMAN, F. L. & AHLBORN, H. H. (1984). Facilitation of sociomoral reasoning in delinquents. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52 (1): 37-45.
- HAINS, A. A. & MILLER, D. J. (1980). Moral and cognitive development in delinquent and nondelinquent children and adolescents. *The Journal of Genetic Psychology*, 137: 21-35.
- HAINS, A. A. & RYAN, E. B. (1983). The development of social cognitive processes among juvenile delinquents and nondelinquents peers. *Child Development* 54: 1536-44.
- HANSON, R. A. & MULLIS, R. L. (1984). Moral reasoning in offender and nonoffender youth. *The Journal of Genetic Psychology*, 144: 295-6.
- HUDGINS, W. & PRENTICE, N. M. (1973). Moral judgment in delinquent and nondelinquent adolescents and their mothers. *Journal of Abnormal Psychology*, 82: 145-52.
- KANTNER, J. E. (1984). Moral judgment, criminal behavior and personality in adult offenders. *Estudos de Psicologia*, 1 (3, 4): 20-32.
- KANTNER, J. E. (1985). Moral judgment and criminal behavior: a follow-up of prisor release and parole adjustment. *Estudos de Psicologia*, 2(1): 54-60.
- KOHLBERG, L. (1968). The child as a moral philosopher. *Psychology Today*. 2(4): 25-30.
- KOHLBERG, L. (1970). From is to ought: how to comitt the naturalistic fallacy and get away with it in the study of moral development. In MISCHEL (ed), *Genetic Epistemology*, New York: Academic Press.
- KOHLBERG, L.; COLBY, A. GIBBS, J. C. & Dubin, B. S. (1978) *Standard form scoring manual*. Center for Moral Education, Harvard University.
- SCHMIDLIN, S. (1977). Moral judgment and delinquency: the effect of institucionalization and peer pressure. *Dissertation Abstract International*, 50: 226-233.

PSICODINÂMICA DA CRIATIVIDADE

Lucila Maciel dos SANTOS*
Zula Garcia GIGLIO**

RESUMO

Este artigo discute a Criatividade do ponto de vista de várias teorias psicológicas e formula um conceito operacional que pode ser usado para o treinamento da Criatividade.

Palavras-chave

Flexibilidade – saúde mental – inconsciente – simbolização – aprendizado.

O problema da criatividade liga-se entre nós à falta de informações, aliada à complexidade e diversidade das teorias existentes sobre o assunto. Neste trabalho tentamos levantar algumas linhas de conceituação que nos permitem encarar o processo criativo como um fenômeno passível de ser deliberadamente desenvolvido.

Fosse a ciência um corpo de conhecimento coerente que levasse de fato o homem a colocar-se frente a frente com a verdade, talvez tivéssemos, depois das três últimas décadas de estudos mais intensos sobre a criatividade, chegado a um consenso a respeito do que seja ela. Isto, todavia, ainda não ocorreu. É bem possível que possamos ficar felizes com tal fato. Essa dificuldade da ciência, conquanto teoricamente possa ser um empecilho no caminhar mais acelerado em busca de um aprofundamento do conhecimento, garante a divergência de

(*) Dept.º Psicologia Educacional – Faculdade de Educação UNICAMP.

(**) Núcleo de Estudos Psicológicos – UNICAMP.

pensamento de pessoas que, por não serem iguais, buscam a mesma coisa por caminhos diferentes. Em última análise, a criatividade dos estudiosos parece preservar-se por entre as lacunas da ciência.

Tentar então dar uma definição ou explicação da criatividade que sugira inquestionabilidade parece-nos, à primeira vista, temerário. Todo conceito de criatividade será mais bem entendido se considerarmos o contexto teórico de onde ele emerge, ou as concepções presentes no pensamento da pessoa que o emprega.

Parece pacífica a idéia de que diferentes pessoas mantêm suas peculiaridades ao reagirem diante de situações semelhantes, e que, a despeito de uma ação educativa massificante, tanto por parte da escola como da sociedade de modo geral, muitas dessas pessoas conseguem preservar uma maneira de ser que lhes é própria, uma busca que é pessoal, um produzir que lhes é característico. Como a sociedade em que vivemos nos pressiona direta ou subliminarmente no sentido de uma convergência de opinião, de preferências, de maneira de vestir, de sentir, de gastar o tempo, o dinheiro, e até de uma padronização no modo de divertir-se, manter as próprias peculiaridades requer de uma pessoa certa disposição especial.

Surgem então perguntas inevitáveis a respeito da natureza e da origem dessa disposição pessoal para preservar o conjunto de atitudes que caracteriza as pessoas. Fica-se curioso também por saber por que as pessoas não têm, todas elas, a mesma força para preservarem-se na sua individualidade. Terão elas perdido, no decorrer de sua vida, algumas das características humanas, ou essa disposição personalizada de enfrentar as situações de vida é privilégio de poucos? Quais seriam de fato as características dessa motivação ou dessa força que leva as pessoas a se sentirem confortáveis nas suas diferenças, a terem facilidades nas resoluções de seus problemas?

Os que se mantêm fiéis ao rigor da objetividade, por escrúpulos científicos ou por temor à penetração nas profundezas humanas, difíceis de comprovação por sua natureza, preferem olhar a criatividade como um comportamento passível de aprendizagem, como outro qualquer que se caracteriza por respostas diferenciadas, quer em relação a seu próprio repertório,

quer em relação a um repertório grupal tomado como referência. Esse ponto de vista do comportamentalismo coloca na meta da aprendizagem a diferença que vai distinguir o comportamento criativo de outro qualquer, de onde advém a responsabilidade da experiência educativa pela qual passa a pessoa. É ela a contingência de reforço que garante a topografia do comportamento humano pela qual a pessoa vai fazer-se conhecer. Vendo por esta ótica, desenvolver-se ou não criativamente fica na dependência das experiências pelas quais passa a pessoa. A educação, o ensino são vistos como passíveis de planejamento, tendo por meta os valores que cercam a criatividade enquanto comportamento manifesto. Esta abordagem tem o mérito de oferecer a nós, educadores, meios de lidar com respostas visíveis, e, se quisermos, mensuráveis, apresentadas conscientemente pelas pessoas, sejam eles alunos, filhos, ou outras que conosco convivam. O meio ambiente, portanto, é altamente relevante. As pessoas que cercam o aprendiz são de fundamental importância pela relação que conseguem manter, pois os reais valores delas, expressos de forma clara ou sutil, ocasional ou sistemática, deliberada ou não, serão os determinantes da aprendizagem de atitudes caracteristicamente criativas.

Do ponto de vista da Psicanálise, encontramos o mesmo fenômeno justificado pelo mecanismo da identificação, que é particularmente agudo na adolescência, quando o jovem busca modelos para seu processo de formação da identidade (Erikson, 1968). Esse mecanismo de identificação supõe um envolvimento afetivo do jovem com o adulto, e é necessário para seu crescimento sadio e para que ele descubra suas próprias potencialidades e aptidões.

Outros estudiosos há que se acercam do estudo da criatividade procurando analisar a natureza do pensamento humano, do tipo de raciocínio envolvido, ou do estilo de cognição usado para que uma atitude seja chamada de criativa. Seria como tentar ver a criatividade pelo seu lado racional, pelos processos de inteligência empregados, na tentativa de encontrar uma forma de pensar criativa que fosse diferente de uma forma de pensar apenas inteligente. Assim temos Guilford (1967) a nos mostrar a existência de um estilo de pensamento divergente caracterizado pela fluência, flexibilidade, originalidade e elaboração que se contrapõe a uma forma de pensar convergente,

responsável pela convencionalidade do raciocínio, podendo ambas estarem associadas a altos potenciais de inteligência. Anne Roe (1963), que realizou estudos que correlacionaram inteligência com criatividade, comenta que parece haver um consenso entre os estudiosos do assunto de que, enquanto um nível relativamente alto de inteligência é necessário para contribuições científicas, inventivas ou elaborativas, outros fatores são, entretanto, muito mais importantes para a criatividade, e um nível de inteligência altíssimo não constitui evidência de alto potencial criativo. Por este ângulo; vemos que a inteligência do homem, solicitada a participar em suas ações, pode manifestar-se por estilos de conhecimentos ou estilos de aprendizagem.

Alguns estudos mais aprofundados têm procurado relacionar os estilos de pensamento aos hemisférios cerebrais (Reynolds e Torrance, 1978), atribuindo ao lado direito as funções de processamento criativo de informações. O lado direito do cérebro seria o responsável pelo pensamento analógico, pela intuição, pela habilidade artística, que exige a criação de novas simbolizações. O hemisfério esquerdo seria especializado no pensamento lógico, responsável pela capacidade de estabelecer ligações de causa e efeito, de ordenar seqüencialmente os fatos. A cultura ocidental oferece às pessoas um espaço privilegiado para o desenvolvimento das potencialidades do hemisfério esquerdo, em detrimento das do hemisfério direito, cujos produtos não são valorizados equitativamente entre nós. O desenvolvimento das funções especializadas de cada hemisfério parece estabelecer-se precocemente na vida da pessoa e, embora possam ser alteradas através de treinamentos específicos e experiências direcionadas, tendem a se manifestar de uma forma constante na vida da pessoa.

Uma postura como essa destaca como de grande importância os anos iniciais de vida de uma pessoa, pois é nesse período que as formas de pensar produtivas ou reprodutivas estabelecem suas bases. Aqui também a educação, pelas oportunidades que oferece, representa um papel fundamental.

Uma pessoa, quando se comporta, não o faz somente movimentando seu corpo; sua atitude tem sempre um colorido emocional; sua ação está invariavelmente impregnada de significação, de sentido de vida. Não há como desconsiderar os afetos.

Eles estão presentes o tempo todo e estabelecem as ligações do homem com seu mundo. O prazer-desprazer, o amor-ódio são contínuos dos quais as ações humanas não conseguem escapar. O homem, seu comportamento e o produto dele apresentam uma relação afetiva que já tem sido objeto de investigação científica. A relação amorosa entre o homem e seu objetivo foi mostrada por Torrance como permanente entre pessoas criativas. É algo que permanece constante no decorrer da vida, sendo relatada por pessoas notoriamente criativas como relação de prazer ao nível da eroticidade.

Essas e outras qualidades que compõem a personalidade humana, quando integradas de forma saudável, garantem um trânsito mais livre para os impulsos do homem, de tal forma que talvez se possa colocar a criatividade como sinônimo de saúde. Esta idéia é partilhada por diversos autores. Harry Lee (1940), psicanalista, vê a criatividade como mecanismo de saúde e não de doença. Kris (1968) enfatiza alguns aspectos adaptativos da criatividade e distingue a regressão no processo criativo (conhecida como "regressão a serviço do Ego"), da regressão relacionada a estados psicóticos. Este autor sugere que um artista é capaz de apresentar obras de extrema grandeza nas tentativas de reintegração da personalidade, quando diante da ameaça de desligamento esquizofrênico. Lembramos aqui o nome de Van Gogh, entre outras pessoas, comprometidas em sua saúde mental, que produziram obras reconhecidamente criativas, em diferentes campos da produção humana.

Essas considerações nos levam de encontro às partes mais profundas do ser humano. Que poderia existir de forma encoberta no homem que, ao entrar em ebulição, emerge com força suficiente para agüentar as opressões pessoais e sociais? Estas ameaçam, por vezes, com a presença da morte, da segregação e da crítica intensa. Não foi assim com Mendel, quando lhe foi sugerido que abandonasse seus estudos a respeito de gens recessivos e dominantes com as plantas que escolhera? Não foi assim com Darwin? E com os impressionistas, na pintura? E com quem quis tirar a Terra do centro do universo?

É verdade que esses exemplos são de grandes expoentes que apresentaram um produto relevante o suficiente para abalar a opinião pública, e que nem todos nós apresentamos criatividade suficiente para grandes destaques científicos, culturais ou políticos.

As pressões sociais todavia se fazem, guardadas as devidas proporções, sobre todas as pessoas, e a emergência da criatividade deve contar com força suficiente para suportá-las. Além das forças externas para acomodação que se originam no contexto social, existem as cisões da própria pessoa, que podem bloquear o processo.

Lawrence Kubie (1958), falando sobre criação e neurose, aponta a flexibilidade como a medida básica da saúde, enquanto que a essência da doença residiria em comportamentos inalteráveis e insaciáveis. A flexibilidade manifesta-se na liberdade de (1) aprender através da experiência, (2) de mudar de acordo com modificações externas e internas, (3) de ser influenciado por argumentos racionais, admoestações, exortações, ou apelo de emoções, (4) de responder apropriadamente a estímulos de recompensa ou de punição, e especialmente (5) de parar quando se está satisfeito. Kubie afirma que só a flexibilidade permite que os processos do pré-consciente aflorem e, portanto, a criatividade. Quando fala em processo criativo, ele se refere à capacidade de encontrar novas e inesperadas conexões, novos relacionamentos no tempo e no espaço e, portanto, novos significados. O jogo livre com os processos simbólicos do pré-consciente é vital para toda a produtividade criativa. Quando ele fala aí de liberdade, ele refere-se a um processo que não está ancorado nas realidades de nosso processo simbólico consciente, e nem nas áreas inconscientes de nossa personalidade, cuja estruturação simbólica é bastante fixa. Segundo este autor, o preço que nós pagamos aos métodos da educação tradicional é que eles ou amarram nossos processos simbólicos pré-conscientes a realidades precisas, ou os deixam à mercê das distorções provenientes de conflitos inconscientes não resolvidos.

Ele afirma, portanto, que a criatividade é um produto da atividade pré-consciente e é corrompida e bloqueada pela neurose. Atribuir a criatividade ao inconsciente leva a temer erroneamente que a saúde mental atrofie os impulsos criativos, pois o inconsciente funciona, nas pessoas doentes, como uma camisa de força, que as reduz a comportamentos estereotipados, estéreis, repetitivos, como a própria neurose.

Um outro autor bastante conhecido, cujas contribuições ao estudo da Criatividade pode nos auxiliar na clarifi-

cação do funcionamento do processo criativo é Anton Ehrenzweig, (1967), professor de Arte e psicanalista, que discute o problema do ponto de vista da Gestalt e da Psicanálise.

Ele comenta que a consciência não é capaz de apreender tantos dados e tão rapidamente quanto o inconsciente, porque ela tende a ver o que já conhece e a hierarquizar dados e/ou informações segundo valores pré-estabelecidos (pela vivência pessoal, pelo contexto cultural, etc.). O inconsciente seria capaz de uma visão **indiferenciada** (processo primário de pensamento), portanto mais abrangente e facilitadora de uma percepção criativa e original da realidade. Também ele atribui à educação acadêmica o papel de bloqueadora da criatividade, pois ela privilegia a visualização **precisa, diferenciada**, das coisas e a capacidade de controlar o processo e o resultado de um trabalho que então não poderia nunca ser verdadeiramente criativo, já que exige um modo de percepção decorrente do processo secundário de pensamento.

Há outros autores que também insistem no fato de que o modo de perceber o mundo externo e lidar com os objetos (externos e internos) é decisivo para a fluência do processo criativo. Citaremos ainda Schachtel (1959), que diz que, embora a inteligência seja um fator importante, só chega a ser criativo o indivíduo cuja percepção desenvolveu-se de forma **alocêntrica**, ou seja, aquele que é capaz de uma visão ingênua (não pré-concebida) do mundo, semelhante à da criança curiosa, que encara tudo com o espírito de "primeira vez", que lida com tudo como sendo fonte de descoberta. A este modo de percepção ele contrapõe a **visão autocêntrica** que enfatizaria o **quê** e o **como** o indivíduo sente (e não como o objeto que lhe provoca isso é). Ele considera fundamental o constante alargamento de repertório do indivíduo, mas chama a atenção para o fato de que em nossa época esse aumento é tão maior e mais veloz do que seria o aprendizado de mundo espontâneo da criança, que pode levar a um reducionismo das experiências em clichês segundo a visão que a família e a sociedade têm da "realidade" — isto impediria aquela abertura essencial de percepção, a liberdade vital para o desenvolvimento da criatividade.

A criatividade também tem sido abordada de um ponto de vista não-determinista e não-causativo. Esta visão não é recente. Já a vemos manifesta nas teorias de Croce, por exem-

plo, que escreveu sobre isso no início do século, e podemos encontrar as suas origens em alguns segmentos da filosofia antiga.

Nesta perspectiva, a criatividade é vista como um fenômeno que não depende de antecedentes pré-determináveis, e os vários autores que adotam esta visão são unânimes em afirmar que ela e o processo que a ela conduz não podem ser explicados plenamente, nem são passíveis de uma descrição lógica, já que a criatividade é vista como um fenômeno de ordem a-racional, que toca o acaso, o imprevisível. Bergson (1946), por exemplo, apoiado na filosofia existencial, afirma que as possibilidades abertas para um criador constituem uma ausência total de precedentes ou de escolhas potenciais definidas. Ele atribui um papel fundamental à intuição no processo criativo.

Embora admitam que a criatividade não é um fenômeno para o qual o pensamento conceitual possa estabelecer leis do tipo causa e efeito, esses autores, baseados em estudos e experiências, falam de situações internas e/ou externas que podem ser mais propícias para permitir a manifestação da criatividade, ou que facilitam o desenvolvimento de um processo criativo no indivíduo.

Albert Rothenberg (1971), psiquiatra clínico, fala de uma forma específica de cognição que envolve simultaneidade de oposições e que geralmente aparece em diversos tipos de processo criativo, tanto em Arte como em Ciência. Ele a nomeia de "Pensamento Janusiano", nome que vem de Janus, o deus romano que tem duas faces, que olha e apreende direções opostas simultaneamente.

Segundo o modelo psicanalítico, o processo de pensamento janusiano é um mecanismo do processo secundário, e portanto explica, ao menos parcialmente, como o material do inconsciente vem para a consciência, explica um pouco como se dá o que Kris (já mencionado neste texto) nomeou de "regressão a serviço do ego". A conceitualização simultânea de opostos produz produtos artísticos os quais parecem dar corpo ao material inconsciente porque opostos são iguais no inconsciente. Ambigüidade, tensão e paradoxos freqüentemente são objetivos manifestos num ato criativo estético. Um processo secundário cria um produto que permite a emergência na cons-

ciência de materiais inconscientes sem superar a repressão. A defesa do ego que permite a ocorrência deste fenômeno chama-se "negação".

O pensamento janusiano é um fator no processo criativo, acompanhado por muitos outros processos cognitivos, afetivos e sintéticos, antes que uma criação real seja produzida. A oposição é um fenômeno complicado, e sujeita a uma variação de grau que vai desde as antíteses lógicas até os contrastes suaves, portanto seu efeito é variável, e só quando o pensamento janusiano dá corpo a oposições fortes ele tem o valor de surpresa. Aí pode transmitir o maior senso de novidade e pode comunicar as maiores verdades. No entanto, a concepção de oposição verdadeira depende muito da sofisticação do concededor.

Rotenberg também atribui grande valor ao repertório do criador, afirmando que a pessoa verdadeiramente criativa é a que conhece bem o seu campo, e é capaz de saber e sentir o que é mais oposto no mundo humano e físico, numa época particular, ou, algumas vezes, na história da humanidade. Ele sabe que aquilo que contém noções, crenças e fatos é importante e susceptível de oposição ou contradição em alguns níveis. É este tipo de conhecimento que faz o pensamento janusiano tornar-se significativo e valioso, já que muitas oposições são sem utilidade.

Carl Rogers (1954), que é bastante conhecido entre nós, tem uma teoria da criatividade que enfatiza a constituição única de cada indivíduo, baseada em seu trabalho psicoterápico (Terapia Centrada no Cliente).

Uma característica de sua teoria é ser ela baseada em três pontos básicos:

1. Estar o indivíduo aberto à experiência, o que significa ser ele capaz de perceber livremente qualquer estímulo, sem pré-conceitos; esta atitude é o contrário da defensividade psicológica.

2. Ter uma sede de avaliação interna, o que permite ao indivíduo sentir, acima de tudo, que o seu produto o satisfaz e de certa forma o representa.

3. Ter aptidão para lidar com elementos e conceitos, jogar espontaneamente com idéias, cores, formas, relações.

Para Rogers a criatividade implica um produto observável como resultado (um poema, uma escultura, uma invenção científica). Esses produtos devem ser construções novas. Essa novidade brota das qualidades únicas do indivíduo na sua interação com materiais da experiência.

Este autor não faz distinção qualitativa dos produtos criativos segundo os valores sociais que tenham, ou segundo a avaliação que um grupo faça dele, porque estes julgamentos de valor estão sujeitos às contingências do momento (tempo histórico, cultura, etc.). Também não se preocupa, pelas mesmas razões, com graus de criatividade. Sua preocupação central está voltada para as condições que facilitam o aparecimento da criatividade. Ele acredita que a criatividade é um aspecto da tendência natural do indivíduo para desenvolver-se de acordo com suas potencialidades.

A criatividade seria então naturalmente construtiva, na proporção em que o indivíduo dispusesse das três condições básicas já mencionadas.

É no processo de seleção implícito em toda criação que o indivíduo exerce a sua originalidade. Ao colocar assim sua marca pessoal e única no que realiza, o indivíduo experimenta a "ansiedade da separação", a solidão, através da sensação de que só ele está percorrendo aquele determinado caminho; a par disso ele experimenta também o desejo de partilhar com outros sua descoberta, o que minimizaria sua ansiedade e lhe asseguraria que pertence a um grupo.

Para promover a criatividade construtiva, as pessoas que cercam um indivíduo deveriam propiciar-lhe um clima de segurança e liberdade psicológicas. Um indivíduo sente-se psicologicamente seguro quando percebe que é aceito independentemente de sua condição atual, e que suas potencialidades são reconhecidas, e quando sente que não é julgado por padrões que lhe são estranhos. A liberdade psicológica advém do espaço que é dado ao indivíduo para que se expresse simbolicamente. Af Rogers lembra a distinção entre liberdade de expressão simbólica, que pode ser ilimitada, e a liberdade de comportamento, que é necessariamente limitada pela sociedade.

Outros estudiosos têm sido bastante pertinentes ao lembrarem que, se por um lado todos somos potencialmente

criativos, por outro nem todos temos a mesma capacidade nem as mesmas condições de nos empenharmos na transformação de nossas idéias criativas em produtos criativos. Isto se dá em diferentes níveis e pelas mais diversas razões, que vão desde a capacidade e energia pessoal de trabalho, até as contingências materiais. A última etapa do processo criativo exige sempre um esforço extra da consciência e tem demandas muito concretas, que algumas vezes extrapolam a esfera de decisão e ação do criador.

Como já foi dito, há inúmeras teorias decorrentes de diferentes estudos feitos sobre Criatividade; muitas são antagônicas, e outras são complementares entre si.

Embora a Criatividade não possa ser precisamente definida, porque ela tem um componente que escapa ao pensamento lógico-conceitual, pois pertence à esfera do acaso e da atuação da intuição, há alguns traços comuns entre diversas teorias que podem ser levantados na direção de uma conceituação geral operacional, que nos permite encará-la como um fenômeno cujo desenvolvimento pode ser facilitado:

1. Criatividade é uma potencialidade humana que pode ser desenvolvida ou bloqueada.

2. Manifesta-se na capacidade de realizar novas combinações a partir de elementos já conhecidos (sejam eles dados de experiências anteriores, informações adquiridas, etc.), portanto, quanto maior for a capacidade de simbolização do indivíduo, mais criativo ele é.

3. Daí decorre que quanto maior o repertório do indivíduo, mais chances de ser criativo ele terá. Repertório é todo o acervo de conhecimentos que uma pessoa possui, sejam eles adquiridos empiricamente ou não, sejam de ordem afetiva, intelectual, ou pragmática.

4. Se consideramos a criatividade como um processo dinâmico, ágil, flexível, então quanto mais integrado for o indivíduo, mais condições ele terá de ser criativo. Por "integrado" entendemos aquele indivíduo capaz de buscar sua auto-realização, a partir da harmonização entre o que sente e o que pensa e o que faz, e de um autoconhecimento; essa integração é característica das pessoas que alguns especialistas em

Psicologia chamam de "normal" e geralmente leva o indivíduo a sentir-se bem e realizado.

5. A Criatividade pode desenvolver-se através de exercícios que treinem o indivíduo a:

— deixar emergir o material do inconsciente e do pré-consciente;

— a enfrentar situações novas (ser capaz de ser diferente sem sentir-se mal);

— a ser mais flexível em idéias e atitudes, superando a rigidez e o excesso de autocrítica;

— a ser mais aberto aos estímulos externos e internos;

— a ter uma boa capacidade de concentração e de trabalho;

— a lidar agilmente com as informações que possui;

— e através de um aumento sistemático de seu repertório.

ABSTRACT

This article discusses creativity from the point-of-view of various psychological theories and formulates an operational concept which might be used in the training of creativity.

Key words

Flexibility — mental health — unconscious — symbolization — apprenticeship.

BIBLIOGRAFIA

BERGSON, H.: "The Possible and the Real" — *The Creative Mind*, Andison, M. L. (trans.), Philosophical Library, Inc., N. York, 1946.

EHRENZWEIG, Anton: *The Hidden Order of Art*. Berkeley Univ. of California Press, 1967.

- ERIKSON, Erik H.: **Identity, Youth and Crisis**. WW. Norton & Comp., Inc., N. York, 1968.
- GILFORD, J. P.: **The Nature of Human Intelligence**, McGraw Hill, Inc., USA, 1967.
- KRIS, E.: **Psicanálise da Arte**, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1968.
- KUBIE, Lawrence: **Neurotic Distortion of the Creative Process**. University of Kansas Press, Lawrence, KS, 1958.
- LEE, Harry B.: "A Theory Concerning Free Creation in the Inventive Arts", **Psychiatry**, Vol. 3, pp. 283 – 286-292. The William Alanson W. Psychiatric Foundation, Inc., 1940.
- REYNOLDS, C. R. – TORRANCE, E. P.: "Perceived Changes in Styles of Learning and Thinking (Hemisphericity) Through Direct and Indirect Training" – **The Journal of Creative Behavior**, Vol. II, 1978.
- ROE, Anne: "Psychological Approaches to Creativity in Science", **Essays on Creativity in the Sciences**, N. York University, 1963.
- ROGERS, Carl: "Toward a Theory of Creativity", ETC – **A Review of General Semantics**, Vol. 11, pp. 250-258, USA, 1954.
- ROTHENBERG, Albert: "The Process of Janusian Thinking in Creativity", **Archives of General Psychiatry**, Vol. 24, pp. 195-205, USA, 1971.
- SCHACHTEL, Ernest G.: **Excerpts from Metamorphosis: On the Development of Affect, Perception, Attention, and Memory**. Basic Books, Inc., Publishers, New York, 1959.

PENSAMENTO CLÍNICO NO DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO: Relações Objetais de Dois Pacientes Depressivos

José Tolentino ROSA *

RESUMO

Este artigo descreve as relações objetais de dois pacientes gravemente deprimidos, uma moça de 29 anos e um menino de dez anos de idade, que apresentavam, em comum, queixas associadas a intensas angústias persecutórias e a presença de um objeto interno vingativo.

Na análise do TRO, o equilíbrio adaptativo se mostrou precário nos dois pacientes: 28 pontos (em 91 possíveis) para M1 e 22 pontos para M2. Embora as histórias contadas por M1 sugerissem maior grau de sadismo, as histórias de M2 mostravam com muita ênfase a perseguição do objeto interno vingativo, diminuindo a eficácia do equilíbrio adaptativo.

Foram comentadas as dificuldades que o objeto interno vingativo causa na elaboração da posição depressiva. A reconstrução do mundo interno se faz com muita persistência e tolerância à frustração.

I – INTRODUÇÃO

Este artigo pretende ilustrar uma modalidade de pensamento clínico no diagnóstico psicológico. Walter Trinca (1983), em seu livro intitulado "O Pensamento Clínico em Diagnóstico da Personalidade", focaliza 15 diferentes formas de

(*) Mestrado em Psicologia – Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS) de São Bernardo do Campo.

pensamento clínico, sendo a modalidade "Prova de Hipótese" a que mais se aproxima do enfoque aqui adotado.

Neste trabalho, a análise do "Teste de Relações Objetais" (Phillipson, 1981) de dois pacientes depressivos aponta para a existência psicodinâmica de um objeto interno vingativo, logo no início do psicodiagnóstico.

No processo de diagnóstico, ao se entrevistar um paciente, tenta-se captar os motivos latentes da queixa, diferentes do motivo manifesto. O motivo latente pode ser atingido quando se escuta e simultaneamente se pensa acerca do caso. São elaboradas hipóteses a respeito da queixa e dos verdadeiros motivos que levaram o paciente a procurar ajuda psicológica. Em geral, o verdadeiro motivo é diferente do manifesto, mais sério e mais relevante, sobre o qual o paciente pode tomar consciência durante o psico-diagnóstico. Quando isso ocorre, costuma ser um bom prognóstico para a psicoterapia.

Na entrevista devolutiva, às vezes esses motivos latentes são incluídos. A reação do paciente é importante para detectar seu processo de pensamento: se puder tolerar a frustração, provavelmente terá bom prognóstico na psicoterapia; mas se houver dificuldades no reconhecimento dos motivos implícitos ou latentes, provavelmente as resistências serão muito fortes, com prognóstico duvidoso, sugerindo muito cuidado com as interpretações psicodinâmicas para não se chegar a um impasse.

O psicólogo tenta escutar o paciente e pensar livremente sobre o que está ouvindo, sem se prender à versão que o paciente ou os pais lhe transmitem, por exemplo. Está, portanto, interessado em descobrir suas fantasias sobre o que iria acontecer se o paciente lhe dissesse toda a verdade.

Às vezes, os pais começam por aspectos mais saudáveis e gratificantes do filho, incluindo gradativamente o mais doentio. Isto é indício de uma adequada elaboração da angústia depressiva, de uma colaboração positiva com o psicólogo durante o psicodiagnóstico ou psicoterapia. A posição depressiva não está bem elaborada em casos onde há: 1) **excessiva idealização do filho** (só aparecem aspectos saudáveis), com negação maníaca dos aspectos doentios que causariam excessiva dose de culpa persecutória; 2) ou em casos cujos pais usam a entrevista como processo evacuativo, depositando rapidamente no psicólogo os

aspectos mais ansiógenos, dificultando posteriormente a entrevista devolutiva. Esses pais dificilmente podem tolerar uma compreensão profunda que inclua os aspectos mais sadios (ou doentios) do filho.

Há pais que não toleram perceber aspectos positivos nos filhos, pois isso levanta muita culpa e ansiedade depressivas, sentimentos que não podem tolerar dentro de si e tentam evacuar e depositar no psicólogo; apresentam pensamento pouco elaborado, funcionando mais por identificação projetiva, sem tolerância à frustração e com desenvolvimento prejudicado de sua capacidade de pensar. (Bion, 1965; Lino da Silva, 1988).

A ansiedade também pode impedir o psicólogo de fazer perguntas, escutar, reter, elaborar hipóteses alternativas, integrar dados ou efetuar uma boa síntese e posterior devolução. Pode atuar em nível de contra-identificações, projetiva e introjetiva, atacando os genitores ou um deles, atacando o filho, dificultando o psicodiagnóstico pelo tom de voz seco, cortante, agressivo ou indiferente.

A origem dessas inibições do pensamento clínico, segundo Segal (1981), pode estar no medo do superego, pois o medo de uma autoridade externa impede o "falar", enquanto o medo de uma autoridade interna dificulta o pensar. A autoridade externa pode proibir as ações, enquanto o superego — autoridade interna — pode proibir o pensamento e até a busca do próprio conhecimento. Ilustram, por exemplo, essa tese o mito do "Jardim do Éden", onde é proibido comer da árvore do conhecimento; o da "Torre de Babel", onde a procura do conhecimento de Deus é castigada por um ataque à linguagem e ao pensamento verbal; e o mito de Prometeu, que envolve castigo por procurar a luz, fornecida pelo fogo.

A exigência do superego é de que seja endeusado, mas de se tornar um deus que não pode tolerar o esclarecimento, pois nenhum deus sobrevive ao fato de ser conhecido em demasia. É necessário um mistério para que haja um deus.

O pensar coloca um limite à onipotência da fantasia e, por isso mesmo, costuma ser atacado por causa do profundo anseio do ser humano pela onipotência e onisciência.

O aparecimento do pensamento coincide com a diminuição da onipotência, com a experiência da frustração e

com o movimento do princípio do prazer para o princípio da realidade (Segal, 1981).

Formar uma conceituação das circunstâncias reais e esboçar uma alteração real pode ser o primeiro passo no pensamento. Este evolui no hiato entre a experiência da necessidade e a de sua satisfação.

Uma necessidade intensa pode ser vivenciada como a presença de um objeto mau, que morde, rasga e ataca. Na verdade, é uma necessidade de um objeto que está ausente e que será alucinado. A fantasia onipotente só não é um pensamento, porque não é reconhecida como tal. Trata-se, na verdade, de um modo de pensar concreto. Quando as fantasias, características da parte "primitiva" da mente, passam a fazer parte do lado "consciente", elas se movimentam para o domínio do pensamento. Pode-se dizer, então, "eu fantasiei isto ou aquilo", ou eu pensei isto ou aquilo. O pensamento clínico evolui, portanto, a partir da fantasia onipotente, que é uma fantasia reconhecida como tal, e de uma hipótese clínica que pode ser submetida ao teste da realidade.

O pensamento clínico principia, pois, com o teste da realidade e depois promove o próprio teste da realidade. O pensamento clínico fornece também uma hipótese experimental acerca da natureza das coisas — uma verificação constante do que fantasiamos a partir da evidência (Trinca, 1983).

Enquanto as fantasias onipotente e onisciente visam a negar a experiência da necessidade, o pensamento, que aceita a necessidade, pode ser usado para explorar as realidades externa e interna e para lidar com elas. Porém, por derivar-se da frustração e, ao mesmo tempo, admiti-la e tolerá-la, o raciocínio clínico pode ser atacado desde os seus primórdios, tanto pelo paciente, como por seus pais ou pelo próprio psicólogo clínico.

Este ódio aos processos de pensamento, profundamente enraizado no inconsciente, pode estar ativo durante todo o psicodiagnóstico. O pensamento lógico, o raciocínio formal, rouba-nos o luxo da crença cega, da fé onipotente: as fantasias perdem seu caráter onipotente.

Nietzsche dizia que o pensamento não vem quando queremos, vem quando ele quer. Podemos acrescentar que ele

não é o que queremos, é o que ele quer ser. Isto, naturalmente, personifica o pensamento como se fosse uma entidade com vontade própria.

Existe uma categoria de pensamentos deste tipo, em que eles são atribuídos a um objeto interno e sentidos como tal, vindos de um objeto interno vingativo, como uma inspiração diabólica ou uma perseguição. Já foi demonstrado anteriormente que pacientes com severa depressão tendem a apresentar deficiência na percepção de relações triangulares no "Teste de Relações Objetais" e a presença de objetos internos vingativos. (Rosa e colaboradores, 1986). Entretanto, o pensar é o resultado de uma interação complexa de impulsos, desejos, fantasias e percepções. Na clínica, às vezes o psicólogo é livre para pensar mas também, com toda a liberdade, logo se vê envolto em um laço que o faz sentir-se responsável pelo próprio pensamento.

A tarefa de ajudar o paciente, acima de tudo, implica no reconhecimento do valor incomensurável da liberdade de pensamento e do quanto vale a pena esforçar-se por alcançar essa liberdade, em nível cada vez mais elevado.

Simon (1984) demonstrou o desmoronamento do mundo interno quando, na depressão, o objeto amado perdido (por morte ou abandono) é internalizado como objeto vingativo, tiranizando o sujeito.

A reconstrução do mundo interno vai depender do objeto interno bom, firmemente estabelecido, sem o qual o processo de idealização se perturba e o luto não é elaborado. O objeto protetor idealizado não subsiste aos ataques de ódio e inveja e não protege o ego do objeto vingativo (no que se transformou o objeto perdido), impedindo o paciente de elaborar a posição depressiva.

Analisando o "Teste de Relações Objetais" de dez pacientes com depressão reativa, verificou-se a predominância de ansiedades persecutórias quando o objeto amado perdido se transformava em objeto interno vingativo (Rosa e Colaboradores, 1986).

Como a presença desse objeto vingativo ocorria em casos mais graves de depressão, conforme o percentil fornecido pelo Inventário de Depressão de Beck, decidimos aqui avaliar o

"Teste de Relações Objetais" de Phillipson (1981) de dois pacientes gravemente deprimidos.

Entretanto, as hipóteses sobre os pacientes e seus objetos internos deverão servir mais para ativar as fantasias inconscientes do leitor do que para sedimentar um modelo de psicodiagnóstico.

II — MÉTODO

Sujeitos: Dois pacientes, M1 e M2, fizeram parte deste estudo.

M1 é um garoto de 10 anos, 2º ano escolar, cujos pais se queixavam do seu desinteresse pela escola, a partir do 2º ano, onde estava até aquela data com ameaça de desligamento da escola (expulsão). Além disso apresentava os seguintes sintomas: agressividade, perda de apetite, insônia, hiperatividade, dificuldade de pensar e de se concentrar numa atividade; pensamentos relativos a morte e destruição; e perda de interesse ou prazer em atividades usuais.

M2 era uma moça de 29 anos, que tinha concluído o 3º grau e exercido a profissão com êxito durante uns cinco anos ininterruptamente. Queixava-se de uma profunda melancolia, com desinteresse por tudo e por todos, tendo inclusive deixado de trabalhar no consultório há um ano atrás, passando a viver na dependência dos pais e completamente entediada. Queixava-se também de insônia, esquecimento, dificuldade de seguir uma rotina, de que não tinha domínio sobre seus sentimentos (sensação de total descontrole emocional). Oscilava entre lutar para manter a posse de um objeto amado (um namorado, com o qual mantinha um vínculo muito tênue) através de mecanismos obsessivos e o esforço para expulsar objetos amados mortos (uma prima e outros parentes mortos) que povoavam seu mundo interno desde os 8 anos, quando repetiu o 2º ano pela primeira vez.

Recursos Materiais: Foram utilizadas as 13 lâminas do Teste de Relações Objetais de Phillipson, com especial ênfase nas histórias frente às lâminas das séries A e C que avaliam respectivamente ansiedades depressivas e a qualidade do vínculo emocional com o objeto. A presença da cor na série C apresenta

um desafio ao sujeito, tal como no Rorschach. Convida o sujeito a responder a sentimentos expressos pela cor e a integrar esses sentimentos com seus próprios aspectos emocionais na resposta global.

A série A explora as primeiras relações de objeto, de dependência e sua relação com o contato físico e sensitivo; evidencia o grau de dissociação e aspectos psicóticos da personalidade; defesas de caráter neurótico.

A série B enfatiza um clima de ameaça e indiferença; mobiliza controles egóicos maduros e geralmente aparecem defesas de caráter neurótico.

Procedimento: Após a entrevista, o TRO foi aplicado conforme as instruções de Phillipson (1981), em seu "TEST DE RELACIONES OBJETALES".

A análise do TRO foi feita pretendendo verificar a presença de objeto interno vingativo em pacientes com depressão. Como havia 13 lâminas, a probabilidade exata pode ser calculada pelo binômio de Newton, usando-se a prova bionomial exata para testar H_0 – "O objeto interno vingativo aparece nas histórias do TRO por mero acaso" – contra H_a : "o objeto interno vingativo aparece em pacientes com acentuado grau de melancolia". O nível de significância escolhido foi $p \leq 0,05$.

O equilíbrio adaptativo foi avaliado de acordo com a escala abaixo de sete pontos, derivada do próprio manual do Teste de Relações Objetais (Phillipson, 1981).

1 – Equilíbrio não mantido, predominando a ansiedade, com relações muito negativas.

2 – Equilíbrio não mantido, predominando a ansiedade, com relações negativas.

3 – Tendência adaptativa, com resultante negativa.

4 – Equilíbrio mantido, podendo dar liberdade para relações positivas.

5 – Tendência adaptativa com resultante positiva.

6 – Liberdade ampla para estabelecer relações positivas.

7 – Liberdade ampla para estabelecer relações muito positivas.

Quadro 1: Síntese das relações objetivas de dois pacientes com queixa de depressão, conforme o Teste de Phillipson

RELAÇÕES DE OBJETO			
Sé. / Su- res- jei- tos	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas
	Objeto interno vingativo no julgamento de um assassinato (intracínico).	Medo do futuro por causa da vingança do objeto interno; não sabe se o casal poderá cuidar do filho (acrescentado).	Sensação de abandono, os objetos bons foram perdidos e os maus se tornam perseguidores internos.
M1			Angústia paranoide, com a briga de 3 jovens punks com 3 homens. Assassinato de um jovem por vingança.
A	Medo de pensar livremente, de ser ajudado. Atuações constantes para obter gratificações (intolerância à frustração). Sem controlo sobre o pensamento, devido ao objeto interno vingativo	Relação idealizada. Medo de destruição para objeto interno vingativo. (Trata-se de uma prima com a mesma idade de M2, que faleceu com complicações diabéticas aos 26 anos de idade).	Obj. interno idealizado; Medo de destruição, aniquilamento e morte; medo de não mais elaborar o luto; idealização para lidar com a inveja do morto.
M1	Dois objetos internos maus, sendo um real e outro acrescentado. Não aparece claramente a noção de vingança.	Saudosismo, vontade de morrer, de ir ao encontro do garotinho morto (sujeitou-se com 2 anos de idade. Esse é o principal objetivo vingativo.	Isolamento e indiferença para c/o grupo composto de pessoas seditas (querem tirar o sarro) e vingativas.
B	Deseja construir uma casa para morar. Medo da destruição, da perseguição e das inspirações diabólicas.	Deseja visitar alguém num lugar muito distante, mas o obj. é adiado e precisa ficar hipervigilante.	Desejo de ser perdoada, de atenuar a culpa pelo objeto morto, por pensamentos mágicos. Medo do desconhecido, do místico. Negação da realidade.
M1	Ritual de limpeza — traços obsessivos acentuados de limpeza, não coerentes com a fig. de uma cozinha desarrumada e não "em ordem" como M1 percebeu.	Assassinato com reguimes de saudosismo. Lairocínio. Obj. interno vingativo de lâmina A2 reaparece aqui, segundo verbalização de M1.	Objeto persecutório e vingativo representado pelo grupo.
C	Objeto vingativo quer destruir a família unida, que tanto inveja. Medo de ataque e perseguição pelo objeto interno.	Deseja aprender com a amiga que está morrendo; triunfo e controlo onipotente sobre o objeto amado (quer manter sua posse). Medo de atacar o objeto interno idealizado.	Deseja ser onipotente e ver o mundo de cima. Identificada com o objeto interno vingativo. Medo de ser dominada por ele. Negação onipotente.
M2			

III – RESULTADOS

CASO M1 – Os resultados da análise de M1 mostram que o objeto interno vingativo está presente em dez das 13 lâminas (ver Quadro 1), só não aparecendo claramente em A3, B1 e C1 ($p \leq 0,04$). A soma de pontos no Equilíbrio Adaptativo foi 6 na série A; 11 em B; 10 em C; com total de 28.

A história da lâmina Branca, última na seqüência de aplicação, ilustra o intenso sadismo do objeto vingativo, do mundo interno de M1:

“Um menino de família, educado, bem vestido e saindo para ir à escola de ônibus. Lá conversa com amigos, assiste às aulas e combina que, após as aulas, vão a uma loja de discos. Chegando à loja, escolheram alguns discos e, de repente, presenciam um crime. É um amigo deste menino que entra na loja muito mal vestido, com uma garrafa na mão. Quebra a garrafa e deixa-a denteada. Corta todas as pessoas lá presentes, que estão se divertindo e, em alguns segundos, ele enfiou a garrafa na barriga do menino. Os companheiros não acreditam no que vêem. Tratava-se de uma “rixa” não resolvida. É uma briga que nunca termina”.

(M1 chora e se lembra do garotinho que se suicidou com 2 anos e meio, quando M1 tinha 4 anos e com o qual tinha brigado dias antes de uma viagem para um estado vizinho ao de São Paulo, onde ocorreu a tragédia que foi escondida de M1, até os 8 anos, por seus pais).

A percepção da relação triangular na família, pai, mãe e criança, é sugerida pelas lâminas A3, B3 e C3. A situação edípica não foi evidenciada em nenhuma das três histórias:

A3 sugeriu pessoas que estavam numa estação de trem, que passou muito rapidamente e não parou; as pessoas xingaram, mas ficaram na dúvida se alguém sabotou os freios do trem ou se os passageiros e o maquinista tinham sido assaltados.

Em B3 havia quatro pessoas, embora M1 tenha sugerido uma situação triangular derivada da cena pri-

mária: uma moça espiona sua irmã beijando e abraçando o namorado e conta para a mãe (acrescentada à figura) que vai brigar com a irmã maior, que vai brigar com a menor, a irmã fofoqueira.

C3 foi identificada inicialmente como uma família reunida, mas só há figuras masculinas: "um homem de pé arrumando um quadro na parede, enquanto dois outros, sentados numa poltrona, dão palpite sobre o que está sendo arrumado".

CASO M2 – Os resultados mostraram que o objeto interno vingativo estava presente em onze das 13 histórias, só não aparecendo nas correspondentes às lâminas Branca e B1 ($p \leq 0,01$). Em C2 aparece também um mecanismo de controle obsessivo para satisfazer o desejo de manter a posse do objeto interno amado, porém aparece concomitantemente ao medo dos ataques do objeto interno idealizado. (ver Quadro I). Soma total de 22 pontos: A = 6; B = 7; C = 5 e 4 pontos na prancha Branca.

A história da lâmina 13, Branca, foi assim elaborada por M2:

"Um túnel de arco-íris colorido. Antes do túnel há muito verde, muita vida, mas não dá para ver nada além do túnel. Será que vale a pena caminhar? pra viver? pra ver? "

Como título para sua história escolheu "A vida" e, em seguida, ficou em silêncio, enquanto algumas lágrimas escorriam pelo seu rosto, num choro profundo de alguém que suplicava ajuda para gostar de viver.

Nas lâminas com três pessoas contou histórias que escamotearam as relações triangulares pelo acréscimo de personagens:

A3 – É uma fila de atendimento com três homens que procuram conversar com uma pessoa invisível. Um já foi atendido e os outros dois vão concluir também a procura de si mesmos.

B3 – Uma espiã ou detetive está olhando um casal de suspeitos. Ela está conversando com uma sua amiga, mas não pode ser descoberta pelo casal, pois é invisível e sócia dessa amiga. (mistura de delírio do

sósia com auto-cópia, conforme Afonso Fernandez).

C3 — São três homens reunidos para discutir algum trabalho. Um deles se volta para uma estátua, imagem, fica observando-a. De repente, uma luz vermelha reflete da imagem, parede e escada. A estátua ganha movimento e fica uma pessoa igualzinha à que estava observando e que é o seu criador (Delfrio do sósia). Todos os quatro tomam um cafezinho e voltam para o trabalho.

IV — DISCUSSÃO

Os motivos latentes são diferentes dos manifestos. Com M1, eles se referem à dificuldade da família em lidar com a morte, devido ao predomínio de fantasias onipotentes e de exigências excessivas do superego, impedindo o grupo familiar de ter pensamentos e de lidar com eles. A mãe escondeu de M1 que o amiguinho tinha se suicidado; o sujeito veio a saber por intermédio de um amigo da vizinhança, ao final do 1º ano escolar, época em que apareceram os problemas.

Os pais puderam respirar mais aliviados quando essas dificuldades foram apontadas na entrevista devolutiva. A excessiva idealização do filho e a pouca tolerância diante da frustração da finitude da vida levaram a um desenvolvimento hipertrofiado da capacidade de pensar, conforme achados de outros autores (Ocampo et al., 1979; Bion, 1965).

Apesar de M1 ter contado uma história frente à lâmina branca de modo bastante agressivo quando comparada com a de M2, a soma de pontos relativa ao equilíbrio adaptativo foi igual a 27 para M1 e 18 para M2 nas outras lâminas. Estes dados sugerem um prognóstico mais favorável para M1, que foi confirmado pela menor duração do tratamento. A aparente gravidade da agressividade de M1 pode estar relacionada ao fato de o superego infantil ser mais cruel e sádico, em comparação com o dos adultos (Simon, 1986).

Havia menor distância entre os motivos latente e manifesto no sujeito M2, pois a psicogênese da profunda melanco-

lia estava na presença constante de um luto não-elaborado, perturbado pela presença de um objeto interno vingativo (Simon, 1984; Rosa e Simon, 1988).

M2 ilustra como o pensamento pode ser personificado, como se fosse uma entidade com vontade própria: o olhar de um homem, na lâmina C3, cria uma pessoa e a transforma em objeto interno vingativo, com suas próprias vicissitudes como demonstramos em outro trabalho (Rosa e Simon, 1988).

A partir de um trabalho conjunto com o Prof. Dr. Ryad Simon e baseado nas concepções de seu artigo "Contribuição ao Estudo do Objeto Interno" (Simon, 1984), descreveram-se as relações objetais de M2 com o objeto interno vingativo. M2 tinha se desligado do universo, abandonara os pais, o namorado, os amigos, seu país e sua profissão para se absorver totalmente no relacionamento com a prima, sua sócia cuja imagem interna correspondia a uma moça forte, afável, culta e benevolente.

Enquanto M2 comportou-se como infeliz, a prima internalizada deixou-a em paz. Porém bastou que M2 voltasse a trabalhar e recomeçasse a se desvencilhar da prima morta, para que este objeto interno vingativo começasse a atemorizar a todos, com inspiração diabólica e perseguição.

Para Freud, o trabalho mais difícil para uma pessoa enlutada é admitir a perda do objeto amado.

M2 não suportou a perda prematura do objeto amado, introjetou-o e uma parte de seu ego identificou-se com o objeto perdido, uma prima que morrera de diabetes ainda jovem.

Entretanto, como demonstrou Knobel (1979) em "Episódios de mejoría maníaca en el curso del tratamiento analítico", a onipotência está diretamente vinculada à anialidade e as reações de melhoria maníaca que aparecem no decorrer da psicoterapia significam um triunfo do superego com ego, que enganado, se submete, entregando-se a uma aparente atividade instintiva libidinal. O superego, dissociado, expande sua destrutividade, impulsionando o sujeito à destruição, com sentimentos de alegria e satisfação, aumento da auto-estima e sentimentos de onipotência narcísica destrutiva. A aparente genitalidade adota então expressões anais, que fazem com que o sujeito renuncie

aos objetos bons ou os leve a uma condição anal destrutiva e se relacione exclusivamente com objetos maus idealizados. Portanto há, nos períodos maníacos, uma verdadeira finalidade masoquista destrutiva imposta pelo superego; representado em M2 pelo objeto interno vingativo. São comuns os ataques sádico-anais sobre o psicólogo durante a fase maníaca. (Rosa e Simon, 1988).

Examinando as reações da paciente ao tentar voltar-se para a vida, esboçando triunfantemente um retorno ao mundo externo, percebemos uma total depressão cheia de auto-recriações (do tipo "não devia estar fazendo psicoterapia"; "é tudo nhém... nhém... nhém"), impotência e idéias de suicídio. A hostilidade também aumenta neste período.

Seguiram-se semanas de profunda depressão. Sentia-se muito sensível, incapaz de tolerar o sofrimento. O preço que pagava para não sofrer era não viver. Sua vida, se queixava, transcorria numa superficialidade monótona e vazia. Esta era uma forma de evitar hostilidade da prima internalizada.

Gradualmente, M2 vai se interessando pelo mundo, embora muito superficialmente. Ultimamente, nos sonhos, a prima internalizada está menos vingativa — talvez por estar progredindo o trabalho de luto — e M2 tem alguma permissão para relacionar-se mais amistosamente com os vivos.

Os sentimentos depressivos se originam na etapa de vida que Klein chamou de "posição depressiva". A agressão produz culpa quando os objetos bom e mau estão sintetizados em um só, e quando os sentimentos de amor e ódio estão integrados, dirigidos para a mesma pessoa.

Na posição depressiva, se houver excessiva destrutividade dirigida ao objeto amado, a agressão é vivenciada como perda do objeto bom interno, que se torna persecutório, trazendo o sujeito de volta para a posição esquizoparanóide. Se a hostilidade ao objeto amado for tolerável, a posição depressiva se mantém, pois os sentimentos de culpa estimulam a reparação dos danos causados ao objeto bom e o ego se fortalece, bem como a relação amorosa com o objeto.

No luto saudável, o objeto perdido é internalizado como uma lembrança, havendo o reconhecimento de que não mais existe no mundo externo. Na melancolia e na neurose

obsessivo-compulsiva, quando há excesso de ódio, os objetos mortos não se extinguem, mantendo-se vivos no mundo interno e tendo por objetivo destruir ou escravizar o ego. Para Abraham (1965), nos estados maníaco-depressivos ocorre a expulsão repetida do objeto amado em certos intervalos de tempo, enquanto nos estados obsessivos existe uma tendência dominante de manter a posseção do objeto amado.

Entretanto, as duas doenças representam uma atitude diferente do paciente para com aquele crime (parricídio, matricídio ou filicídio) que não cometeu: na melancolia e na mania, executa este crime de tempos em tempos num plano psicológico (cerimonial dos festins totêmicos); na neurose obsessiva, ele efetua uma luta constante contra a sua perpetração. É comum, portanto, uma oscilação entre essas duas psicopatologias ao longo do tratamento.

Nos casos aqui apresentados, foi estatisticamente significativa e presente do objeto interno vingativo, revelado numa análise às cegas do Teste de Relações Objetivas de Phillipson (M1 com $p \leq 0,04$ M2 com $p \leq 0,01$). A reconstrução do mundo interno, desmoronado pelo objeto morto e idealizado, geralmente se faz com muita persistência e tolerância através do processo psicoterapêutico. As evoluções do objeto interno na relação de transferência parecem permitir aos pacientes experienciar, elaborar e reduzir suas angústias paranóides, caminhando em direção à posição depressiva com maior tolerância aos sentimentos de culpa.

Concluimos, portanto, que o "Teste de Relações Objetivas" é muito útil no psicodiagnóstico de pacientes depressivos, auxiliando o pensamento clínico para, através de um "teste da hipótese psicodinâmica", compreender o mundo interno desmoronado logo durante o psicodiagnóstico, mostrando características importantes do sistema tensional inconsciente, como a presença do objeto interno vingativo e as intensas angústias paranóides. Pudemos através desses dois casos ilustrar uma modalidade do pensamento clínico em psicodiagnóstico: a "Prova de Hipótese", uma das modalidades do "Pensamento Clínico em Psicodiagnóstico".

ABSTRACT

This paper describes the objectal relations of two severely depressed out patients, a single woman 29 years old and a little boy aged 10, with both presenting complaints associated to intense paranoid and persecutory anxieties and, on the psychodiagnosis, the occurrence of a vindictive internal object.

On the "Phillipson's ORT Test", the "adaptive equilibrium" was very poor for both the patients: 28 points (among 91) for M1 and 22 points for M2.

Although the told stories by M1 had more intense sadistic expressions, M2 stories highlighted the persecution of the vindictive internal object.

Some difficulties with the vindictive internal object on the depressive position working through.

The reconstruction of the inner world was made with a lot of persistence and tolerance to frustration.

REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAM, Karl, *Teoria Psicanalítica da Libido*. Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1970. Tradução do original inglês de 1965 por Christiano Monteiro Oiticica.
- BION, W. R., *Estudos Psicanalíticos Revisados*. Rio de Janeiro, Imago, 1988. Tradução do original inglês de 1965 por Wellington M. de Melo Dantas.
- KNOBEL, Maurício, *Episódios de Mejoría Maníaca en el curso del tratamiento analítico*. In A. Rascovsky y David Liberman, *Psicoanálisis de la Mania y la Psicopatía*. Buenos Aires, Ed. Paidós, 1979.
- LINO DA SILVA, Maria Emília, *Pensando o Pensar: com W. R. Bion*. São Paulo: M. G. Editores Associados Ltda., 1988.
- OCAMPO, M. L. S. e colaboradores, *Las Técnicas Proyectivas y el proceso psicodiagnóstico*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1979.

- PHILLIPSON, H., **Test de Relaciones Objetales**. Barcelona, Espanha, Ed. Paidós Iberica, 1981.
- ROSA, J. Tolentino e SIMON, Ryad, **Evoluções do objeto interno nos sonhos e na transferência (ainda no prelo)**.
- ROSA, J. Tolentino e colaboradores, **Contribuição ao Psicodiagnóstico de pacientes depressivos para psicoterapia breve**. Trabalho mimeografado apresentado no XX Congresso Interamericano de Psicologia. Caracas, Venezuela, 1976.
- SEGAL, H., **A obra de Hanna Segal: uma abordagem Kleiniana à prática Clínica**. Tradução do original de 1981 por Eva Nick. Rio de Janeiro, Imago, 1982.
- SIMON, Ryad, **Contribuições ao Estudo do Objeto Interno**. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 1984, 3, 283-300.
- SIMON, Ryad, **Introdução à Psicanálise: Melanie Klein**. São Paulo, E. P. U., 1986.
- TRINCA, Walter, **O Pensamento Clínico em Diagnóstico da Personalidade**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1983.

RESENHAS

A ARTE INTERIOR DO PSICANALISTA*

Maria Lúcia T. M. AMIRALIAN**

A grande maioria dos livros que abordam temas de Psicanálise tem se preocupado em transmitir aos leitores os conceitos psicanalíticos, seja a sua estrutura teórica, seja as condições apropriadas à prática psicanalítica. Com freqüência, esses textos enfocam as leis que governam o equilíbrio humano e os caminhos percorridos pelos sujeitos no seu desenvolvimento, junto às vicissitudes que impedem sua realização.

Neste livro, o autor nos mostra uma outra vertente da Psicanálise ao nos colocar em contato com sua preocupação: o espaço mental do psicanalista. Indubitavelmente esta rotação no enfoque para o outro par da díade cliente-terapeuta traz contribuições enriquecedoras e vem recobrir uma falha sentida por todos. Se pensarmos que todo o trabalho psicanalítico centra-se na relação terapeuta-cliente, a supremacia do conhecimento sobre o cliente, um saber necessário, mas não suficiente, rompe a harmonia desejada e necessária para um bom trabalho psicanalítico.

Ao refletir sobre o espaço mental do psicanalista, o autor traz à tona questões sempre presentes e universalmente propostas, mas ainda sem respostas definidas: Quais as condições prévias necessárias para se fazer uma análise? Como é o estado mental "sem memória e sem desejos"? Quais os objetos desse estado mental? Quais os produtos do funcionamento da mente com estas características? Quais os instrumentos utilizados por tais estados de mente? No decorrer de todo o texto estas questões são continuamente analisadas através de reflexões

(*) TRINCA, WALTER – *A Arte Interior do Psicanalista* – EPU/EDUSP 1988, p. 134.

(**) Professora do Instituto de Psicologia – USP.

do autor sobre processos ocorridos durante sua vivência prática como analista, oferecendo-nos propostas que esclarecem e enriquecem a compreensão destas 'condições de mente, fundamentais para uma relação psicanalítica.

Trinca inicia seu trajeto marcando a semelhança entre o espaço mental dos psicanalistas e dos artistas. Para ele, ambos em seu cotidiano precisam ser capazes de "ver" a beleza interna dos objetos, freqüentemente nublada pela concretude da matéria. Esta qualidade de mente é descrita em diferentes processos mentais, próprios do analista em seu trabalho: a imaginação artística, as imagens intuitivas, o espaço de acolhimento, a atmosfera dos sonhos, a harmonia dos movimentos, a mobilidade da obra de ficção, o alargamento do espaço mental, a rotação de perspectiva, a compreensão empática, a observação perspicaz, o ser e a verdade, a experiência da luz, que se assemelham ao processo dos artistas em seus momentos de criação. Assim como os artistas não se utilizam exclusivamente da memória consciente, do pensamento conceitual e dos objetos da mente para produzir sua arte, também os psicanalistas precisam se distanciar do concreto, do pensamento racional, das relações de espaço e tempo e causa e efeito, para atingir em um estado de leveza, flexibilidade e mobilidade. Estes estados mentais os tornarão capazes de captar o sentido inconsciente dos sentimentos não nomeados, e de transformar sensações sem nome em pensamentos mentalmente utilizáveis.

No decorrer de todo o texto vemos permeada a idéia da relação terapêutica como elemento desencadeador, no cliente, da possibilidade de emergência de sentimentos e significações INCS, e, no terapeuta, de processos mentais que facilitam a compreensão do cliente e possibilitam sua estruturação pessoal.

De acordo com Trinca, a condição que propicia este tipo de encontro é a mesma que favorece a criação artística e só pode ser adquirida pela experiência de vida plena, e principalmente pela alegria de viver. Para o Autor, a busca máxima das artes e ciências é a harmonia que se expressa em beleza, e o objetivo da análise é a obtenção da harmonia individual, também expressa pela beleza e alegria de viver.

Durante todo o texto o Autor nos remete à história das Artes, Ciências e Filosofia, mostrando a semelhança entre a

arte interior do psicanalista e cada uma das outras expressões artísticas. Este livro nos faz mergulhar na história, mostrando que nossa vida, e principalmente nossa mente, devem ser tão amplas que possam conter a história da humanidade, e só assim conhecermos a história do homem. Trinca leva-nos a pensar a mente humana como aquela cuja amplidão seja capaz de conter o universo todo.

Podemos concluir refletindo sobre a grande contribuição deste livro. Ao nos mostrar o caminho percorrido pelo Autor na sua profissão de analista nos ajuda em muitos momentos a identificarmos situações com que nos deparamos algumas vezes durante a prática terapêutica e a compreendermos nosso processo nessa relação, promovendo a abertura de nossas mentes para possibilitar encontros mais profundos e significativos. Por outro lado, a leitura agradável, rica de belas imagens e profundo sentir, nos coloca em contacto com uma verdadeira beleza e harmonia, características das obras de arte.

NOVAS TENDÊNCIAS E PROCEDIMENTOS NO DIAGNÓSTICO DE LEITURA *

Geraldina Porto WITTER **

Organizadores e autores do livro aqui focalizado têm uma ampla, ativa e rica experiência no campo do diagnóstico e da remediação de problemas de aprendizagem. Nestas circunstâncias, o leitor pode encontrar na obra informações sólidas que permitem rever a prática à luz de dados científicos. Todos os autores são docentes de universidades dos USA e a vivência dos mesmos em seus trabalhos de pesquisa e na prática de atendimento a pessoas com problemas de leitura está refletida nos capítulos que escreveram.

O livro compreende 11 capítulos, além da apresentação de um prefácio e de um posfácio, que acrescentam ao trabalho. O primeiro capítulo é assinado por Glazer e Searfoss, sendo uma excelente abertura para o livro como um todo. Começam por mostrar a trajetória das definições de leitura, cujas mudanças ocorreram em decorrência dos avanços científicos, mas também sociais, pedagógicos, bem como de modificações nos próprios estudantes. Apresentam uma perspectiva do que isso representou em termos de avaliação e diagnóstico.

Gentile e MacMillan fazem um reexame do desajustamento emocional, do estresse na leitura, enfatizando-se o auto-controle como meio de desenvolvimento e de superação das dificuldades. Abrams focaliza as relações entre leitura e outras dificuldades de aprendizagem, as quais devem ser vistas dentro de um complexo de interações bio-psico-sociais.

(*) GLAZER, S. M.; SEARFOSS, L. W. e GENTILE, L. M. (Orgs.) *Reexamining Reading Diagnosis: New Trends and Procedures*. Newark, Delaware: IRA, 1988, 178 páginas.

(**) Professora do Departamento de Pós-Graduação da PUCAMP e USP.

O capítulo seguinte trata de uma questão mais específica: a capacidade de codificação e sua avaliação. Descreve os níveis de avaliação da escrita inicial (pré-comunicativo, semi-fonético, fonético e de transição, incluindo um instrumento para triagem).

Readence e Martin apresentam alternativas para a avaliação da leitura que podem substituir os testes padronizados, considerando que instrumentos padronizados são de difícil confecção, inexistem em muitos países, como é o caso do Brasil. Este é um capítulo particularmente sugestivo para essas regiões. Além disso, essas medidas são também válidas, viáveis e úteis, quer para a prática profissional (acadêmica e clínica), quer para a pesquisa. Gagney dá continuidade a esse assunto no capítulo seguinte, no qual trata de alternativas para o diagnóstico.

Dentro de um enfoque de unificação, Brown e Lylle mostram a relevância de integrar avaliação e instrução, quer do prisma teórico, quer do prático, tanto da pesquisa como do ensino.

Bean trata da produção de texto, mostrando a importância da recuperação e da organização da informação para quem atua como autor. De fato, **"as pesquisas sobre estrutura de texto mostram que ensinar o aluno a perceber as pistas estruturais usadas pelo autor ajudam na compreensão e na retenção da informação"** (pág. 126). Apresenta estratégias para essa modalidade de ensino.

Morrow apresenta como fazer avaliações qualitativas e quantitativas do recontar histórias, atividade essa usada como diagnóstico, enfocando a compreensão e a estrutura das histórias reproduzidas. Esta modalidade de avaliação viabiliza a seleção de estratégias instrucionais compatíveis com o nível de desempenho dos sujeitos.

O uso do computador como meio de aplicação de testes, de ensino e de outros programas em Psicologia vem se tornando cada vez mais freqüente, desde os anos setenta. Shannon focaliza aqui seu uso em nível de diagnóstico de leitura. Além disso, apresenta instrumento para observação do sujeito enquanto trabalha com o computador. Trata-se de instrumento de fácil uso, com medida em nível de escala. Ele poderá ser de grande utilidade não apenas para os que vêm usando o

computador como meio de avaliação da leitura, mas também para os que o estão empregando para qualquer outra finalidade educacional ou clínica. Considerando que o computador vem sendo implantado como recurso de ensino no Brasil, com grande entusiasmo, seria conveniente usar os cuidados e instrumentos referidos por Shannon ou outros similares.

O último capítulo se insere na área de arquitetura ambiental interior. Focaliza arranjos físicos, agrupamentos e aspectos etnográficos do ambiente que repercutem na leitura, aplicando as propostas de Glazer e Searfoss em sala de aula.

Trata-se de livro de grande utilidade para docentes e pesquisadores dedicados às questões envolvendo o comportamento de ler. Seria relevante contar com a obra em português, viabilizando assim seu acesso a todos os que trabalham na área, no Brasil e em outros países de língua portuguesa.

Embora todos os capítulos estejam ligados à proposta de Glazer e Searfoss, podem ser lidos independentemente uns dos outros, constituindo excelente material para seminários em cursos sobre leitura em que a preocupação com o diagnóstico e o treino estejam explícita ou implicitamente subjacentes. Conteúdo, clareza e precisão tornam a obra de leitura obrigatória para os que trabalham nessa área.

ENSINO DE VOCABULÁRIO E COMPREENSÃO DA LEITURA*

Geraldino Porto WITTER**

William Nagy é pesquisador do Center for the Study of Reading, University of Illinois, at Urbana-Champaign, tem vários trabalhos publicados, especialmente sobre o ensino de vocabulário e suas implicações para a leitura.

O vocabulário é fundamental para a comunicação e para a compreensão da leitura, tendo este fato sido amplamente demonstrado em muitas pesquisas. Além disso, a proporção de "palavras difíceis" em um texto é o melhor preditor isolado da inteligibilidade de um discurso. Assim sendo, não é de estranhar que, especialmente a partir dos anos sessenta, muitos pesquisadores tenham dedicado grande parte de seu tempo à pesquisa de questões envolvendo o vocabulário e seu desenvolvimento, incluindo teste de procedimentos para isso, quer em nível da primeira língua, quer da aquisição de línguas estrangeiras. Linguístas, sociólogos, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos e professores têm se dedicado a essa tarefa.

O livro de Nagy é um reflexo deste esforço uma vez que, tendo por base a vasta bibliografia de pesquisa e a vivência de ajudar as pessoas a superarem as dificuldades de leitura, organiza informações de grande utilidade para os que ensinam, os que cuidam da prevenção e da remediação dos problemas de leitura. Pode-se dizer que o autor consegue seu objetivo de estabelecer uma ponte entre a pesquisa e a aplicação em sala de aula, ou mesmo para os gabinetes e consultórios de atendimento clínico.

(*) NAGY, William E. *Teaching vocabulary to improve reading comprehension*. Newark, Delaware: ERIC, NCTE e IRA, 1988, 49 p.

(**) Professora do Departamento de Pós-Graduação da PUCCAMP e USP.

Na introdução, o autor situa rapidamente a importância da questão, lembrando que o foco da atenção será a problemática das pessoas que já superaram os estágios iniciais (alfabetização) da aquisição da leitura, para as quais "aprender novas palavras implica adquirir novos significados, não apenas em reconhecer em palavras impressas o que na realidade é parte de seu vocabulário oral" (p. 2). Também busca fazer a relação entre essa aprendizagem e outros aspectos da leitura. Todavia neste aspecto particular poderia ter enriquecido mais seu trabalho, sendo demasiado sucintas as colocações feitas.

Exemplos ricos e úteis permeiam toda a obra, são sugestões básicas, mas que não constituem receituários; fornecem ao professor conhecimento do **como** e do **porquê** escolher certos procedimentos e de **como** maximizar sua eficiência

O autor apresenta, de forma clara e precisa, as conclusões de pesquisas recentes que evidenciaram as razões pelas quais o ensino de vocabulário pode não ter êxito, incluindo o considerar suficiente um conhecimento parcial da palavra. Descreve resumidamente os métodos tradicionalmente usados para o ensino de vocabulário: enfoque de definição, enfoque contextual, enfoque natural e as possibilidades de combinações.

Apresenta as qualidades que uma instrução de vocabulário precisa ter para se tornar mais efetiva. As pesquisas mostraram que é necessário que três propriedades sejam respeitadas para que o ensino seja efetivo: integração, repetição e uso significativo. A integração implica em mapeamento semântico, análise dos traços semânticos, na organização (hierárquica e linear) do significado com ênfase no conceito implícito no vocábulo. A repetição é vista como fundamental, estando relacionada com a hipótese da eficiência verbal, amplamente estudada desde 1979. Dada a relevância que este tema vem tendo na literatura dos últimos três a cinco anos, o Autor poderia ter dado um espaço maior à matéria. O uso significativo é enriquecido com o AIM Game, desenvolvido em 1983, o que por suas possibilidades mereceria ampla pesquisa em vários países (A = Associating Ideas; I = ideas to match e M = Hypothesis, your opinion).

A eficiência da instrução para o desenvolvimento do vocabulário é fundamental para que se registre progresso apreciável no desempenho em leitura. As pesquisas têm mostrado

que uns procedimentos são mais efetivos que outros. Todavia a redundância existente no texto é uma variável importante, posto que "exatamente qual a proporção de palavras desconhecidas que um leitor pode tolerar depende da natureza do texto, do papel das palavras não familiares no mesmo e do propósito da leitura" (p. 29).

Um aspecto cuidado pelo autor diz respeito à aprendizagem acidental de vocábulos, cabendo ao docente ou a quem se ocupe com o desenvolvimento do leitor cuidar para viabilizar ou tornar mais provável a referida aprendizagem. Outro cuidado especial está na escolha dos vocábulos que serão utilizados nos programas de instrução, especialmente nos de caráter intensivo.

Nagy aponta ainda para a necessidade de mais pesquisas que venham a esclarecer pontos ainda pouco claros quanto à ação de alguns procedimentos, com resultados contraditórios.

A bibliografia de apoio usada é rica, recente e pertinente, fornecendo por si só uma base para aprofundamento no estudo das questões enfocadas.

Trata-se, pelo exposto, de obra de interesse para vários profissionais que atuam na área da leitura; escrita com clareza e precisão, traz sugestões e orientações muito úteis.

REVISÃO E AVALIAÇÃO DE TESTES DE LEITURA*

Raquel Souza Lobo GUZZO**

A área de avaliação de leitura tem evoluído constantemente em função da variedade de novos testes que vem sendo desenvolvidos, ao mesmo tempo que antigos têm sido revisados e adaptados. Este livro foi escrito com o objetivo de propiciar a professores e especialistas um estudo pormenorizado de instrumentos e procedimentos para o diagnóstico e avaliação de leitura, baseado na argumentação de que professores e especialistas precisam conhecer profundamente não somente os instrumentos de avaliação disponíveis na área, como também as tendências e perspectivas de avaliação deste material.

Trata-se de um estudo conduzido pelo Comitê de Avaliação de Instrumentos Diagnósticos da Associação Internacional de Leitura (IRA). Foram identificados e listados 34 diferentes testes, individuais e de grupo, que avaliam a leitura, e enviados a profissionais responsáveis pelo diagnóstico desta habilidade em 25 estados norte-americanos. Esses profissionais deveriam apontar de 10 a 15 mais importantes para serem revistos pelo Comitê. Retornaram para análise 60% dos questionários enviados, tendo sido sorteados 12 instrumentos dos mais citados para serem estudados.

Para esta análise foram estabelecidos critérios baseados, principalmente, na descrição do conteúdo do teste, do seu desenvolvimento, sua validade e fidedignidade, forma de administração, pontuação e manual de instrução. Os autores apresentaram considerações sobre cada um desses aspectos, enfatizando a necessidade de revisão ampla dos mesmos, funda-

(*) *Diagnostic and criterion-referenced reading tests: review and evaluation.*
Ed. Leo M. Schell. International Reading Association, Inc 2ª Ed. 1984.

(**) Professora de Pós-Graduação em Psicologia — PUCCAMP

mentada em parâmetros científicos. Consideraram ainda essencial que os testes sejam cuidadosamente estudados, antes de serem colocados no mercado à disposição de especialistas, cabendo às editoras a responsabilidade desta avaliação e deste controle.

Na segunda parte do livro, 12 testes de leitura foram apresentados segundo uma forma padrão:

a) **Identificação:** contendo título, edição, autor, editora, data da publicação, revisores e críticas.

b) **Considerações gerais:** onde foram apresentadas características do instrumento em uma descrição detalhada de sua composição e sub-itens.

c) **Interpretação dos resultados:** onde foram apresentados aspectos da pontuação e dos resultados previstos pelo instrumento.

d) **Normas:** considerações sobre administração, padronização e estabelecimento de critérios para o teste.

e) **Validade e fidedignidade:** onde foram apresentados estudos e pesquisas para o cálculo de fidedignidade e validade dos testes.

f) Ao final, uma conclusão com uma análise crítica do instrumento avaliado.

Para nós no Brasil, que não estamos acostumados a uma revisão crítica de nossos instrumentos de avaliação específica e mesmo de diagnósticos psicológicos, este livro apresenta-se como muito importante, tanto pela seriedade com que explicita a análise crítica dos instrumentos, quanto pelo incentivo a essa prática em nosso meio.

A situação do diagnóstico psicoeducacional, especialmente no Brasil, vem merecendo atenção especial de estudiosos e pesquisadores de área, e este livro torna-se um precioso instrumento de auxílio para aqueles que vêm desenvolvendo estudos nessa direção.

Os instrumentos ora analisados são considerados úteis para o diagnóstico/avaliação de habilidades de leitura e podem ser aplicados tanto por professores quanto por especialistas, no caso o psicólogo escolar, quando o interesse for a identificação

de problemas, distúrbios ou dificuldades na aprendizagem, sobretudo a aprendizagem acadêmica.

São escalas ou baterias que avaliam o desempenho cognitivo dos estudantes, diante de situações semelhantes à acadêmica e que envolvem basicamente a competência verbal. Um dos testes avaliados, e mais difundido na comunidade brasileira, foi o Peabody Individual Achievement Teste (PIAT), o qual se caracteriza por ser um instrumento de medida do desempenho geral do estudante, assim como de áreas específicas quais sejam matemática, leitura e conhecimentos gerais.

Embora este livro analise criticamente testes, escalas ou baterias que sirvam, principalmente, ao diagnóstico psicoeducacional, o mesmo procedimento deveria ser aplicado aos instrumentos de diagnóstico estritamente psicológico, como, por exemplo, aos testes de nível intelectual. Talvez desta forma pudessemos melhorar a qualidade dos diagnósticos psicológicos que vêm sendo desenvolvidos no país, como instrumentos mais conhecidos e adaptados à nossa realidade.

INFORMATIVO

DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS

- 02-12-75 SONIA MARIA RIBEIRO WOLF
Orientador: Dr. Miguel de La Puente
"Uma Experiência de Grupo de Encontro Básico com Jovens Sujeitos Farmacodependentes".
- 27-07-76 SAULO MONTE SERRAT
Orientador: Dr. Jefferson Morris Fish
"Aspectos Cognitivos e Educacionais de Crianças e Adolescentes Vítimas da Talidomida".
- 27-07-76 MARIA EMILIA TORMENA
Orientador: Dr. Jefferson Morris Fish
"Desenvolvimento Motor em Pré-Adolescentes e Adolescentes Vítimas da Talidomida".
- 27-07-76 REGINA MARIA LEME LOPES DE CARVALHO
Orientador: Dr. Jefferson Morris Fish
"Psicodiagnóstico de Rorschach em Pré-Adolescentes Vítimas das Talidomida".
- 22-06-77 SEBASTIÃO ELISEU JÚNIOR
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Mecanismos de Defesa do Ego na Formação do Sonho".

- 04-07-77 GERALD GREGORY JUNIOR
Orientador: Dr. Gerardus Johannes Maria van den Aardweg
"Teoria da Autopiedade Compulsiva Infantil e Terapia Antiqueixa. Experiência em Clientes Brasileiros e Estudo Longitudinal do Tratamento de um Caso".
- 30-12-77 MARIANO STACIESKI
Orientador: Dr. Gerardus Johannes Maria van den Aardweg
"Neuroticismo e Fatores Psicológicos na Infância do Delinqüente".
- 30-12-77 VICENTE DE PAULA MORETTI GUEDES
Orientador: Dr. Gerardus Johannes Maria van den Aardweg
"O Inventário de Campinas e Problemas Emocionais de uma População Colegial".
- 17-01-78 SONIA MORAES JAEHN
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Estudo Comparativo das Relações Afetivo-Emocionais entre Crianças criadas em Família, através do Psicodiagnóstico de Rorschach".
- 17-01-78 TERESA CARIOLA
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Avaliação da Diferença Intelectual em Crianças Educadas em Instituições e Família Através do Psicodiagnóstico de Rorschach".
- 27-04-78 JUDITH BUONOMANO
Orientador: Dr. John Boren
"Mudança de Cultura, Depressão e a Dimensão Locus of Control".
- 21-06-78 ARY NEPOTE
Orientador: Dr. João Carlos Nogueira

"A Linguagem como Instrumento Regulador e Mediador da Identidade Humana".

- 22-06-78 MARIA ELIZA GUIMARÃES JORDÃO
Orientador: Dr. John Jay Boren
"O Uso da Técnica de Fumar Rápido e Quatro Esquemas Diferentes de Auto-Registro de Segmento para Modificar o Comportamento de Fumar".
- 11-09-78 ILKA DA VEIGA MORONI
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Curso Programado em Escola Secundária: Análise de Duas Variáveis Internas".
- 30-03-79 SERGIO POGETTI FILHO
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Modificação do Comportamento Verbal (Gagueira) em Ambiente Natural: Dois Estudos de Caso".
- 28-06-79 HIPÓLITO CARRETONI FILHO
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Biofeedback: Uma Revisão Monográfica".
- 30-08-79 MYRIAN LÚCIA MAZZARELLA
Orientadora: Dra. Raquel Rodrigues Kerbauy
"Educação e Uma Escola Pública Municipal: Visão dos Alunos, Pais e Professores".
- 01-10-79 ELIZABETH TEREZA BRUNINI SBARDELINI
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Um Estudo sobre Homossexualismo Feminino e Neuroticismo".
- 01-10-79 EDUINO SBARDELINI
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Neurotismo e Homossexualismo Masculino."
- 18-10-79 MARIA SILVIA PRADO GALUPPO
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Aplicação do Procedimento de Azrin e Foxx

(1974) para o Controle da Micção em Crianças Normais: Alguns Problemas e Implicações Práticas".

- 08-11-79 ANA MARIA TERESA BENEVIDES PRESTES DE CAMARGO
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Uma investigação da Personalidade de Estudantes de Psicologia Através do Método de Rorschach".
- 10-04-80 MARTHA MARIA CANTATORI ROMANO PAVAN
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Observação Versus Manipulação na Aquisição do Conceito de Número através da Técnica de Escolha de Acordo com o Modelo em Crianças Atrasadas".
- 18-04-80 IVAN ROBERTO CAPELLATO
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Uma Contribuição ao Estudo do Autismo Infantil – A Relação Pais e Filho".
- 20-06-80 ANA MARIA ARANTES
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Tentativa de Compreensão da Dinâmica Psicológica de Mulheres Obesas – Estudo Realizado Através da Prova de Rorschach".
- 25-09-80 ROMAN LAY BECERRA
Orientador: Dr. Miguel de La Puente
"Utilidade Clínica do "Teste de Vida" em Criança de 7 a 11 anos de Idade".
- 18-11-80 OSVALDO BRASIL SILVEIRA ALMEIDA
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"A Função do Delírio Persecutório em Pacientes Psicóticos do tipo Esquizofrênico Paranóide".
- 11-12-80 LEILA HEIMBURG FERRUA
Orientadora: Dra. Antonieta Marília de Oswald Andrade

- "Educação Sexual: Análise Crítica de Uma Experiência"**.
- 23-12-80 MARIA ALICE SALVADOR BUSSATO DE AZEVEDO
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"A Aplicabilidade da Psicoterapia na Psicologia Clínica Comunitária Brasileira".
- 30-01-80 LEILA JORGE
Orientador: Dr. José Carlos Simões
"Efeitos de Duas Drogas de Abuso Anfetamina e Cetamina no Comportamento de Pombos, sob um Procedimento de Aquisição Repetida".
- 27-02-81 MARIA ELIZABETH VIOTTO
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Estabelecimento de Critérios para Avaliação de Relatos Auto-Biográficos Escritos de Pacientes sob Atendimento em Terapia Antiquieixa".
- 27-04-81 ACÁCIA APARECIDA ANGELI DOS SANTOS
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Desenvolvimento do Hábito de Leitura e Compreensão de Textos através da Aplicação de Fichas: Um Estudo com Adolescentes Carentes".
- 04-05-81 SOFIA HELENA PORTO DI NUCCI
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Análise Interna de Uma Medida Comportamental de Assertividade".
- 07-05-81 ELZA LAURETTI GUARIDO
Orientadora: Dra. Antonieta Marília de Oswald Andrade
"Percepção de Controle Sobre o Trabalho em Grupo de Ferroviários".
- 15-06-81 OSCAR ROSSIN SOBRINHO
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"O Atraso Mental: Uma Abordagem Psicanalística".

- 22-10-81 DAISY INOCÊNCIA MARGARIDA DE LEMOS
Orientadora: Dra. Walderez de Barros Fontes Bittencourt
"Aplicação e Avaliação de Um Programa de Treino Assertivo a um Grupo de Menores Institucionalizados".
- 09-12-81 CYNTHIA MARIA RODRIGUES ROSA
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Utilização de Estratégias Cognitivas e Comportamentais para Tratamento de Ansiedade Verbal".
- 17-12-81 CARMEN GARCIA DE ALMEIDA MORAES
Orientadora: Dra. Antonieta Marília de O. Andrade
"A Vida de Casada: Descrição e Análise de Alguns Aspectos do Relacionamento Conjugal e Sexual de Um Grupo de Mulheres".
- 04-02-82 LUCILIA DE LURDES LUCCHIO GOLDESTEIN
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Comparação de Três Modalidades de Aplicação de Um Programa de Auto-Controle do Peso a Adultos Obesos".
- 11-02-82 VERA LÚCIA PESSAGNO
Orientador: Dr. Miguel de La Puente
"Psicodrama de Casais — Seis Estudos de Caso".
- 19-03-82 MARIA HELENA MANTOVANI
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Utilização de Procedimentos de Modelação, Expansão e Imitação no Desenvolvimento de Conceitos em Oposição por Crianças de Quatro Anos".
- 22-03-82 ALMIR DEL PRETTE
Orientador: Dr. Álvaro Pacheco Duran
"Treinamento Comportamental Junto à População não-Clínica de Baixa Renda: Uma Análise Descrita de Procedimentos".

- 31-03-82 MAURA ALVES NUNES GONGORA
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Depressão: Teorias da Aprendizagem e Construção de Uma Escala Brasileira para Avaliá-la".
- 02-04-82 MARIA ADÉLIA JORGE MAC-FADDEN
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Estudo Sobre a Personalidade de Pacientes Psoriáticos Através da Prova de Rochach".
- 14-06-82 DAYSE MARIA BORGES KEIRALLA
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"A Influência de Diferentes Condições de Pré-Treino na Aquisição de Respostas Textuais".
- 28-06-82 LYSETE FORLENZA PESGINELLI DE MORAES
Orientador: Dr. Miguel de La Puente
"Estudo de Um Caso Clínico Submetido a Terapia Antiquieixa Proposta por G. J. M. van den Aardweg".
- 06-07-82 HILDA RAY SALMONA
Orientador: Dr. Miguel de La Puente
"O Processo Experimental da Terapia Antiquieixa – Proposta por Gerard G. J. M. van den Aardweg".
- 13-09-82 MARIA ISABEL T. C. OLIVEIRA
Orientadora: Dra. Antonieta Marília de Oswald Andrade
"Terceira Idade e Aposentadoria: Sinônimos de Crise".
- 20-09-82 MARCUS VINICIUS SIEBURGER
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Juventude e Sexo. Um Estudo do Comportamento, Atitudes e Conceitos Sexuais do Adolescente de Nossa Sociedade".

- 28-09-82 RUTH MATTOS DE CERQUEIRA LEITE
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Relação entre Distúrbios da Menstruação e Fatores Emocionais na Adolescência".
- 14-10-82 MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA NERY
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Sexualidade Humana: Disfunções Sexuais, Conhecimento e Atitudes com Relação a Sexo. Esquema de Um Curso de Orientação Sexual".
- 26-11-82 MARIA APARECIDA GOBBY DUCATTI
Orientador: Dr. Walter Trinca
"Um Estudo sobre os Sentimentos dos Pais Decorrentes da Adolescência dos Filhos".
- 07-03-83 LÚCIA HELENA TIOSSO
Orientador: Dr. Miguel de La Puente
"O Humor na Terapia Antiqueixa".
- 25-04-83 JOSÉ LUIZ DO AMARAL BATISTA
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Desenvolvimento e Teste de Um Sistema para Medir e Latência Inicial do Sono no Ambiente Natural do Sujeito".
- 19-05-83 OLIMPIA DO CARMO FERREIRA
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Prática Médica – Prática Umbandista: Duas Formas de Lidar com o Doente Mental".
- 20-05-83 GETRUDIS GARCIA BARREIRA
Orientador: Dr. Walter Trinca
"Repercussões no Psiquismo Infantil de Cirurgias Lábio-Palatais Realizadas nos Primeiros Dezoito Meses de Vida".
- 01-10-83 MARIA TERESA GIMENEZ
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Estudo Clínico da Fobia Escolar".

- 06-10-83 NORMA SAN'TANA ZAKIR
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Efeitos da Liberação e Retirada de Fichas na Frequência de Comportamentos Pré-Sociais e Anti-Sociais".
- 19-12-83, FÁTIMA CRISTINA SOUZA CONTE
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Encoprese – Estudo de Caso de Discussão Sobre a Intersecção Entre a Prática Clínica e a de Pesquisa".
- 27-12-83 MARIA ZILAH DA SILVA BRANDÃO
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Programação e Análise de Contingentes para a Alteração de Deficits e Excessos Comportamentais em uma Criança Autista".
- 27-12-83 MEYRE DOS SANTOS EIRAS
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"A Gravidez como Etapa do Desenvolvimento da Mulher, Relatos de Grávidas Sobre Suas Experiências e Sentimentos à Parentalidade".
- 28-12-83 ESMERALDA APARECIDA COLOMBO MEDEIROS
Orientadora: Dra. Antonieta Marília de Oswald Andrade
"Mulher na Terceira Idade: Uma Tentativa de Levantamentos de Determinantes da Solidão".
- 27-04-84 ALFREDO JORGE SALLUM AL'OSTA
Orientador: Dr. Walter Trinca
"Validação do Procedimento de Desenhos – Estórias em Pacientes Psicóticos Maníaco-Depressivos Hospitalizados".
- 03-05-84 LUDMILA KLOCZAK
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Relação Entre Auto-Conceito e Expectativas

de Moças e Rapazes Quanto aos Atributos de Um Parceiro Conjugal”.

- 24-08-84 VERA LÚCIA MENEZES DA SILVA
Orientador: Dr. Silvio Paulo Botomé
“A Percepção do Trabalho do Psicólogo Clínico em Depoimentos de Estudantes de Psicologia”.
- 31-08-84 ANTONIO CLAUDIO MÁZZARO
Orientador: Dr. Walter Trinca
“Investigação Clínica da Personalidade de Adolescentes Homicidas Através do Procedimento de Desenhos-Estórias”.
- 14-09-84 SÔNIA MARIA PETROCINI
Orientador: Dr. Walter Trinca
“Menor Abandonado: Estudo Comparativo de Duas Diferentes Instituições”.
- 24-09-84 CELIA ISABEL BENTO MAIA
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
“Análise de auto-Relatos de Mães e Pais Sobre Experiências e Sentimentos Ligados a Parentalidade e a Vida Adulta”.
- 12-12-84 HELGA HINCKENIKEL REINHOLD
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
“Stress Ocupacional do Professor I”.
- 14-12-84 RICARDO JUSTINO FLORES
Orientador: Dr. Walter Trinca
“A Utilidade do Procedimento de Desenhos e Estórias na Apreensão de Conteúdos Emocionais em Crianças Terminais Hospitalizadas”.
- 28-01-85 REGINA ELISABETE SECAF SILVEIRA
Orientadora: Dra. Maria Clotilde Rossetti Ferreira
“Oportunidades de Contato entre o Adulto e a Criança em Creches”.

- 25-03-85 NILTON ANTONIO SANCHES
Orientador: Dr. Antônio I. Tézis
"Estudo Epidemiológico de Clientes da Clínica — Escola do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (MG).
- 15-04-85 MARIA LÚCIA CASTILHO ROMERA
Orientador: Dr. Roosevelt Moisés S. Cassorla
"Considerações sobre Aspectos Psicológicos da Gravidez, Parto e Puerpério na Adolescência".
- 30-08-85 VILMA MARIA BARRETO PAIVA
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"A Velhice e o Corpo na Opinião de Homens e Mulheres na Meia-Idade e na Velhice".
- 03-11-85 MARIANGELA GENTIL SAVOIA
Orientadora: Walderez de Barros Fontes Bittencourt
"Estudo Exploratório sobre a Repercussão Psicológica da Menopausa em um Grupo de Mulheres de Um Hospital Público".
- 22-11-85 VALDEQUE RIBEIRO NOGUEIRA PORTO
Orientador: Dr. Walter Trinca
"Estudo da Validação de Um Procedimento de Desenhos de Família com Estórias, destinado a Exploração Clínica da Personalidade de Crianças".
- 26-12-85 SUELI REGINA GALLO
Orientador: Dr. Miguel de La Puente
"A relação Terapeuta-Paciente na Psicologia Centrada na Pessoa".
- 27-12-85 DENISE MARIA GUIARD DIAS
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Modelo de Treinamento Múltiplo para Deficientes Mentais de Habilitação para Professores Especializados na área".

- 13-03-86 REGINA MARIA DE SOUZA
Orientador: Dr. Antônio I. Térzis
"Contribuição ao Estudo da Personalidade de Adolescentes Surdos Através do TPC de Max Pfister".
- 15-03-86 TEREZINHA EDUARDES KLAFKE
Orientador: Dr. Roosevelt Moisés S. Cassorla
"O Médico Lidando com a Morte: Aspectos da Relação Médico-Paciente Terminal em Cancero-logia".
- 27-03-86 ALMIR LINHARES DE FARIA
Orientador: Dr. Miguel de La Puente
"Investigação Sobre Valores a Respeito do Ser Humano Presentes em Psicoterapeutas e em Suas Práticas Clínicas".
- 04-04-86 SUELI APARECIDA FREIRE
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Experiências de Vida Adulta, Mudanças Sociais e Criação de Filhos Segundo Depoimentos de Pais e Mães de Crianças de 02 a 05 anos".
- 14-04-86 SONIA EL HAULI
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Depoimentos de Pais e Mães com Referência a Parentalidade e a Vida Adulta, por Ocasão da Saída dos Filhos de Casa".
- 24-04-86 MARCIONILA RODRIGUES DA SILVA BRITO
Orientador: Dr. Luiz Ernesto Rodrigues Tápia
"Dinâmica das Relações Familiares e Perturbações no Processo de Identificação de Meninos com o Papel Sexual Masculino".
- 25-04-86 JOSÉ ANTONIO JACÓ ARGUMEDO
Orientadora: Dra. Terezinha Moreira Leite
"Psicoterapia em Grupo com Crianças".

- 02-05-86 HILDA MARIA ALOISI
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Auto-Conceito e Sexualidade na Opinião de Pessoas Portadoras de Deficiência Física".
- 23-05-86 JUREMA LEÃO MONTE ARRAIS TONELLI
Orientador: Dr. André Jacquemin
"Uma Contribuição ao Estudo da Violência Através do Psicodiagnóstico de Rorschach".
- 09-06-86 LYLIAN CRISTINA PILZ PENTEADO
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"O Comportamento da Mulher na Sociedade Atual: Uma Investigação Sobre as Opiniões e Atitudes das Pessoas Frente ao Tema".
- 28-10-86 RAQUEL DOS SANTOS L. V. PINHEIRO
Orientador: Dr. José Tolentino Rosa
"Estudo Clínico da Influência de Dois Procedimentos de Grupo na Resposta Sexual de Mulheres com Disfunção Sexual".
- 16-12-86 MARIA CHRISTINA MONTEIRO STROKA
Orientadora: Dra. Anita Liberalesso Neri
"Conceito de Autoridade Paterna em Pais de Diferentes Idades: Um Estudo Exploratório".
- 09-04-87 MARLI RODRIGUES LUNEZO G. DE OLIVEIRA
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"O Papel do Pediatra na Abordagem dos Problemas Psicológicos da Criança".
- 16-04-87 ANTONIO CARLOS MEZÊNCIO DIAS
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Estudo Exploratório de Alguns Farmacodependentes em Tratamento em uma Instituição de Campinas".

- 21-05-87 REGINA MARA J. GOMES
Orientador: Dr. Antónios I. Térzis
"Estudo Descritivo das Circunstâncias, Motivações e Sentimentos Envolvidos no Abortamento Provocado".
- 04-06-87 MARIA HELENA DE CAMARGO ISHIDO
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Deficiência Mental e o Impacto no Casal Parental – Estudo Psicológico de um Tipo Especial de Luto".
- 17-06-87 MARIA DO SOCORRO MOREIRA
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Infidelidade Conjugal: Um Estudo de Comportamentos e Atitudes de uma amostra de homens e mulheres de nível educacional superior da cidade de Londrina".
- 17-09-87 MARIA CELINA PEIXOTO LIMA
Orientador: Dr. José Tolentino Rosa
"Sexualidade masculina e Atendimento Psicológico na Reabilitação de pessoas portadoras de lesão medular. Um Estudo Exploratório".
- 26-10-87 CLÁUDIO VITAL DE LIMA FERREIRA
Orientador: Dr. Antónios I. Térzis
"Estudo Epidemiológico das doenças mentais em amostra hospitalar no sul de Santa Catarina".
- 04-11-87 HELOÍSA DE SOUZA CAMARGO PIERI
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Estudo do Desenvolvimento Psicosssexual e o Fator de Dependência de Adolescentes Toxicômanos em Psicoterapia Analítica".
- 24-08-88 ROSANE MULLER COSTA
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Comparação da Incidência de traços Autísticos no Período de 0 a 2 anos de Idade, em 3 grupos de Crianças."

- 01-09-88 HELENA DE CERQUEIRA LEITE HEXSEL
Orientadora: Dra. Maria Emília Lino da Silva
"Separações e Defesas Maníacas no Processo terapêutico".
- 27-09-88 ELUZA MARIA NARDINO ENCK
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Observação de Bebês na Creche e na Família".
- 03-10-88 MILTOM VICENTE FERNANDES
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Teste Quick de Ammons & Ammons – Uma Adaptação para Crianças da Cidade de Uberlândia-MG".
- 07-10-88 MARLY APARECIDA FERNANDES
Orientadora: Dra. Maria Emília Lino da Silva
"Fantasias Inconscientes de Primigestas Através do Procedimento de Desenhos-Estórias".
- 26-10-88 MARÍLIA MARTINS VIZZOTTO
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Ausência Paterna e suas Associações à Psicodinâmica e ao Aproveitamento Escolar da Criança".
- 04-11-88 MARIA DAS GRAÇAS REIS NASCIMENTO
Orientador: Dr. Antônio Tércis
"Estudo Clínico sobre a Natureza das Relações Objetais em Mulheres com Câncer de Mama".
- 02-12-88 RITA HELENA S. DE OLIVEIRA ZELLERHOFF
Orientador: Dr. Maurício Knobel
"Maus Tratos Físicos na Infância: Aspectos Psicodinâmicos de Pais Agressores e Crianças Maltratadas".
- 13-12-88 ELIZABETH ABIB PEDROSO DE SOUZA
Orientadora: Dra. Marilda Novaes Lipp
"Incidência de Stress no Período Pré-Menstrual em Mulheres Epiléticas".

13-12-88

MARA LUCIA BRUCÇO CRISTOVAM

Orientador: Dr. Antônio Têrzi

"Uma Contribuição ao Estudo de Traços de Personalidade do Paciente Insuficiente Renal Crônico Através do MMPI (Inventário Multifásico Minnesota de Personalidade)."

ESTUDOS DE PSICOLOGIA

Revista Semestral do Instituto de Psicologia da PUCCAMP

Estudos aceita colaborações que lhe forem espontaneamente enviadas, reservando-se o direito de publicá-las ou não, conforme avaliação dos Editores. Os temas abordados serão os relacionados com as várias áreas de Psicologia e Ciências afins dando-se preferência aos trabalhos resultantes de pesquisas originais. Os originais devem conter no máximo 30 laudas datilografadas, 21,5 x 31,5cm, de 30 linhas cada uma, em espaço duplo, e remetidos em 3 vias, seguindo o formato dos artigos aqui publicados, e obrigatoriamente acompanhados de um resumo em português e outro em inglês de 10 linhas*.

* Os nomes dos autores, bem como sua vinculação profissional, devem aparecer em folha separada do texto, de modo a possibilitar, sem identificação, um julgamento da autoria do trabalho. Cada artigo será julgado por dois membros do Conselho Editorial. Em caso de desacordo, o artigo será avaliado por um terceiro Editor.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Magnífico Reitor: Prof. Eduardo José Pereira Coelho

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos: Prof. Gilberto Luiz M. Selber

Vice-Reitora para Assuntos Acadêmicos: Prof^a Vera Sílvia Marão Beraquet

Diretora do Instituto de Psicologia: Profa. Glória Elisa B. P. Von Buettner

